O SEMANÁRIO

CR$ 5,00

Semana de 19 a 25 de Dezembro de 1959 ★ UM JORNAL QUE VALE POR UM LIVRO ★ Diretor: OSWALDO COSTA ★ Ano IV ★ Número 190

Na 4.ª Página - **A CRISE NO TRANSPORTE AÉREO** - Artigo de IVALDO FALCONI

Lott Aclamado e Jânio Vaiado no Congresso dos Municípios, Recém Realizado no Recife

Lott, na Convenção do P.S.D. faz o V da vitória

Na primeira sessão ordinária do Congresso, realizada na manhã do dia 2, o secretário deu a palavra ao representante do governador Carvalho Pinto, de São Paulo. O homem puxou um catatau. Era uma mensagem de C.P., que êle começou a ler. Os congressistas ouviam pacientemente a mensagem de Carvalho Pinto, quando, num dado momento, o seu leitor tropeçou com um elogio a Jânio Quadros. Foi o bastante para que a assistência prorrompesse numa vaia estrondosa.

No dia seguinte, 3, o secretário procedia à leitura do expediente, quando deu conhecimento à casa de uma saudação ao Congresso enviada pelo marechal Teixeira Lott. Verificou-se, então, cena inversa da ocorrida na véspera: de pé, a assistência rompeu em aclamações entusiastas ao nome do Candidato Nacionalista. Tanto a vaia em Jânio como a consagração ao Marechal foram testemunhados pelo deputado federal Nélio Ramos, do PR da Bahia, que participou do Congresso do Recife.

A TARADA

Depois do Brigadeiro e de Juarez, ela foi para a rua buscar o terceiro homem...

A PLUTOCRACIA DE S. PAULO CONTRA OS ESTADOS POBRES

Carvalho Pinto insiste em que o imposto de vendas e consignações seja cobrado na fonte produtora — Medida odiosa de egoismo e cupidez contra as unidades federativas subdesenvolvidas, principalmente do Norte e do Nordeste — Herbert Levy, líder do janismo, comanda, na Câmara, a reação contra o patriótico projeto do deputado João Menezes — TEXTO NA 2.ª PÁG.

Os Baianos do P.S.D. Contra o Capital Estrangeiro Colonizador

A delegação do P.S.D. baiano à Convenção Nacional que proclamou o marechal Teixeira Lott seu candidato à presidência da República apresentou a seguinte moção, cujo primeiro signatário foi o deputado Raimundo Reis:

"A delegação do P.S.D. baiano sugere à Convenção Nacional do Partido que faça constar dos seus anais um voto de protesto contra a permanência em nosso país do capital estrangeiro colonizador, principalmente no setor da energia elétrica, ficando decidido que o Partido tudo fará para nacionalizar suas atividades e os seus lucros.

CONCURSO POLITICO d'O SEMANARIO
Prêmio de dez mil cruzeiros à melhor resposta

Qual o Mais Sem Vergonha: Jânio ou a Direção da U.D.N.?

Jânio deu um coice na direção da UDN. A direção da UDN mostrou-se ofendida. Jânio explicou que dera o coice porque a direção da UDN lhe fizera propostas imorais. Os dois, que haviam "trocado de mal", acabaram de pazes feitas: a direção da UDN engoliu a afronta de Jânio e Jânio aceitou as propostas imorais da direção da UDN. Por isso, perguntamos ao leitor: na sua opinião, qual dos dois O MAIS SEM-VERGONHA?

As respostas a essa pergunta serão recebidas nesta redação, até 15 de março de 60. A melhor será atribuído um prêmio de DEZ MIL CRUZEIROS. O resultado do Concurso será divulgado em nossa Edição de Aniversário (primeira semana de abril).

N.B.: — O SEMANARIO não confunde a massa e as bases udenistas com a direção da UDN. Pelo contrário, distingue-as perfeitamente fazendo justiça àquelas constituídas de patriotas, sinceros e bem intencionados, que nada têm a ver com seus dirigentes, na sua maioria oportunistas. Na sua maioria dizemos, porque mesmo entre êles se encontram homens que souberam, nesta emergência, conduzir-se com dignidade, opondo-se à entrega do partido ao farsante da "renúncia".

EDMAR MORÉL DENUNCIA: (Leia na 5.ª Página)

ESPANTOSA FRAUDE NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

VITORIOSA A REFORMA AGRÁRIA NA JOVEM ALEMANHA SOCIALISTA

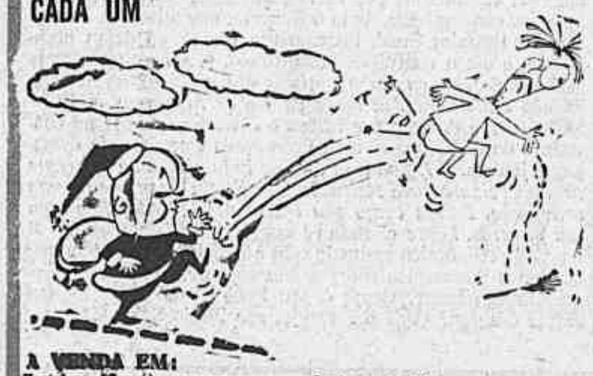
De EDOUARD BAILBY, enviado especial de O SEMANÁRIO à Europa (2.º de uma série de artigos) —— LEIA NA 9.ª PÁGINA

ATENÇÃO

CARTÕES DE BOAS-FESTAS NACIONALISTAS

EM CÔRES — TIPO LUXO

PREÇO CR$ 10,00 CADA UM



A VENDA EM:

Fortaleza (Ceará) — J. Alaor de Albuquerque, Praça do Ferreira, 621.
Curitiba (Paraná) — J. Ghignone & Cia., Rua 15 de Novembro, 423.
Itajaí (Santa Catarina) — Livraria Itajaí, Rua Lauro Müller, 8.
Santo Ângelo (R. Grande do Sul) — Liv. e Pap. Missioneira Ltda., Agência de Jornais e Revistas.
Vacaria (Rio Grande do Sul) — Livraria Civilização Ltda., Rua Marechal Floriano, 318.
Pelotas (Rio Grande do Sul) — Heitor M. Bandeira, Rua 7 de Setembro, 312.
Wenceslau Braz (Paraná) — Livraria SETE, Rua Sete de Setembro, 43
Matozinho (Minas) — Livraria Escolar, Rua Henrique Martins, 177.
Vitória (Espírito Santo) — Alfredo Copolillo, Rua Jerônimo Monteiro, 361.
Goiânia (Goiás) — Agrício Braga, Rua Anhanguera, 78.
Belém (Pará) — Livraria e Papelaria Vitória, Travessa Padre Eutíquio, 98.

ATENDEMOS PEDIDOS PELO REEMBÔLSO POSTAL

PAULO EGBERTO TEIXEIRA DE CASTRO
Avenida Presidente Vargas, 502 — 8.º andar
Telefone: 23-3711 — RIO DE JANEIRO

À FRENTE NACIONALISTA DE SÃO PAULO

comunica aos COMITÊS PRÓ-CANDIDATURA LOTT que dispõe de cartazes de propaganda, à disposição. Pedidos à

CAIXA POSTAL 609 - FONE 33-3896 - PÁTEO DO COLÉGIO, 7, SOBRADO - SÃO PAULO

BRASILIANAS

JOSÉ FREJAT

● **1.615 jovens desejosos de estudar disputam 80 vagas do Internato do Colégio Pedro II; outros milhares lutam para conquistar uma vaga no Externato do mesmo Colégio; 12 mil outros jovens, que pagam o crime de nascer num país dominado pelo capital estrangeiro, lutam desesperadamente para conseguir uma das 850 vagas nas escolas secundárias da Prefeitura carioca; cêrca de 50 mil crianças ficarão sem escolas, na capital da República, porque a Prefeitura prefere dar 500 milhões de cruzeiros aos vorazes proprietários dos estabelecimentos particulares, a construir suas próprias escolas primárias. Se o projeto substitutivo de Bases e Diretrizes do Ensino, apresentado pelo entreguista Carlos Lacerda, conseguir aprovação no Parlamento, as verbas da União, dos Estados e dos Municípios, destinadas ao ensino, irão para as mãos e bolsos gulosos dos comerciantes do ensino. A situação se agravará mais ainda. E é isso o que deseja a classe dirigente do país e seus mentores — os agentes do capital estrangeiro. Para êles, o esclarecimento do povo é um perigo. Imaginem se o povo todo, amanhã, souber ler! Como é que o Amaral Peixoto, o Jânio Quadros, o Lacerda, o João Neves e o Sebastião Pais de Almeida vão viver? Não poderão mais explorar e enganar o povo. Para essa gente, quanto mais analfabetos, melhor será.**

—★—

● O Sr. Jânio Quadros, candidato da chamada "elite" dos lenços brancos e de punhos de renda, amigo íntimo de Nélson Rochefeller, dono da Standard Oil, quando renunciou a ser candidato, disse que seu gesto era "inarredável, irrevogável, irretratável, irrecorrível, defintivo, inabalável". Depois, como todo vigarista legítimo, renuncia à renúncia e também diz que sua candidatura é "definitiva, inarredável", etc. Como candidato e representante das chamadas "elites" (elites das negociatas, do engôdo, da mentira, do entreguismo), não é de estranhar o seu comportamento. As "elites" vivem de embuste, de ludíbrio, de lorotas. A êsses calhordas que se auto-elegeram "elites", devemos dizer que elite (sem aspas) é o povo, os trabalhadores das cidades e dos campos, aquêles que não vivem da exploração do trabalho alheio, nem da miséria do povo, pois são êsses trabalhadores que forjam a riqueza e a grandeza de nossa terra. E' verdade que, infelizmente, tal riqueza não fica em poder de quem a produz. Vai para as mãos da falsa "elite", que retira a sua comissão e entrega o resto aos trustes internacionais que nos exploram. Mas isto vai acabar.

—★—

● **Diz o colunista do "Café Soçaite" de "O Globo":** "Nos últimos dias de novembro, Tancredo Neves, advogado, de 50 anos, foi indicado para disputar a governança de Minas pelo PSD. Na mesmo ocasião, seu irmão, Antônio Neves, engenheiro, com 51 anos, foi eleito em assembléia da LIGHT para a superintendência dessa importante emprêsa." **Assim tem agido a Light, emprêsa estrangeira que tanto tem explorado o povo brasileiro, remetendo bilhões de cruzeiros para o exterior. E' a operação de envolvimento. E' claro que o futuro Governador de Minas Gerais nada têm com isso, mas a direção da Light procura dar a impressão de influência necessária para a movimentação livre nas altas esferas administrativas. Não é de espantar tenha sido a nota publicada pelo colunista a pedido da própria Light. Ao lado da mesma coluna do "Society", outra notícia nos informa que a Cia. Telefônica Brasileira — integrante do grupo Light — conseguiu um aumento de 30% nos preços dos telefones...**

—★—

● A revista "Hemisfério", de propriedade do industrial Hermírio de Morais, informa que: **"as companhias estrangeiras redobraram de interêsse pelo que vai nos bastidores da política petrolífera brasileira. "Reports" diários são remetidos para as matrizes dando conta de tudo o que se passa nesse importante setor. Certas emprêsas gastam cêrca de cem mil cruzeiros por dia em cabogramas-relatórios. Até mesmo companhias não estabelecidas aqui mantêm funcionários com a missão exclusiva de informar sôbre tudo o que ocorre no Rio e em São Paulo no ramo do petróleo. Claro que a atenção dêsses informantes se centraliza na PETROBRÁS."** O Cel. Idálio Sardenberg, na PETROBRÁS, e o brigadeiro Henrique Fleiuss, no Conselho Nacional do Petróleo, estão fazendo o jôgo dos trustes internacionais de petróleo. E' necessário lutar para arrancar êsses entreguistas dos seus postos. E ainda há ingênuos que pensam que o imperialismo não tem mais fôrça para atingir o monopólio estatal do petróleo.

—★—

● **A emprêsa norte-americana "Toddy do Brasil S. A.", com o capital de Cr$ 20 milhões, em 1954, gastou, só em propaganda, através das páginas da imprensa "sadia", mais de Cr$ 10 milhões (Cr$ 10.424 mil), informa a revista "Brasil de Hoje", n.º 61. Os lucros da emprêsa são simplesmente extraordinários. Enquanto o povo brasileiro vive na miséria, enquanto milhões de trabalhadores vegetam com o salário-mínimo da fome, trabalhando para os monopólios estrangeiros que estrangulam o Brasil, Lacerda e a cúpula dirigente da UDN e da campanha do Sr. Jânio Quadros preocupa-se apenas em blasfemar contra Brasília e contra a corrupção, esquecendo, DE PROPÓSITO, a principal causa da pobreza do povo: a corrupção internacional, a exploração realizada pelas companhias estrangeiras, a ação do imperialismo, os lucros fabulosos que estão os trustes arrancando do Brasil. Por isso, podemos dizer que Lacerda, Jânio e seus asseclas estão a serviço das fôrças imperialistas e têm a missão de desviar a atenção do povo brasileiro para problemas laterais e de menor importância, a fim de que possam as emprêsas estrangeiras continuar a saquear as nossas riquezas e os frutos do trabalho do povo. Lacerda e Jânio recebem comissão para isso.**

—★—

● Estive com os moradores do bairro de Cachambi, dirigentes da Associação Recreativa Inferno Verde. A preocupação dêles, abandonados pela Prefeitura, é obter um local onde as crianças possam brincar. Na palestra inicial com êles, mostrei o que poderão ter — por direito e não por favor se se unirem para a luta. As condições de vida dos favelados do morro Azul, na favela do Jacarèzinho, são as mais tristes possíveis. A Guarda Noturna ali existente é constituída de assassinos e exploradores. Não há escola e as crianças brincavam na lama das valas, conforme vi, com tristeza e revolta.

O JORNAL DA SEMANA

Situação Militar

CEL. X

O AMARAL

O almirante Ernani do Amaral Peixoto, tão almirante quanto a maior patente do rádio e certamente com menos tempo de mar do que êste último, deitou falação, ao receber uma homenagem dos seus "correligionários" Nessa homenagem, que não teria aqui menção não fôra isso. dedicou especial atenção ao nacionalismo e disse algumas bobagens que, ditas por um presidente de partido, passaram a ter importância. O excelente almirante não tem muita importância. Teve, ao tempo em que exercia a função de genro, e exerceu-a com eficiência, como donatário do Estado do Rio de Janeiro. Morto o sogro, e em circunstâncias que deveriam mudar um pouco as características de seus familiares, Amaral começou a percorrer o longo ramo ascendente em cuja parte final está agora pendurado: a velha província colocou-o em sua devida desimportância, com uma derrota eleitoral contundente. Mas o homem é, ainda, presidente do partido do Govêrno e tem neste uma função ministerial. O homem vale funcionalmente. Quando deixar a função, acaba.

As fôrças que apoiam o Marechal Teixeira Lott são heterogêneas, pela natureza mesma de sua origem, como heterogêneo é o Govêrno Kubitschek, onde convivem os honestos com os batedores de carteira, os sinceros com os sacripantas, os honrados com os negocistas e os nacionalistas com os entreguistas. Amaral vem servindo, com a única fidelidade que nele se conhece, à facção entreguista do Govêrno e, na composição das fôrças que apoiam a candidatura do Marechal Teixeira Lott, comanda a facção do atraso, das protelações, das manobras de cúpola, dos obstáculos, da "união nacional", e tempero outros. Apesar disso, os nacionalistas, que estão na atividade eleitoral mais intensa, enquanto Amaral e cumpinchas tramam, atrasam e articulam "esquemas", vêm portando-se, em relação a Amaral e a seus comparsas, como aliados. Não se misturam com Amaral, mas não o hostilizam. É claro que não permitem que avance a manobra de "união nacional", os esquemas de protelação, as torpezas diárias, mas permitir isto não seria trabalhar pela candidatura do Marechal Teixeira Lott. Qualquer homem de senso compreenderia tal situação e retribuiria na mesma medida: Amaral não tolera o nacionalismo, por boas e sólidas razões, mas deveria abster-se de hostilizar os nacionalistas, que estão do mesmo lado, ou melhor: do lado em que êle aparenta estar.

Todos acompanham a pertinácia com que Amaral, de posse do cabide que Kubitschek lhe deu, em paga de serviços eleitorais reduzidos e antigos, trata de hostilizar as fôrças que, com o PSD, apoiam a candidatura do Marechal Teixeira Lott. Sua tarefa de minar o PTB, de hostilizar os governos estaduais petebistas, de intrigar o vice-presidente João Goulart, é constante, diária, clara e ostensiva. Amaral não perdoa ao PTB a sua derrubada, e a dos Feio e dos Pedroso, do território que lhe foi distribuido como herança de família. Mandou Getúlio de Moura ao Rio Grande do Sul para tramar e intrigar e babase de gôzo quando vê algumas trapaças divisionistas encontrar sucesso. Mas os nacionalistas nunca fizeram mal a Amaral, nunca o derrotaram nas urnas, nunca lhe disputaram o lugar ao sol. Os nacionalistas pediam a Amaral, apenas, que se portasse com decência, na defesa de uma candidatura que não lhe pertence, porque é do povo brasileiro e, portanto, também do PTB e dos nacionalistas. Amaral age como se a candidatura, contra a qual êle já tramou tudo, fôsse de sua propriedade, para poder afundar com ela.

Os nacionalistas, e nacionalistas militares, procuraram Amaral, dez dias antes da convenção do PSD, para propor-lhe apôio popular à solenidade de encerramento. Que tal solenidade fôsse realizada no Maracanãzinho, e ali os nacionalistas compareceriam, em massa, e na qualidade de nacionalistas evidentemente, para prestigiar, pela presença de povo, a convenção dos cartolas do PSD, onde há, felizmente, muita gente boa, mas que seria exagêro e impostura dizer que atral povo. Amaral, não compreendendo êsse gesto — que será repetido com todos os partidos que realizarem convenções para apoiar a candidatura do Marechal Teixeira Lott — recusou-se a receber a comissão nacionalista, composta de militares, e recusou transferir a solenidade da Câmara para o Maracanãzinho Quis fazer a "sua" festa sòzinho. Amaral, há umas poucas semanas, portou-se com vilania comprovada em relação ao coronel Chrisantho de Miranda Figueiredo, retirado da Polícia por artes suas e de seus cumpinchas. Repetiu a vilania, agora, com outros militares. Repetiu-a, no seu discurso. Deu de si as mais claras demonstrações. Mostrou o que é, o que sempre foi, o que será. O que será quando não fôr mais o Ministro de um Govêrno que compromete com a sua presença, o presidente de um partido que compromete com a sua participação. O povo sabe disso e lhe dará a paga, na hora oportuna. E os visados pessoalmente por êle, também.

A BANQUEIRADA PAULISTA CONTRA OS ESTADOS SUBDESENVOLVIDOS

Existe na Câmara, há mais de quatro anos, um projeto, de autoria do deputado João Menezes, do Pará, mandando cobrar o Impôsto de Vendas e Consignações no local da venda da mercadoria, e não na fonte produtora. Como o seu nome está dizendo, o tributo incide, não sôbre o produto, mas sôbre a sua venda. O que ainda acontece com êle é, pois, um autêntico absurdo fiscal, que aquêle projeto, com emenda, agora, do deputado Valdir Pires, da Bahia, procura corrigir, no sentido, sobretudo, de evitar a bi-tributação a que os Estados-compradores, os Estados pobres, se viam forçados a recorrer para defender-se dessa leonina espoliação com que os Estados-vendedores, os Estados ricos, como São Paulo, engrossavam as suas receitas e inflacionavam os seus orçamentos, sem benefício algum, aliás, para os seus produtores, porquanto a êstes é indiferente que sua produção seja taxada aqui ou ali. Seu interêsse consiste exclusiva e ùnicamente em colocá-las no mercado.

O Brasil, para usarmos de feliz expressão do deputado Nélson Carneiro, do Distrito Federal, foi, assim, dividido em dois hemisférios: o hemisfério dos que pagam e o hemisfério dos que recebem Situação de flagrante desigualdade a que convinha pôr têrmo, em benefício do imperativo maior da unidade nacional.

O Impôsto sôbre Vendas e Consignações é em si mesmo anti-econômico, como todo tributo indireto. Da forma por que vem sendo cobrado tornou-se, porém, pior ainda, pelo motivo acima apontado. Quando o sr. Armando Sales de Oliveira o instituiu em S. Paulo, há cêrca de 25 anos, êle era, ali, de 1% apenas. Foi, depois, sucessivamente elevado, até que de menos de 3% Jânio e Carvalho Pinto o fizeram subir, em quatro anos, a 4,8%, escorcha que representava, como representa, um ônus terrível para os Estados compradores, isto é, os Estados pobres. O Tesouro paulista transformou-se, dêsse modo, num implacável e ganancioso explorador parasitário das populações das unidades federativas subdesenvolvidas, com a agravante de que essa política de verdadeira caftinagem fiscal nenhuma vantagem representava para o produtor bandeirante. Pelo contrário. Em virtude do encarecimento cada vez maior das mercadorias produzidas por São Paulo, dia a dia se limitavam as possibilidades de colocação de seus excedentes nos mercados do Norte e do Nordeste, sobretudo, seus grandes escoadouros. Quem lucrava, com as volumosas, arrecadações que fazia, era apenas o Tesouro Estadual. E, naturalmente, os que vivem de mamar nas suas têtas (fornecedores, empreiteiros, clientelas eleitorais, "imprensa sadia", etc.). Daí a tremenda e impatriótica resistência oposta pela dupla Carvalho Pinto-Jânio ao projeto em tela, vivamente atacado na Câmara pelos deputados mais típicamente representativos do tubaronato paulista — Herbert Levy, João Abdala e Arnaldo Cerdeira — acérrimos defensores do ponto de vista sustentado com unhas e dentes por aquela dupla de farsantes, em razão dos laços de interêsses que os unem ao govêrno plutocrático de São Paulo. E para que se meça o egoísmo dessa gente desalmada e voraz basta comparar a atitude que ela assumiu nessas circunstâncias com a do govêrno do Rio Grande do Sul, Estado cuja produção é quase tôda exportada, enquanto a de São Paulo o é apenas em parte. O govêrno gaúcho compreendeu que o sacrifício que, porventura, tiver de sofrer a sua tesouraria é moralmente compensado pelos 30 bilhões de cruzeiros que, vitorioso o projeto, serão redistribuídos pelos Estados pobres da União. Mas á banqueirada paulista pouco importam êsses nobres exemplos, como pouco importa a integração nacional. O que ela quer é dinheiro e mais dinheiro a fim de "ganhar as eleições" para Jânio, engordar nas grossas maroteiras administrativas os ricaços seus pupilos e ostentar um orçamento inflacionado de mais de cem bilhões, proporcionalmente maior do que o do Govêrno Federal, porque sem os encargos dêstes com a manutenção das Fôrças Armadas, da nossa representação no Exterior e de numerosos serviços públicos da Prefeitura do Distrito Federal. Ainda que á custa do encarecimento da vida e do empobrecimento das populações dos Estados subdesenvolvidos.

Quando O SEMANÁRIO diz que Jânio é um inimigo do Norte e do Nordeste e que a sua eleição representaria para êles um perigo mortal, não o faz por facciosismo, mas porque "Jânio representa a banqueirada paulista, unânime no apoio á sua candidatura, e o que é essa banqueirada sem entranhas nem escrúpulos — destituída de qualquer sentimento de brasilidade — fala melhor do que nós a atitude assumida por seus representantes no Congresso, com relação ao projeto sôbre o Impôsto de Vendas e Consignações".

Desejaríamos, agora, saber se, diante disso e depois disso, os srs. Juraci Magalhães Leandro Maciel, Cid Sampaio e Dinarte Mariz terão cara e coragem para continuar apoiando a candidatura de um homem que, para servir aos interêsses de casta e aos odiosos privilégios de uma plutocracia insaciável, não hesita em tomar, nesse caso, a posição impatriótica que tomou.

CARVALHO PINTO SUBORNA DEPUTADOS

Não somos nós que o afirmamos. Quem o afirma é a "Fôlha da Manhã", de São Paulo, pela pena de Pedro Leite, no seu excelente registro semanal — "O Sal dos Sete Dias". Carvalho Pinto barganhou a aprovação do seu famigerado "Plano de Ação", mistifório destinado a exercer pressão financeira sôbre as Prefeituras do Interior e a financiar a candidatura de Jânio, da forma mais indecorosa possível, ou seja, subornando os deputados. Cada um dêles, segundo Pedro Leite, que é um jornalista altamente categorizado, conhecido pelo seu escrúpulo em informar e seu equilíbrio e comedimento em comentar, recebeu a bagatela de 15 milhões de cruzeiros e, assim, graças a êsse vergonhoso suborno, foi aprovado o "Plano", do qual o deputado federal paulista Coutinho Cavalcanti faz, hoje, noutro local d'O SEMANÁRIO, uma análise vigorosa, para a qual chamamos a atenção dos leitores.

Carvalho Pinto é um dos maiores hipócritas dêste país. Ricaço ligado aos grandes grupos econômicos que dominam o infeliz Estado de S. Paulo, terra ocupada, mais do que nenhuma outra, pelos trustes internacionais, C. P. é apresentado como um "protótipo de honradez", simplesmente porque é "gente bem" e usa colarinho duro e colete. Paulista de quatrocentos anos, pertence á velha e outrora soberba aristocracia bandeirante, hoje reduzida á condição de cavalo de aluguel dos trustes estrangeiros. Sua eleição — e ganhou por 46 mil votos apenas — custou ao Tesouro de São Paulo a emissão de um bilhão e meio de cruzeiros de bônus rotativos e, favores sem conta pelo Banco do Estado e pela Caixa Econômica Estadual a prefeitos desonestos, estações de rádio e TV e "jornais sadios", afora a compra de partidos, como ocorreu com o Socialista do professor Alípio Corrêa Neto. E' com personagens dessa ordem que o janismo, por sinal criação dêles, exclusiva, quer "reformar os costumes políticos do país", e "implantar a moralidade na administração pública. O libelo de Pedro Leite desmascarou essas falsas vestais.

PALESTRA NACIONALISTA

O CONSELHO NACIONALISTA 7 DE SETEMBRO, dando início a novo programa de esclarecimento sôbre assuntos de magno interêsse de nossa Pátria, fará realizar uma palestra, hoje, 17, às 20 horas, em sua sede, Rua Jardim Botânico, 680, sôbre o tema

ROBORE CONTRA A PETROBRAS.

O conferencista será o Sr. JOSÉ FREJAT. A entrada é franca.

SENHOR ANUNCIANTE

SEU CRUZEIRO RENDE MAIS NA

RÁDIO GUANABARA

PRC-8

O MICROFONE QUE PROMOVE VENDAS

POLÍTICA EM FLAGRANTE

M. C.

VALET-DE-CHAMBRE — Perdoem-me a ausência de quase um mês, só interrompida, nesta coluna, pelo artigo que dediquei à memória de meu pai, Maurício de Lacerda; um coração ferido por dois rudes golpes consecutivos — a perda de pai e mãe — bem merecerá de cada um dos leitores a compreensão e a condescendência regada pelo meu amargor e pelas minhas lágrimas. Não é, no entanto, com amargura, e sim com indignação, que acabo de ler no *Diário do Congresso*, repositório de tantas e ilustres tolices que se dizem e se praticam em nome da liberdade de expressão neste País, o discurso no qual o Afonso Arinos de Melo Franco compara meu pai a "um D. Quixote donjuanesco", comparação idiota e grosseira tanto do ponto de vista moral quanto do ponto de vista literário. Esse senador vestido das púrpuras de uma classe endinheirada pelos bens terrenos tão contrários à suave doutrina do Cristo que ela afirma seguir, classe por seu lado coberta do crepe das maldições dos humildes que ela impiedosamente explora e maltrata; êsse senador que representa no Senado e no cenário político a mais sórdida intolerância de uma detestável burguesia, escrava do bem próprio e de um asqueroso exclusivismo coletivo e pessoal; êsse Afonso Arinos cuja barriga avança sempre enquanto as idéias nêle sempre recuam cada vez mais; êsse Andrada de belchior bem se revela o êmulo achegado daquele Melo Franco, seu antepassado e também mineiro, chefete da salsugem dos famosos "cravos vermelhos" responsáveis, durante a tirania bernardista, pela demonstração de violência policial levada a efeito em Juiz de Fora contra Maurício de Lacerda, apedrejado pelos moleques da politicagem, quando, em praça pública, a peito descoberto, erguia a voz em tempestade na defesa de um povo vilipendiado e oprimido por êsses nacos de lodo humano. E todavia os atos, as atitudes, os zumbidos do moscardo senador sôbre um cadáver, sôbre o corpo de um homem de bem, com cuja estatura jamais se poderia medir o Arinos (mocho da perfídia e da desgraça) destoam do outro Melo Franco — o ministro Afrânio — cuja retidão de caráter, cuja correção, cujo alto espírito de humanidade e de cavalheirismo, fôssem quais fôssem suas idéias políticas, não importam quais tenham sido suas orientações filosóficas, ainda hoje emocionam e revelam o paradigma de virtudes que êle era. De Afrânio, homem que honrou a sua geração e dignificou a sua época, guardo até agora algumas cartas dirigidas a meu pai, por ocasião da missão de M. L. como embaixador especial da Revolução de 30 no Uruguai, defendendo-o em vários e distintos episódios de sua vida pública e de sua existência particular, embora para isso fôsse Afrânio de Melo Franco obrigado a desafiar as afrontas de sua própria classe social. A Afrânio de Melo Franco respeito e admiro. Mas para êsse Afonso do *De profundis*, Sancho Pança odioso das meias-linguagens, denegridor de consciências e de um patriota cujos exemplos de civismo e cuja soberba correção na maturidade e na senectude, ao lado de sua valente e sofredora companheira de quarenta anos de vida em comum, constituem comovedora lição de ética e de comportamento moral, para êsse senador Arinos só posso afinal reservar o mesmo e enojado desprêzo que meu próprio pai reservava à gente dêsse tipo, *valets-de-chambre* das chaleiras de água morna em que a burguesia se lava, "criaturas que apodreceram tanto, que nem os deuses lhes conseguirão perfumar a podridão, por mais que o desespêro a recubra de faustos."

JOÃO BOBO — "Não foram os nacionalistas", escreve com a lentidão de raciocínio que lhe é peculiar o Joãozinho Jabuti, "que homenagearam a memória de Alberto Tôrres, dado como nacionalista, no caso da compra dos livros daquele brasileiro." O Joãozinho anda cada vez mais entupido mentalmente. Em primeiro lugar, Alberto Tôrres não era "dado como nacionalista" coisíssima nenhuma; era nacionalista no duro. Em segundo, o caso dos livros não ocorreu depois de sua morte. Em terceiro, foram, sim, nacionalistas que se ergueram para homenagear o citado pioneiro. Conto-lhes o episódio dos livros, que o nosso *testudo tabulata* embaralhou. Em 1913, o então deputado Maurício de Lacerda, propôs à Câmara fôssem editados os livros de Alberto Tôrres pela Imprensa Nacional, entregando-se ao autor certo número de exemplares como de praxe e sendo os demais postos à venda, em seu benefício, pelo Govêrno. Que livros? *Organização Nacional*, *Paz Mundial*, etc. Como sempre, porém, os entreguistas estavam de ôlho atento para tudo perturbar. E um deputado mineiro, relator do projeto (e, concomitantemente, representante de sindicatos leiteiros), barrou a proposta, alegando que ela iria "ampliar desnecessàriamente a despesa orçamentária." Maurício de Lacerda rebateu a argumentação cavilosa: não haveria aumento nenhum de despesa, pois esta seria compensada pela venda dos livros. O homúnculo-relator sorriu: "E os gastos com a tinta, o papel, os salários dos gráficos? (Deus! os gráficos eram anarquistas! E o anarquismo fazia secar na Câmara a bôca dos reacionários e nos currais as tetas das vacas do latifúndio). "Foi com argumentos dêsse jaez", conta Maurício de Lacerda num dos seus fragmentos escritos, "que se rejeitou a emenda e a reação se vingou da campanha de Alberto Tôrres contra os sindicatos estrangeiros. Mais tarde, novamente a instâncias da esquerda, a emenda foi aprovada, conquanto até ali impedida por despiques antinacionalistas dos amigos do capitalismo estrangeiro." O Jabuti deve ter lido qualquer referência sôbre a história, mas não a assimilou bem; e complicou tôda a leitura, cometendo a *gaffe* aludida, o que aliás lhe é perdoável porque, como já assinalava Twain, os jabutis da família dos *testudos tabulatas* são bichos de memória fraca. Só por isso deixo agora de dar-lhe um corretivo. Por hoje a burrice passa. Mas não admitirei recaídas.

ÊLES E ELAS. — •"Um dos mais graves sintomas da decadência de uma época", assegura o Roberto Marinho, "é a queda dos índices de cortesia." E eu que pensava que os sintomas estivessem no vazio moral e cívico, na falta de pudor, no petulante egoísmo das classes ditas privilegiadas, com sua juventude transviada, seus casamentos por correspondência, suas uniões carnais por conveniência. Vem o Roberto, que alimenta à tripa fôrra o Ibrahim Sued, instrumento e sintoma dessa decadência, e diz o contrário. Melancólico. • *A revolução mais ridícula de que eu tinha notícias era a de Jacaré-Acanga. Já não é mais. Perdeu longe para a de Aragarças.* • Excelente, corajoso, sincero e brioso o discurso de Lott na convenção do PSD. Passou uma vassourada completa na demagogia janista. • *E dou cem dias de indulgência ao Alzirante Amaral Peixoto, pela saudação que dirigiu a Lott na mesma convenção. Porém como sou muito desconfiado, fico com um pé atrás. Pobre quando vê muita esmola desconfia.* • E o acôrdo econômico assinado com a Rússia? Não diziam que os russos jamais nos comprariam café nem nos proporcionariam vantagens? Como é, seu Pena Bôto? E então, seu Jaime Câmara? Cadê o cacarejo, seu Plínio Salgado?

EXPEDIENTE

Diretor-Presidente: OSWALDO COSTA

Diretor-Superintendente: LEONOR TOMMASI

Gerente: OSMAR TORRES MACHADO

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE:

Avenida Presidente Vargas n.º 502 — 8.º andar

Rio de Janeiro — Telefone 23-3711

Preço da Assinatura:

Anual ..... Cr$ 200,00

Semestral ..... Cr$ 100,00

Os originais enviados para qualquer seção não serão devolvidos, mesmo quando não publicados.

O CORONEL SARDENBERG PASSEIA NO EXTERIOR PARA FUGIR AOS ESCLARECIMENTOS QUE DEVE À OPINIÃO PÚBLICA

O SEMANÁRIO apresentou à Nação, ao Congresso, às Fôrças Armadas, ao Govêrno e ao povo, uma série de graves denúncias, provando que a Petrobrás está sendo submetida a um processo de decomposição, desorganizada, preterida, amesquinhada, com os seus programas retardados, com os seus interêsses feridos, com a sua eficiência gravemente ameaçada e o seu futuro inapelàvelmente prejudicado.

Até agora, nem o presidente da Petrobrás, a quem compete representar a emprêsa, nem o Conselho de Administração, responsável, pelos Estatutos, por todos os problemas de orientação e direção da companhia, nem a Diretoria, nem os órgãos da administração superior, se dignaram vir esclarecer ao público as graves e comprovadas acusações que formulamos.

A resposta escandalosa, acríssima, que custou milhões, ao acôrdo Sardenberg-Esso, teve o caráter preponderante de suborno, e não se dignou aclarar os pontos fundamentais, os que aviltam e subordinam a Petrobrás à sua maior adversária — a Esso.

As demais acusações não mereceram qualquer resposta, nem sequer da incompetente e relapsa Assessoria de Relações Públicas que afronta o povo brasileiro com mentiras que desmoralizam a companhia, tais como a publicidade de inaugurações de obras que não foram concluídas, afirmações de que atingiremos 30 milhões de barris em 1959 quando mal chegaremos a 23 milhões de barris, numa diminuição impressionante da percentagem de crescimento que foi de 104% de 1955 sôbre 1954, de 100% de 1956 sôbre 1955, de 149% de 1957 sôbre 1956, e de 80% de 1958 sôbre 1957 (10 milhões para 19 milhões de barris) e não atingirá sequer a 30% de aumento em 1959 (19 milhões para 23 milhões) apesar dos campos novos e das reservas acrescidas extraordinàriamente.

Aguardamos esclarecimentos para as acusações que não foram contestadas e que testemunham a necessidade absoluta de dar novos dirigentes à Petrobrás, que não é propriedade de grupos econômicos privados, nem de administradores ou técnicos obtusos ou mal intencionados, mas é organização que pertence ao povo brasileiro que exige correção e eficiência na orientação de seu programa.

Eis, entre outras, algumas acusações que exigem resposta:

1) — O Cel. Sardenberg, desde que assumiu a Presidência da Petrobrás, anulou totalmente a Diretoria, despindo-a do caráter de colegiado e passou a subordiná-la às decisões de homens inexperientes e sem qualquer conhecimento da indústria de petróleo.

2) — O Cel. Sardenberg burocratizou totalmente a Petrobrás. Nenhuma decisão é tomada em prazo inferior a 3 meses, roubando-lhe a tradição de eficiência e de trabalho produtivo que a tornava superior às emprêsas privadas. A emprêsa, segundo testemunham todos os seus elementos idôneos, está acéfala.

3) — Entre janeiro e julho de 1959, não foi realizada nenhuma reunião da Comissão de Coordenação Geral, órgão de orientação e de coordenação dos programas da Companhia, apesar de os Estatutos determinarem a realização obrigatória de, pelo menos, 2 sessões por mês. De agôsto em diante foram promovidas apenas duas sessões, aliás inúteis.

4) — O Cel. Sardenberg permitiu que a Petrobrás ficasse no desembôlso de importâncias correspondentes a centenas de milhões de cruzeiros do Fundo de Fretes, arrecadadas pelas companhias distribuidoras (Esso, Shell, Atlantic, Gulf, Texaco) e não recolhidas à conta da emprêsa estatal que passou, assim, a financiar as atividades dêsses trustes que entregam os produtos aos revendedores mediante pagamento à vista.

5) — O Cel. Sardenberg, desde que assumiu a Presidência, nada fêz para receber a indenização devida pela Refinaria de Capuava pelo processamento de petróleo acima da capacidade permitida no seu título de autorização, concordando em que a Petrobrás esteja no desembôlso de mais de setecentos milhões de cruzeiros que não rendem juros.

6) — O Cel. Sardenberg nenhuma resistência apresentou à prorrogação ou renovação de contratos de importação de óleo bruto pelas refinarias particulares, até 1963 e 1965, que colocam a Frota Nacional de Petroleiros em posição de mendicância de fretes para os quais deveria ter preferência absoluta.

7) — O Cel. Sardenberg assinou o contrato Esso-Petrobrás que além de aviltar o preço do petróleo baiano e de causar prejuízo de dezenas de milhões de dólares subordinou a emprêsa estatal aos interêsse da Esso, até 1965.

8) — O Cel. Sardenberg entregou o contrôle da Fábrica de Borracha Sintética ao grupo Firestone-Goodyear.

9) — O presidente da Petrobrás nada fêz até agora para eliminar a Standard Oil da Califórnia da exploração da Fábrica de Asfalto de Cubatão, cujo contrato estará encerrado desde que receba uma notificação que não foi enviada.

10) — O Cel. Sardenberg renovou, até dezembro de 1960, o contrato de Mr. Link, apesar de ter declarado pùblicamente que não o faria. Não explicou até agora as razões de mudança da sua opinião.

11) — O Cel. Sardenberg, por falta de decisões e providências, vem retardando a ampliação das refinarias Presidente Bernardes e Mataripe e a construção das refinarias Duque de Caxias de Minas Gerais. Êsse atraso significará prejuízo de muitos bilhões de cruzeiros à economia do País.

12) — O Cel. Sardenberg está sempre ausente. Nunca está no seu gabinete, nunca está nas Unidades, nunca sabe do que se passa, nunca possui os documentos que lhe são exigidos com antecedência, nunca decide com brevidade.

13) — O Cel. Sardenberg mantém como diretor da companhia o seu compadre Humberto Moletta, bancário aposentado absolutamente sem condições para dirigir uma emprêsa de petróleo e que está de tempo findo desde 6 de maio de 1959.

14) — O Cel. Sardenberg nenhuma reação tem oferecido às decisões do Conselho Nacional do Petróleo que ferem a Petrobrás, tais como a promessa de ampliação das refinarias particulares e os favores ostensivos às companhias distribuidoras.

15) — O Cel. Sardenberg enrolou a bandeira de luta e de vitórias que vinha sendo desfraldada pela Petrobrás.

Repetimos mais uma vez:

A Petrobrás não é dos homens que a dirigem, dos técnicos que se esforçam para o seu sucesso, nem dos administradores, dos operários que tantas provas de capacidade já deram para dignificar o seu nome. A Petrobrás é do Brasil. Deve satisfações ao seu povo. Se o seu presidente ou seus diretores revelam-se incapazes devem ser substituídos. Outros, com mais devotamento e com mais aptidão, devem empunhar a bandeira, que é um lábaro de crença na capacidade de nossa gente.

NOVAS PERGUNTAS (QUE NATURALMENTE FICARÃO SEM RESPOSTA) AO CORONEL IDÁLIO SARDENBERG E AO GENERAL ARTUR LEVY

1 — De acôrdo com o Plano de Metas do Govêrno e com o Plano Quinquenal da Petrobrás, o Brasil deveria estar em condições de refinar, a partir de 1.º de janeiro de 1961, todos os subprodutos de petróleo consumidos no país.

Para isso dependemos das obras de ampliação das refinarias «Presidente Bernardes» e «Landulfo Alves», bem como — e principalmente — da construção, antes dessa data, da refinaria «Duque de Caxias»...

PERGUNTA: a Refinaria Duque de Caxias estará pronta e já funcionando com 90 mil barris em 1.º de janeiro de 1961?

2 — Sabemos que para a construção da refinaria «Duque de Caxias» foi assinado contrato com a FOSTER WHEELER CORPORATION, nos primeiros meses de 1958.

De acôrdo com o planejamento dessa emprêsa, aprovado pela Petrobrás, a refinaria deveria estar pronta (1.ª fase), dentro de 28 meses, isto é, em fins de setembro de 1960.

Sabemos também que, devido a retardos na obtenção de financiamentos, etc., foi necessário um reestudo do assunto.

Sabemos ainda que em fevereiro de 1959 tudo havia sido definitivamente decidido no que tange a financiamentos, etc. e que a FOSTER WHEELER apresentou um novo CRONOGRAMA para as obras em janeiro de 1959, prevendo o término das mesmas (1.ª fase) em fins de dezembro de 1960 (documentos 2 e 3 pedidos pela Frent. Parlamentar Nacionalista, em carta de 19-11-59).

Possuimos informações de que êsse cronograma não está sendo seguido e que as obras estão atrazadas de modo que a refinaria terá seu término (1.ª fase) e funcionamento adiado de, pelo menos, um ano, com enormes prejuízos (cêrca de 150 milhões de dólares) de divisas gastas na consequente necessidade de importações de derivados em 1961.

PERGUNTA: — Há ou não atraso na construção da Refinaria «Duque de Caxias»?

Os seguintes documentos pedidos pelo F.P.N. provam o atraso.

Documento 1 — Relatório do General Rêgo Monteiro, quando deixou o cargo de Chefe da REFRIO (Conclusões).

Documento 2 — Cronograma geral da Foster Wheeler atualizado.

Documento 3 — Cronograma atualizado pelo General Levy, apresentado à Diretoria.

Documento 4 — Programas gerais de compras no Exterior e no país, organizado por Foster Wheeler (aprovado pela Diretoria), comparados com os do doc. 5.

Documento 5 — Relatórios mensais (de janeiro de 1959 até êste mês), apresentados por Foster Wheeler, relativos ao estado de compras no exterior e no país, juntamente com o documento n.º 6 — relatórios mensais (janeiro a novembro de 1959) sôbre compromissos de compras.

Documento 14 — Cartas trocadas com Foster Wheeler.

3 — Sabemos que no Setor FUNDAÇÕES:

a) só estão prontas as fundações da Casa de Fôrça;

b) só a metade das fundações da Unidade de Cru é que estão prontas, a área norte não está;

c) nas demais unidades, nada foi feito;

d) na Unidade de Reforma Catalítica, por exemplo, ainda nem foi iniciada, como previa o cronograma (agôsto do ano corrente), e a duração da construção deveria ser de 5 meses, porém, no ritmo rezado nas outras construções, a construção levará 10 meses. Deviam estar prontas essas fundações em dezembro próximo e, assim, o atraso é pràticamente de 10 meses.

PERGUNTA: — à luz dos cronogramas parciais (de cada unidade) das Fundações, Sardenberg poderá nos provar que não há atrasos importantes, isto é, que ficarão prontas aproximadamente nos prazos previstos?

4 — Sabemos que os Turbo Geradores foram adquiridos nos Estados Unidos, mais caros do que os europeus, porque os prazos de entrega eram menores, e isto foi julgado muito compensador.

Sabemos que êsses Turbo Geradores já foram entregues à Petrobrás, antes mesmo dos prazos contratuais.

Sabemos que, por não estarem prontas as suas fundações, não foi ainda iniciada a montagem.

PERGUNTA: De conformidade com o «cronograma atualizado», existe ou não um grande atraso?

Por que não foram tomadas providências?

A Foster Wheeler não alertou à Diretoria da Petrobrás? (Cartas do doc. 14 pedido pela F.P.N.).

5 — Sabemos que com referência aos Suportes das Tubulações de Transferência há um atraso de 6 meses, apenas no projeto.

PERGUNTA: Sardenberg pode demonstrar que tal atraso, gerador de novos e maiores atrasos, não existe?

6 — Sabemos que no setor TUBULAÇÕES os tubos já foram entregues pelos fornecedores.

Todos sabem que o item relativo à tubulações é o que comanda pràticamente o trabalho de montagem de uma refinaria;

Sabemos que, até agora, dêsse item, apenas 1% das ligações fora das unidades de provas foi feito, quando pelo cronograma deveriam estar prontos já cêrca de 50%!

PERGUNTA: Sardenberg pode demonstrar que isso não é verdadeiro, segundo o cronograma atualizado que a FPN solicita em carta? (doc. 2).

b) a Foster Wheeler alertou a Diretoria da Petrobrás? (doc. 14).

b) Por que não foram corrigidas essas importantes irregularidades, capitais para o andamento e término da obra?

1 — Sabemos que o revestimento interno das tubulações de água salgada para refrigeração tinha seu início previsto para julho do corrente ano, devendo estar pronto em dezembro próximo.

Sabemos que até agora não foi nem mesmo pedida a cotação dos preços às firmas que poderão concorrer.

Sabemos que a firma vencedora eventual da concorrência terá necessàriamente que importar máquinas especiais para realizar o trabalho;

Todos sabemos das dificuldades e delongas inevitáveis na obtenção de licenças de importação.

PERGUNTA:

a) Qual o motivo da falta de providências para evitar o atraso, que já é de pràticamente seis meses e fatalmente será elevado a 10 ou 12 meses?

b) Isso não vai atrasar a instalação das tubulações?

c) A Foster Wheeler não alertou a Diretoria da Petrobrás? (Doc. 14).

8 — Sabemos que no que tange à «Casa das Bombas» da água de refrigeração nada foi ainda feito.

Devia ter sido iniciado o trabalho em maio de 59 e terminar em fins de setembro. O atraso, portanto, é de sete meses, até agora.

As bombas (de fabricação nacional) já estão sendo entregues e não podem ser montadas.

PERGUNTA:

a) Por que a Diretoria não evitou êsse atraso?

b) A Foster Wheeler não advertiu? (Doc. 14).

9 — Sabemos que no que se refere aos ELETRODUTOS SUBTERRÂNEOS o início dos trabalhos estava previsto para meados de agôsto passado.

Sabemos que já havia sido feita a concorrência e que a mesma foi anulada por interferência do Diretor MOLETA para incluir a firma ETERNIT.

Sabemos que ainda não está tudo resolvido e que, de acôrdo com o planejamento (cronograma), são necessários quatro meses para a instalação.

PERGUNTA: Qual a justificativa para tais delongas e procedimentos?

10 — A montagem das tôrres deveria iniciar-se em julho; o equipamento já estava em poder da Petrobrás.

PERGUNTA:

a) por que a montagem só teve início em fins de setembro?

b) por que nada foi ainda feito com referência aos edifícios?

11 — É evidente que o trabalho de montagem dos equipamentos depende das ESTRADAS.

O início previsto para a construção delas era para março.

PERGUNTA: Por que só foram iniciados os trabalhos em outubro? (Doc. 29 e 30 da carta da F.P.N.).

12 — Os trabalhos referentes aos SEPARADORES de água e óleo estavam previstos para março de 1959.

PERGUNTA:

a) por que só foi iniciado o projeto em fins de agôsto?

b) que providências foram tomadas para evitar o atraso?

— No que se refere às Bombas de Transferência, o projeto foi iniciado sòmente no dia em que devia ficar pronto (1.º de agôsto); as fundações não foram iniciadas.

PERGUNTA: Por que?

14 — No que se refere ao fornecimento (adução) d'água doce, tudo está muito atrasado.

PERGUNTA: Por que não foram tomadas providências quando se sabe que apenas a reprêsa demandará um ano de trabalho?

15 — É claro que, para os testes iniciais das unidades que forem ficando prontas, é necessário um apreciável volume de petróleo cru, que só poderá ser transportado por via marítima.

Sabemos que para o TERMINAL DA GUANABARA apenas o projeto está pronto e que nada foi comprado (doc. n.º 27 da carta da F.P.N.).

PERGUNTA: Qual a explicação e quais as providências?

16 — No ritmo em que vão os trabalhos, a Refinaria só ficará pronta em 1962.

A sua construção estava planejada para 28 meses na 1.ª fase. Sabe-se que a 2.ª fase demandará mais 6 ou 8 meses.

PERGUNTA: Como se explica as declarações que o Presidente da Petrobrás tem feito à imprensa, afirmando ao público brasileiro que tudo está correndo dentro dos planos prèviamente traçados em janeiro de 1959?

17 — Sabe-se que a firma a ser designada como «Contratante Geral da Montagem» ainda não foi contratada. (Documento 15 pedido pela F.P.N.).

PERGUNTA: Como se explica essa procrastinação?

Farsa Publicitária do Truste!

A Verdade Sôbre o Petróleo e a Situação Geral na Argentina

(ARTIGO DA "HANSON'S LETTER", BOLETIM CONFIDENCIAL DOS IMPERIALISTAS NORTE-AMERICANOS)

PETRÓLEO — Que dizer da "realização máxima", o aumento da produção de petróleo na Argentina mediante investimentos particulares, nas concessões feitas por Frondizi em seu momento de pânico? Os funcionários norte-americanos exultam pùblicamente pelo fato de que a Argentina economizou 34 milhões de dólares em nove meses e poderia economizar 300 milhões, em divisas, por ano, depois de outubro de 1960. Mas a Embaixada Americana no Rio de Janeiro, que certamente não tem nenhuma inclinação favorável à Petrobrás, observa em seu último despacho sôbre o assunto que a Petrobrás fêz o Brasil economizar 101 milhões de dólares em 1958, e economizará 40 a 45 milhões a mais em 1959. A Embaixada Americana acentua que não sòmente os brasileiros, através de sua entidade, atingiram mais de 2/3 das necessidades em matéria de capacidade de refino e mais de um têrço das necessidades em matéria de produção de óleo cru, como também que "a exploração bem sucedida de áreas de produção recém-descobertas podem significar que a produção em 1960 talvez alcance 150.000 barris por dia".

Como os têrmos das concessões argentinas requerem remessas de lucros que impõem uma taxa por barril duas vêzes maior que os lucros da Creole na Venezuela, e o Brasil está livre disso, as realizações da Petrobrás, tais como as descreve a Embaixada Americana do Rio, podem na prática ser muito mais significativas do que o que decorre da conquista da Argentina.

BALANÇA COMERCIAL — Em vez de equilibrar suas contas, a Argentina apresenta na realidade uma balança comercial desfavorável de 15 milhões de dólares por mês, nas primeiras três quartas partes do ano, e está-se tornando difícil para a Argentina prosseguir na propaganda do equilíbrio de sua balança comercial. Ainda mais, nos primeiros nove meses de 1959, a balança comercial desfavorável da Argentina com os Estados Unidos foi reduzida sòmente em 9 milhões, numa cifra de 66 milhões de dólares. Em contraste, o Brasil realizou uma melhora de 153 milhões de dólares na sua balança favorável com os Estados Unidos, expandindo as suas exportações para os Estados Unidos e reduzindo as suas compras. Com quem está a vantagem? Com o Brasil ou com a Argentina?

AS RESERVAS — Ainda mais: nos primeiros nove meses de 1959, o Eximbank financiou 34% das importações argentinas dos Estados Unidos e apenas 17% das importações brasileiras. Evidentemente, a situação da reserva do Brasil subiria também com uma assistência paralela. Nos 33 meses que terminaram em 1.º de outubro de 1959, apesar do volume muito maior do comércio dos EUA com o Brasil, as despesas com empréstimos ao Brasil para pequenos pagamentos foram apenas de 88 milhões de dólares, enquanto que no mesmo período a cifra para a Argentina foi de 99 milhões.

CUSTO DE VIDA — Muito se fala do aumento do custo de vida no Brasil. Mas o ritmo de cêrca de 3% ao mês no Brasil é virtualmente o mesmo que no Chile e do mesmo nível do da Argentina, mesmo hoje em dia.

DEFICIT ORÇAMENTARIO — Não é segrêdo a existência de um tremendo "deficit" no orçamento atual do Brasil. Mas o Brasil arca com o problema do financiamento do café, que se reconhece não ter solução, enquanto que a Argentina está livre de tais encargos; e o desenvolvimento econômico brasileiro prossegue em ritmo vigoroso, enquanto a Argentina continua a perder terreno. Entretanto, o que é ainda mais importante é que a "melhora" argentina é sobretudo, na realidade, uma ficção propagandística, em vez de constituir uma realização financeira.

Os "deficits" orçamentários argentinos são vastos e estão crescendo, a dívida a curto prazo está fora de contrôle, os aumentos de salários, mesmo com o programa de estabilização, estão fazendo subir em vez de diminuir o custo da burocracia. Frondizi nada disse em seu último discurso importante sôbre como se propõe reduzir o "deficit": no contrário, comprometeu-se a aumentar o "deficit" do govêrno federal, encampando os "deficits" das províncias, e os crescentes empréstimos de adiantamentos ao deficitário govêrno federal tornam impossível atalhar a expansão do meio circulante. Não há nem mesmo, há um ano e meio, um orçamento aprovado pelo Congresso.

Liderança Argentina no Peróleo

(PUBLICAÇÃO INSERTA N' "O GLOBO", DE 26-11-59, E REPRODUZIDA EM TODOS OS ÓRGÃOS DA "IMPRENSA SADIA" BRASILEIRA)

Enquanto, no Brasil, uma nova onda se levanta em tôrno do problema petrolífero, a Argentina declara ter ganho a sua batalha de produção do petróleo. Em muito pouco tempo, desde que o presidente Arturo Frondizi se dispôs a enfrentar o problema com realismo e decisão, cresceram significativamente os números de poços perfurados, de barris de óleo retirados da terra, e de produtos petrolíferos refinados e entregues ao consumo. Tanto que, em 1961, a Argentina exportará os seus excedentes de petróleo. Está-se empenhando, conseqüentemente, por se libertar e assumir a liderança do petróleo na América do Sul.

O fato não pode deixar de ser apreciado por quem, como nós, se vive torturando no trato de uma questão econômica fundamental, vendo perigos por todos os lados e demonstrando uma incapacidade de decisão que pode vir a ser fatal para o país.

Falando na Escola Superior de Guerra da Argentina, em Buenos Aires, estampam as primeiras páginas dos jornais, perante oficiais superiores das três armas, o próprio presidente da Yacimientos Petrolíferos Fiscales, emprêsa estatal, proclamou a vitória, e evidenciou ser "a política argentina muito clara: pedir a colaboração do capital particular para extrair, destilar ou transportar o petróleo, na medida em que fôr ela indispensável e interessante". Não teve mêdo de dizê-lo, nem se arreceou de levar a crédito dos empreendedores particulares a sua cota, num êxito já agora inegável.

A política petrolífera de Frondizi foi alvo dos mais violentos ataques por parte dos grupos extremados argentinos. Principalmente os filiados aos totalitários, como os comunistas e os peronistas. Também lá, múita gente de boa-fé foi envolvida pela manobra "nacionalista", mas muito ràpidamente também se constatou que os "nacionalistas" que chamavam Frondizi de traidor não eram senão lôbos comunistas e peronistas procurando uma pele para se ocultar. O presidente Frondizi venceu crise após crise. Ameaça após ameaça. Agora, ecoa nos quatro cantos do mundo a vitória de sua política econômica, confundindo os que combatiam e os que se aproveitavam de seu exemplo para, conspurcando-o, espalhar sombras e terror.

Em recente correspondência de Nova Iorque, conhecido jornalista brasileiro salientou a repercussão de uma entrevista concedida pelo ministro da Economia da Argentina, sr. Alsogaray, à revista americana "U.S. News & World Report", na qual o titular portenho afirmava que a política de seu país era manter o govêrno fora dos negócios, propiciando ambiente favorável à livre emprêsa, e que esta política estava dando os melhores resultados. Além dos capitais empregados no petróleo, nos primeiros meses dêste ano a Argentina receberá investimentos no valor de duzentos milhões de dólares. E se encontrava em plena recuperação econômica.

Pouco depois, os jornais encheram-se de telegramas de várias partes do mundo, relatando o sucesso do sr. Alsogaray na sua peregrinação em favor da obtenção de créditos e investimentos estrangeiros para o seu país.

A bandeira desfraldada pela Argentina, a da livre emprêsa, tremula vitoriosa. E' um exemplo a meditar pelos brasileiros de tôdas as classes, especialmente aquêles que se sentem com a maior responsabilidade na defesa de nossos interêsses, e, portanto, mais sensíveis às questões do verdadeiro nacionalismo.

O IV CONGRESSO NACIONAL DE MUNICÍPIOS REIVINDICOU: MONOPÓLIO ESTATAL DA BORRACHA SINTÉTICA!

O IV Congresso Nacional de Municípios, recentemente realizado no Recife, aprovou por unanimidade a seguinte indicação, apresentada pelo deputado Silvio Braga:

"CONSIDERANDO

que o IV CONGRESSO DE MUNICÍPIOS apoiou a política econômica do Govêrno Brasileiro com relação ao petróleo e seus derivados, expressando ainda o anseio de que a borracha sintética fôsse feita pela PETROBRÁS;

que a borracha, hoje, é tão essencial ao nosso progresso e desenvolvimento como o petróleo;

que o crescimento da indústria brasileira de artefatos de borracha está a exigir sejam a política da borracha e a do petróleo conduzidas dentro de uma orientação nacionalista que resguarde e proteja os interêsses do Brasil;

que a PETROBRÁS, em 1962, produzirá borracha sintética e que, por determinação do Conselho Nacional do Petróleo" deverá ser organizada uma companhia subsidiária para operar a FÁBRICA DE BORRACHA SINTÉTICA,

PROPOMOS

seja manifestado ao Senhor Presidente da República o justo e patriótico desejo dos municipalistas brasileiros, — ora reunidos no V CONGRESSO NACIONAL DE MUNICÍPIOS de que a referida COMPANHIA seja constituída pela PETROBRÁS e pelo BANCO DE CRÉDITO DA AMAZONIA, órgão executor do monopólio estatal de compra da borracha natural e sintética, evitando-se, assim, qualquer interferência de intersses privados e respeitando-se ainda, a legislação vigente que instituiu o monopólio oficial dêsse produto".

Chegou a hora da união de todos os nacionalistas em tôrno da

FRENTE NACIONALISTA DE SÃO PAULO

Reuna os verdadeiros nacionalistas de sua cidade ou de seu bairro e organize seu Núcleo Nacionalista

Para qualquer orientação, dirija-se à

FRENTE NACIONALISTA DE SÃO PAULO

Eis alguns dos principais líderes que fazem parte da Frente Nacionalista de São Paulo:

Campos Vergal, Dagoberto Salles, Abiguar Bastos, Leônidas Cardoso, Miguel Leuzzi, Nelson Omegna, Rogê Ferreira, Salvador Romano Lossaco, Wilson Rahal, e outros

A UNIÃO DOS NACIONALISTAS É UM IMPERATIVO HISTÓRICO PARA ATINGIRMOS A NOSSA DEFINITIVA EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA

CAIXA POSTAL 609 — TELEFONE 33-3896
PÁTEO DO COLÉGIO, 1 — SÃO PAULO

NEM RIDICULO NEM HERÓICO...

Joaquim Pimenta

Nem ridículo, nem heróico, mas lamentável o gosto dêsse pequeno grupo de militares em se atirarem a uma aventura que teve a curta duração do vôo de Icaro, felizmente com a diferença de serem de metal, e não de cêra, as asas dos aviões, para que não as derretesse o calor do sol.

Teriam sido levianos, precipitados, imprudentes, e foi esta a minha impressão ou de muita gente, inteiramente modificada depois que veio a público copiosa documentação apreendida em poder de um dos "rebeldes", pois *rebelião*, em larga escala, era o que havia sido minuciosamente planejado, para subverter a própria estrutura do regime, decerto, como tudo levaria a crer, já com um hitlerzinho de algibeira, encadernado e pronto para o Palácio do Catete...

O que bem poderia ser o explodir de uma revolução, mesmo de uma revolta ou de um simples motim dentro ou fora da caserna, mas de certa gravidade, ficou reduzido às proporções de um ato de indisciplina, na sua aparência, porém pressupondo uma profundidade que só deixou de existir porque tudo quanto estava combinado e resolvido resultou em nada ou em *traição*, que deve ser o têrmo que êsses rapazes devem dizer a si mesmos, se o não gritarem mais tarde àqueles que os arrastaram a um ato de loucura, sem ser de loucos, mas de iludidos, de ludibriados na sua ingênua e corajosa boa-fé.

Disciplinarmente, irão responder pelo que fizeram, sem se considerar a angústia, a aflição que levaram a tantos lares colhidos pela apavorante e falsa notícia de um desastre em que teriam perecido os seus entes queridos; nem o risco de um desastre real e catastrófico com a aterrissagem do avião da Panair em campo inadequado. Quanto à sua responsabilidade por "crime político", contra a segurança do Estado, senão contra a própria integridade institucional do regime, ela, se realmente existe, tanto mais se atenua, quanto mais se aprofunda o exame do plano de subversão em que se meteram, e atrás dêste plano surgirem da sombra em que ainda se ocultam os personagens de farda ou de paletó saco que, paciente e calculadamente, o conceberam e arquitetaram. Devem ser os mesmos "patriotas" que, há tempo, vêm querendo resolver, a golpes de fôrça, problemas que só podem ser solucionados em ambientes de paz.

E outra não foi a resposta que a Nação em pêso deu a êsses inveterados conspiradores senão criminosos, desumanos, em pretenderem arrastar um povo já arrazado na sua economia, estrangulado por essa férrea espiral que é a vertiginosa subida de preços, à perigosa experiência de apelar para uma convulsão social, senão para a pior de tôdas as guerras, pelo derramamento de sangue irmão, que é a guerra civil, em que o ideal que a inspira e anima, e o ódio que a incita e faz explodir, tanto mais se confundem e se excedem em ferocidade, quanto maiores a reação e a crueldade dos que se recusam à entrega das posições de mando.

A repulsa que causaria, em todo o País, tão sinistra empreitada, o que transparece no apoio imediato da opinião pública às medidas governamentais de preservação da ordem e de defesa das instituições, apoio a que não faltaram os partidos de oposição, unânimes em condenar o seu primeiro e fracassado ensaio, veio como uma antecipada e formal advertência de que o Brasil não pode ser relegado ao baixo nível de civilização em que permanecem algumas repúblicas sul-americanas, com governos que se depõem e se recompõem em um ambiente, que já se tornou crônico, de anarquia e ditadura.

Até hoje tivemos apenas três "revoluções": duas, por seus efeitos, e foram a que nos deu a Independência e a que nos trouxe a República; a terceira foi a de 1930; as outras, com seus mártires e heróis, desde a Inconfidência à "revolução constitucionalista" de S. Paulo, foram episódios isolados, sem imediata repercussão além das áreas geográficas onde eclodiram. Quanto à proclamação da Independência e a da República, quase se pode dizer que, da primeira, nos ficou de lembrança o eco de um grito, às margens do Ipiranga (*Independência ou morte!*), grito fantástico, atribuído a êsse maroto de coroa, que foi Pedro I, pois, felizmente, em vez de sangue, só correu água do famoso riachinho; e da segunda, também por felicidade, só guardamos o eco de um alegre toque de clarim, em uma ensolarada manhã de novembro, no Campo de Santana.

O mesmo não se pode dizer da revolução de 1930, pela sua extensão territorial e volume demográfico, pois se estendeu de norte a sul, e empolgou tôdas as camadas sociais, desde o homem do campo ao da cidade, desde o trabalhador assalariado ao burguês capitalista, desde o político profissional ao cidadão anônimo e alheio à luta dos partidos.

Não foi uma "revolução de estrutura", que é a que visa à subversão ou transformação de um sistema econômico, social ou político, vigente; mas uma "revolução de superfície", pois visava apenas à reforma de costumes políticos ou, o mais certo, a posse do poder, sem alterar o arcabouço institucional do Govêrno republicano ou as linhas mestras da Constituição de 24 de fevereiro, alicerce democrático de uma federação com o seu centro de gravidade na coordenação e interdependência dos Poderes e na garantia e intangibilidade dos direitos individuais.

Não quero fazer uma crônica ou mesmo o resumo histórico de um movimento do qual participei em Pernambuco, onde êle foi muito mais sangrento do que nos outros Estados onde também irrompeu, para só recordar episódios e fatos que jamais desejaria reviver ou testemunhar, mas que vale a pena evocá-los, como ensinamento e advertência sobretudo a essa nova geração, das escolas e dos quartéis, das fábricas ou onde trabalhem, para que preservem o seu idealismo e a sua fé em um Brasil melhor contra quem quer que, a serviço de ambições de poder, venha atraí-las e arrastar a atitudes iguais à dêses rapazes, inùtilmente sacrificados porque acreditaram em uma ordem de comando que não tinha a fôrça e autoridade dos chefes civis e militares da revolução de 1930. Esta irrompeu no dia 3 de outubro em Pôrto Alegre e no dia 4 no Recife, com um assalto e tomada do quartel federal da Soledade, por um grupo de militares e civis (cêrca de vinte) sob o comando do ex-capitão de polícia Antônio Muniz Farias; grupo que foi logo aumentado com a adesão de condutores e motorneiros da Pernambuco Tramways, à medida que iam passando para iniciar o serviço de bondes em uma estação que ficava nas imediações. À medida que a cidade ia despertando, atraída por descargas de fuzis e pelo incessante matraquear das metralhadoras, aumentava vertiginosamente o número de adesistas, sem distinção de classes, tangidos e empolgados por êsse sentimento gregário que reúne e forma um bloco de resistência ou de defesa, em prol de uma mesma causa ou em face de um perigo comum, indivíduos e grupos de condições sociais as mais diversas ou heterogêneas.

Durante cêrca de 48 horas a massa popular, arregimentada e distribuída em grupos de combatentes, sob o comando de tenentes e sargentos do Exército e de ex-oficiais de polícia e civis, investiu, com uma impetuosidade incrível e invulgar bravura, contra as fôrças do Govêrno, entrincheiradas e bem providas de material bélico, nos quartéis do Dérbi, da fortaleza de Cinco Pontas, do Regimento de Cavalaria, do Corpo de Bombeiros, na Casa de Detenção, na Chefatura de Polícia, no Palácio do Campo das Princesas ou em encontros sangrentos nas ruas com pelotões de infantaria, logo destroçados. Abandonados na praça pública, mortos e feridos os oficiais e soldados que os ocupavam, dois carros blindados, pode-se dizer que tomados à unha pelo povo, em cujo poder mortífero e defensivo de sua autoridade tanto confiara o governador Estácio Coimbra, que, às primeiras horas da noite daquele mesmo dia de sábado, abandonava o pôsto, embarcando apressadamente em um rebocador, e que tinha o seu nome, tomando destino ignorado. No dia seguinte os reencontros de rua e a arremetida aos quartéis prosseguiam com igual ímpeto e furor, ao mesmo tempo que, em vários pontos da cidade, eram devoradas por incêndios casas de comércio e de residência dos políticos mais visados pela cólera popular, entre muitas, um grande armazém de fazendas, no bairro do Recife, e um suntuosíssimo castelo na Avenida Manuel Borba, dos quais só restaram as paredes, de propriedade dos irmãos Pessoa de Queiroz. Sucessivamente iam caindo em poder do povo e sendo logo invadidos pela multidão, a Chefatura de Polícia, os quartéis a que acima nos referimos, além do Palácio do Govêrno já ocupado na véspera, e, por último, entre meia-noite e uma da manhã de segunda-feira, a Casa de Detenção.

Em um carro oficial, pôsto à minha disposição para o serviço de censura, entregue a mim, na imprensa, nas estações telegráficas e radiográficas, fiz um percurso pela cidade, observando barricadas e mais barricadas de sacos de areia, de paralelepípedos arrancados ao calçamento, que se estendiam por onde os combates foram mais cruentos, enquanto grande quantidade de poças de sangue ressecavam no chão de onde tinham sido retirados os mortos e os feridos. Contei cêrca de dez prédios, quase todos residenciais, incendiados ou ainda ardendo em chamas, sem terem escapado ao saque, inevitável em tais momentos. Escurecia quando passei pela Avenida Manuel Borba e vi as labaredas lambendo e devorando o que restava do pavimento superior do luxuoso castelo do coronel João Pessoa de Queiroz, porque o mais eram destroços e cinzas fumegantes, e as paredes ainda mais tétricas com a noite que descia.

Tanta destruição, e em tão pouco tempo era uma página, ao vivo, que Zola bem podia juntar ao *Germinal*, como um documento dantesco, a mais, do que é a insensatez e o instinto depredatório de uma plebe alucinada e enfurecida. A revolução de 1930 foi uma revolução do povo, e não uma revolta de quartéis, tanto assim que da guarnição federal, que tomara destino ignorado, não tivemos qualquer apoio. É verdade que era seu chefe supremo o capitão Juarez Távora, cujo estado-maior era formado pelos tenentes Juraci Magalhães, Jurandir Mamede, Humberto Moura, Toscano de Brito, Landri Sales, todos como que desligados ou conspirando dentro ou fora da sua corporação.

Não tivemos com a vitória, ruidosamente festejada no Recife, com multidões em passeata pelas ruas, como em todo o País, êsse lúgubre cortejo de cadáveres que o fuzilamento dos vencidos vai amontoando sôbre o caminho que conduz os vencedores a um palanque armado em praça pública, espécie de altar onde as turbas proclamam e reverenciam os seus novos ídolos... Nem mesmo prisões em massa ou detenções de adversários em evidência, nem as inevitáveis arruaças e apupos de rua contra pessoas inermes e até inocentes, nada disso tivemos, o que, aliás, se deveu à formação moral dos dirigentes do movimento.

Apesar de tudo isso, creio que, como eu, como Juarez Távora, que pensa hoje da mesma forma, quantos que diretamente participaram da revolução de 1930, não desejam mais uma nova e igual experiência para o Brasil. Não queremos, porque mesmo não cabe em um simples, expor e discutir o que houve realmente de benéfico e compensador do sangue fraterno derramado em uma jornada que, se não durou meses ou anos, foi porque teve o acolhimento imediato, espontâneo, unânime, do povo brasileiro.

A revolução que estava sendo tramada ou que ainda se pretenda levar a cabo, não será, como foi a de 1930, que nasceu e se fêz com o povo. Será uma revolta de quartel, culminando, se vitoriosa, em uma ditadura, com um hitlerzinho repimpando sôbre um tanque. De qualquer modo, uma ditadura militar, a pior de tôdas, na palavra de suma autoridade do marechal Teixeira Lott, ao referir-se a essa aventura, nem ridícula, nem heróica, mas inspirando complacência e respeito pelos jovens que, em boa fé, confiaram na coragem que faltou ou na idoneidade moral que deviam ter os que os induziram a assumir o risco de uma empreitada em que foram os únicos a sofrerem as funestas conseqüências de tão brusco e calamitoso desfecho.

A Crise do Transporte Aéreo

Ivaldo Falconi

Pela Resolução n.º 1, de 1959, a Câmara dos Deputados constituiu uma Comissão de Inquérito, composta de sete membros, para investigar as condições de segurança de vôo e pouso dos aviões civis, de alimentação, regime de trabalho dos tripulantes das aeronaves e dos empregados nos serviços de manutenção; as condições do serviço de busca e salvamento e as atuais condições de oferta de transporte aéreo superior à procura; problemas de ordem tarifária que estão originando a crise na aviação comercial brasileira e, bem assim, a questão do zoneamento ou da conveniência do monopólio estatal.

A comissão realizou as mais amplas investigações e diligências, ouvindo técnicos e diretores das emprêsas de navegação aérea que atuam em nosso país. Finda essa tarefa, o deputado José Joffily Bezerra, Relator Geral, apresentou minucioso trabalho, propondo nele a votação de um projeto de lei que estabelece planejamento adequado para a solução dos principais problemas que enfrentamos nesse setor. Não se limitou o parlamentar nacionalista a fazer obra demagógica, negativista, puramente de crítica. Analisou, é certo, as deficiências que se verificam na administração pública, no tocante à disciplina do transporte aéreo, mas para sugerir medidas que nos parecem inteiramente acertadas.

O sr. José Joffily Bezerra fêz um longo estudo da história da aviação comercial brasileira para pôr em relêvo a maneira pela qual evoluimos nesse campo de atividade e acentuar a importância que o problema tem dentro de uma política geral de desenvolvimento econômico. O Brasil, como bem frisou, chegou a conquistar o terceiro lugar no domínio do transporte aéreo mundial, cabendo-lhe, desde o início, "inequívoca liderança na América Latina." Das suas conclusões se verifica porém, que tudo se passou sem um planejamento razoável, numa obra de pioneirismo feita improvisadamente, sem a previsão das etapas futuras.

Após a segunda guerra mundial, quando os Estados Unidos executavam um programa de reequipamento de suas emprêsas aéreas, houve, como bem acentua o Relator, a facilidade da aquisição de material usado, vendido a preços de liquidação. E a conseqüência foi a proliferação no Brasil de grande número de emprêsas, algumas delas verdadeiras aventuras, pois não possuiam a capacidade econômica e a organização que se faziam necessárias. Agora, quando surge a necessidade de reposição do material, já gasto ou obsoleto, o problema financeiro das emprêsas é da maior envergadura, pois os novos tipos de avião são muito caros, sendo inevitáveis investimentos fabulosos. E sem isso não é possível manter as emprêsas em condições de competir e prestar serviços à altura das necessidades atuais de nosso desenvolvimento.

E' evidente que se torna imprescindível a adoção de um plano de referência ao problema do transporte aéreo. O reequipamento das emprêsas exigirá grandes gastos em divisas, o que pressionará o nosso balanço de pagamentos que se encontra numa posição muito desfavorável. E dentro dêsse quadro não é admissível a multiplicidade de emprêsas superior à procura de transporte aéreo. Ao que colhemos do trabalho do ilustre parlamentar, urge a elaboração e a execução de um verdadeiro programa, para coordenar as atividades, evitar os desperdícios e reduzir custos desnecessários que oneram a econômia nacional e que seriam suprimidos numa ação de conjunto.

O projeto apresentado pelo Deputado José Joffily Bezerra cria o Conselho Nacional de Aeronáutica para coordenar e superintender a política aérea nacional, calcular e fiscalizar a aplicação das subvenções ao transporte aéreo e promover a implantação da indústria aeronáutica. O novo órgão reunirá as funções da Diretoria de Aeronáutica Civil, da Comissão de Estudos relativos a navegação aérea internacional, da Comissão de Estudos relativos a navegação aérea internacional, da Comissão de Estudos para a concessão de linhas aéreas, da Comissão de Fiscalização da Aplicação das Tarifas de Transportes Aéreos. O objetivo é realizar uma ação centralizada que facilitará a execução dos planos traçados e o cumprimento das normas que forem estabelecidas.

Caberá ao Conselho Nacional de Aeronáutica, entre outras atribuições, autorizar, revogar, regular e controlar a concessão de linhas aéreas, domésticas ou internacionais fixando frequências, horários, escalas, tipos de aeronaves. O funcionamento de novas emprêsas dependerá de autorização do novo órgão, que poderá, também, estabelecer o zoneamento nas regiões onde fôr desaconselhável a competição.

O Conselho coordenará a redistribuição ou fusão dos serviços radio-aeronáuticos e de manutenção, bem como de pista e outros, para evitar dispersões que oneram os custos. O ficará na dependência de participação da União até 21% no capital da emprêsa subvencionada, e os subsídios diretos ou indiretos estarão condicionados ao pagamento das contribuições de previdência. O Conselho Nacional de Aeronáutica terá um Conselho Deliberativo, uma Divisão Técnica, uma Divisão Jurídica e uma Divisão Administrativa.

Não há dúvida de que o projeto do sr. José Joffily Bezerra representa uma contribuição de primeira ordem para a solução dos problemas de nosso transporte aéreo. Entre os seus méritos figura o de constituir uma tentativa para imprimir ordem num setor que funciona de maneira quase anárquica. É de esperar que a Câmara dos Deputados não protele a sua discussão, no curso da qual poderão ser feitas as modificações que os entendidos julgarem necessárias.

A AMAZONIA EM PERIGO

Clovis Botelho Vieira

"Nações Unidas, 18 — (UPI) — A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação — (FAO) — criará um Instituto regional de posse de terras na América Latina" — (Dos jornais).

O Tratado de Tordesilhas, pequena correção da doação pontifícia de terras à Espanha e Portugal, embora os protestos platônicos do rei de França, localizou a conquista lusa na América do Sul em estreita faixa do litoral brasileiro, numa linha de Marajó a Cananéia. Constituiu uma epopéia a luta de Portugal contra o Tratado e para o recuo do meridiano, associados paulistas e portuguêses, indo os primeiros pelo interior aos Andes, em cujas bordas encontravam os segundos, que subiam em canoas desde a foz do Amazonas, embrenhando-se às vêzes na mata equatorial, sempre cheia de índios e perigos. As vêzes se cruzavam na viagem assombrosa, Francisco de Melo Palheta rio Madeira acima, Manoel Félix de Lima rio Madeira abaixo.

E, nos vilarejos da Amazônia apareciam paulistas, como João de Sousa Azevedo, ituano, "da raça de gigantes que São Paulo deu ao Brasil" (1) que ora se achava no Tapajoz, ora no Arinos, ora no Madeira. Também, descendo o Guaporé, desde a velha Mato Grosso ia ao seu encontro outro paulista, João Leme do Prado. Como coroação a essa investida secular contra a fronteira, que por um triz não se alargou até os contrafortes andinos, na proeza de Antônio Raposo Tavares, o pequenino Portugal, de limitados recursos, para a defesa do território imenso, ergueu fortalezas nos pontos principais.

Êsse território, cuja defesa se consolidou no Tratado de Madri, obra de Alexandre de Gusmão, paulista, nascido em Santos, e que se manteve íntegro até hoje, se acha ameaçado novamente. Não de agressão externa; não aproam para as suas raias fluviais navios dêste ou daquele porte. Nem "marines". A conquista frontal, não dissimulada, a agressão externa do Rio Grande ao Cabo Horn, a que aludia Eduardo Prado na obra soberba se tornou impossível, ante os teleguiados da União Soviética.

Mas os trustes internacionais, sequiosos da Amazônia, atacam por dentro, desintegram e desvirilizam as nações, como ratos dentro de um queijo. E forçam a solução cômodamente, de dentro para fora. Para isso, colocam nos postos-chave do país, homens de sua confiança como Roberto Campos, Lucas Lopes ou Sebastião Paes de Almeida, uns substituindo outros, quando visados pela propaganda nacionalista.

Ou se estabelecem na cúpola dos partidos políticos de massa, como Santiago Dantas falando em Getúlio para mais fàcilmente matar sua obra no momento oportuno. Hábil, de peregrina inteligência, melífluo, enganoso, simula apoiar a Petrobrás enquanto a estrangula em um dos postos de vanguarda dos monopólios internacionais, ou seja a Refinaria de Capuava.

Os monopolistas internacionais, à cata do petróleo, durante muito tempo se fixaram em sua inexistência no Brasil. Conseguiram infiltrar no Departamento Nacional da Produção Mineral os Oppenheim e Mulamphy, de triste memória. Enquanto o govêrno brasileiro apoiava a tese dêstes — "no Brasil não há petróleo", as missões protestantes cruzavam a Amazônia, Hamilton Rice e outros sobrevoavam o território do Rio Branco, pesquisando e organizando o cadastro de nossas riquezas minerais.

Aqui estêve, segundo GONDIN DA FONSECA, notável geólogo americano, White, contratado pelo paulista Eugênio Ferreira de Camargo; correu o Brasil inteiro e concluiu: **"Se algum dia encontrarem depósitos de petróleo no Brasil, estarão situados no território drenado pelo rio Amazonas."** Em seguida, começou o projeto, ou antes os sucessivos projetos de internacionalização da Amazônia. O primeiro, na Conferência da Paz, também narrado por Gondin da Fonseca, em que nosso defensor foi Lloyd George, com estranheza manifesta de Epitácio Pessoa. O segundo, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, que sòmente não foi avante pela oposição irredutível de Arthur Bernardes, então deputado federal, na campanha memorável de 1950 e 1951. Eis as palavras do vulto excepcional:

"A Convenção do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica é uma espantosa vitória das fôrças que manipulam a geopolítica em tôrno da conquista de minérios estratégicos." (Discurso de 24-2-50 na Câmara dos Deputados)

"Estudado pelo prisma jurídico, o convênio é insustentável por encerrar em seu seio a perda da Amazônia e da soberania brasileira naquela região." (Discurso de 24-1-50 na Câmara dos Deputados)

"Enquanto todos os países europeus, contando menos de 600 mil quilômetros quadrados, à exceção da Rússia, realizaram seus grandes destinos, dentro das próprias fronteiras, na América do Sul, com o pretexto da criação de um Instituto, entrega-se-lhe tôda a vasta região amazônica, precisamente quando as nações imperialistas perdem suas colônias e, ávidas de matérias primas, VOLTAM-SE PARA OS ESPAÇOS VAZIOS DO PLANETA". (Discurso de 27-6-51 no Clube Militar).

Agora, derrotado o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, vem o Instituto Internacional da Posse da Terra. E, inevitàvelmente, se localizará na Amazônia, dos inesgotáveis mananciais petrolíferos. Para isso, contam os internacionalistas com a passividade do Congresso Nacional.

Palavras de Arthur Bernardes:

"O responsável mor por nossas desgraças são as fôrças majoritárias que, no Parlamento, dão ao govêrno um apoio cego, irrestrito, incondicional."

Contra o parecer monumental de GABRIEL DE REZENDE PASSOS, sôbre a capitulação de Roboré, já há, na Câmara dos Deputados, o pedido de vista, em contrário, do deputado Oliveira Franco. Êste, paranaense, se esquece por certo da obra imortal do Barão do Rio Branco, reivindicando para o Estado do Paraná o território contestado pela República Argentina. Paga, em ingratidão, abrindo as fronteiras de Mato Grosso aos trustes, a fim de ser agradável aos grandes homens da hora presente. Grandes homens pelo avesso, na conceituação admirável de Euclides da Cunha, tão adequada aos que, de pires na mão, imploram dinheiro aos monopolistas internacionais, para a OPA e mais loucuras desta geração política que parece fadada a perder o Brasil.

(1) Artur Ferreira Reis — História da Amazônia — pág. 60.

Juraci: Atitude e Decisão

Wladimir Guimarães

A vida humana é curiosa e vária. Circunstâncias ocasionais e surpreendentes podem marcar, de tal sorte, a personalidade individual que nada será capaz de dissociá-la do estigma, da caraterização ou do labeu que a atingiu.

Cambrone, repelindo com a convicta veemência de um cabo de esquadra, a atitude, a seu ver insultuosa, do oficial de Wellington que fôra prender Napoleão, não sòmente imortalizou-se como tornou célebre uma expressão que Vítor Hugo tornaria épica e Zola clássica.

São êsses instantes, precisamente, ou momentos decisivos da humanidade, como queria Stefan Zweig, que definem as fronteiras reais que separam o homem de gênio do mediocre.

Um Amudsen, antecipando-se aos inglêses na conquista do polo e da glória para seu povo, embora sacrificando sua própria vida, e um Grouchi, sob o domínio obstinado da burrice, perseguindo as invisíveis tropas alemãs, enquanto o Côrso aguardava a sua ajuda para consolidar outra vitória memorável, constituem exemplos edificantes.

Êsses comentários têm validade, guardadas as justas e necessárias proporções, para ajudar-nos na interpretação do comportamento do governador Juraci Magalhães no evolver da política nacional, nessas três últimas décadas.

Um dos chefes da revolução de trinta, por fôrça disso mesmo seria, em trinta e dois, nomeado Interventor Federal na Bahia e eleito seu Governador Constitucional, em trinta e quatro.

Em trinta e sete, na implantação do Estado Novo, a despeito de insistente convite do Presidente Vargas para continuar no poder, renunciaria ao cargo que ocupava, preferindo cair de pé e continuar ao lado do povo.

Mais tarde, com a volta do País ao regime constitucional, seria estimulado pela possibilidade de candidatar-se ao Govêrno da Bahia. Mas, nessa época, se lhe opunha, como adversário, a personalidade exponencial de Otávio Mangabeira. Cedeu às injunções e o apoiou decididamente, tornando-o vitorioso. O mesmo viria a fazer, depois, quando da eleição de Antônio Balbino.

Eleito a 3 de outubro de 1958 para o mais alto cargo público de nossa terra e empossado a 7 de abril, se dedicava aos absorventes afazeres da administração estadual, quando se viu envolvido pelo torvelinho da campanha presidencial. Mais particularmente, espicaçado em seus brios pelos desatinos, incoerências e — por que não dizê-lo — pusilanimidade dos dirigentes do seu partido, a extinta União Democrática Nacional.

Insolentemente insultado, ofendido e convidado à luta, armou-se e nela se empenhou, de corpo e alma, a despeito da diversidade de fôrças que se contrapunham.

Seu ímpeto e sua violência foram de tal ordem, ao brandir a espada, que muitos, quase todos que assistíamos ao embate, e seus correligionários sobretudo, temíamos por sua vida, caso não o favorecesse a vitória. Dava a impressão de que não se afastaria da liça, sem vencer ou parecer. Admitia-se que estivesse movido por incontrolável ambição de poder, capaz de obnubilar seu raciocínio, impedindo-o de realizar a retirada estratégica, no momento exato em que poderia se transfigurar num herói.

À hora oportuna, porém, surpreendendo a todos já possuídos por uma angústia suprema, concretizou o grande feito que se inscreveu para a posteridade.

Esclarecendo sua atitude, teria oportunidade de declarar, através de documento histórico:

"Sempre fui realista, e não me arrependo. O meu realismo tem sido pôsto sempre a serviço do meu ideal; pés fincados no chão para melhor contemplar as estrêlas. Nesta hora encarno, ainda, a serviço da unidade da Nação, as esperanças de um povo reduzido à penúria, às custas de tanta iniquidade, o povo Nordestino."

E, mais adiante: "Não tenho nada de pessoal contra o eminente Deputado Jânio Quadros; apenas não desejaria, para o futuro Presidente da República, um político do seu estilo, da sua maneira de portar-se. Vejo dificuldades em sua candidatura quanto ao ambiente criado em setores atuantes das fôrças armadas. Um dissídio com estas, dará ao futuro govêrno, uma instabilidade prejudicial ao País."

"Não creio que o eminente sr. Jânio Quadros fortaleça a vida partidária do País, tanto assim que sua carreira política mostra um itinerário que infringe todo o comportamento partidário de um político. O seu feitio pessoal pode levá-lo à criação de um govêrno autocrático e eu quero conservar a autoridade decorrente da divergência para combatê-lo, se essa desgraça acontecer ao Brasil."

Bastam êstes trechos. Êles falam muito alto e são suficientes para estimar-se o estalão moral e a coragem cívica do seu autor, a par da mais absoluta e desenganada desambição. Na sua transparência cristalina, pode-se vislumbrar o retôrno do Tenente de trinta ao comando dos exércitos do Norte, na defesa impostergável da Democracia, da Liberdade e dos direitos dos cidadãos.

Também já antevemos os delineamentos estruturais da posição que irá assumir.

Discípulo de Ruy e como o Mestre, não admitirá lugar para a neutralidade entre o Direito e o Crime.

O dilema é indiscutível e irrefragável: ou se elege o Marechal Henrique Teixeira Lott Presidente da República, ou submergiremos no caos, sem que possamos prever nem pressentir a extensão de suas conseqüências.

Em face dessas circunstâncias, as palavras do governador Juraci Magalhães não deixam dúvidas nem permitem vacilações.

"Capitais Estrangeiros no Brasil"

De ARISTÓTELES MOURA

Transferência de lucros, entradas e saídas, efeitos sôbre o câmbio, o custo-de-vida, as importações, o desenvolvimento econômico do País.

Estudo de 381 páginas, com 76 quadros, da estrutura dos empréstimos e dos investimentos diretos.

Pedidos à Editôra Brasiliense Ltda.

Rua Barão de Itapetininga, 93 — 12.º andar — Caixa Postal 8163 — Endereço Telegráfico "Edibrasda" — S. Paulo.

À venda nas livrarias — Preço: Cr$ 150,00.

O DIRETÓRIO DO PSD DO ROCHA HOMENAGEIA "O SEMANÁRIO"

"Sob o seu comando derrotaremos fragorosamente o eleitorado da lanterna e da vassoura!"

Homenagem que muito nos comoveu foi a que nos prestou o Diretório do PSD do Rocha, o progressista bairro da Zona Norte da Capital da República. O Diretório Distrital do Rocha, constituído de autênticos líderes populares é um dos mais fortes esteios do Partido Social Democrático no Rio de Janeiro, e sua fôrça vem do seu contato com a massa e do bom trabalho eleitoral e de proselitismo que realiza. Sua atuação no movimento nacionalista tem sido das mais entusiastas e eficientes. Graças à êle, o que serve de exemplo aos organismos de base dos partidos em geral, o Rocha é hoje um verdadeiro baluarte do Nacionalismo. O mesmo se poderá dizer de seu diretório pessedista em relação à candidatura do Marechal Teixeira Lott. Êsses bravos companheiros tiveram a bondade de homenagear O SEMANÁRIO, na pessoa do nosso diretor, vindo incorporados à nossa redação na manhã de sábado último, para fazer-nos a entrega da seguinte mensagem, cujos conceitos muito nos desvanecem e — como lhes dissemos — pagam todos os nossos sacrifícios e tôdas as dificuldades que temos enfrentado para dar ao povo brasileiro o jornal que êle merece:

"Exmo. Sr. Jornalista Oswaldo Costa, M.D. Diretor-Presidente de O SEMANÁRIO:

O Diretório Distrital do Partido Social Democrático do Bairro do Rocha, aqui veio incorporado homenagear O SEMANÁRIO na pessoa de V. Exa., cuja combativa independência moral e profissional enaltece e dignifica a imprensa brasileira.

Nós, líderes populares que compomos êste Diretório, não podíamos continuar omissos, frente aos relevantes serviços prestados à coletividade pelo O SEMANÁRIO, de vêz que tal omissão implicaria num acovardamento e, sobretudo, numa traição injusta ao irredento povo do bairro do Rocha, de que somos legítimos representantes

Educando, orientando, esclarecendo e politizando as massas urbanas e campezinas, O SEMANÁRIO, penetra hoje, indistintamente, no casebre do seringueiro; na choça do lavrador; no acompamento do garimpeiro; na cabana do pescador; no rancho do peão; na casinha do "barnabé"; no barraco do operário e no palacete, ou no apartamento de luxo do burguês opulento.

Êsse inédito, accessível e proveitoso trabalho de sociologia educacional, ao alcance de todos, por isto mesmo, vive subrepticiamente cercado de grandes ameaças dirigidas pelos "trusts", os quais continuam gastando montanhas de valorizadíssimos dólares e aviltadíssimos cruzeiros para destruí-lo, inobstante V Exa. e sua corajosa equipe de colaboradores enfrentá-las com despreendida serenidade, prosseguindo, sem transigências, na meta escolhida e traçada pela honra e pelo patriotismo.

Daí resultou que O SEMANÁRIO, em pouco tempo, conseguiu aquilo que os políticos profissionais, os pelegos, os testas de ferro dos "trustes", aliás sempre reeleitos, em tôdas as legislaturas, nunca conseguiram com demagogia e dinheiro, isto é, arregimentar o povo, congregar o povo, preparar o povo, para o combate democrático em duas facções perfeitamente definidas; nacionalistas e entreguistas.

Êstes, como recompensa pela traição aos interêsses da Pátria, conseguem tudo: bancos, palácios, cadilaques, jornais, museus, joias, prostitutas internacionais e dólares em profusão, com os quais, exultantes de impunidade, tripudiam sôbre os terríveis sofrimentos do povo.

Mas, uma só cousa êles ainda não conseguiram: Coragem! Coragem moral, coragem pessoal, coragem cívica, para defender, na trincheira ou na barricada, êsse império corrupto de opulentas comodidades.

Aquêles outros, somos nós, os nacionalistas, povo anônimo das ruas, retratos vivos dêste Brasil faminto, desnudo, inculto e saqueado, ou, como querem os economistas platônicos — subdesenvolvido — que nada possuimos, a não ser uma coragem implacável e suicida, para defender, na trincheira ou na barricada, a completa redenção econômica e política de nossa Pátria.

Daí porque a última esperança dêles, entreguistas, repousa na dupla Rockfeller-Jânio!

Essa esperança é morta, é tão morta quanto a candidatura frustrada dêsse enfermiço faquir de Mato Grosso — berço de vultos eminentes como Dutra e Rondon — que êle enxovalha, com o seu mórbido egoísmo e sua incomensurável ambição.

A candidatura do incorruptível Marechal Teixeira Lott, portanto, esculpida pelo O SEMANÁRIO na consciência livre do povo, e amparada por nós, seus verdadeiros líderes, sempre foi invencível porque, nunca estêve sob a tutela de grupos colonialistas.

Para os entreguistas — Jânios, Lacerdas, Magalhães e Carvalhos Pintos — o Brasil nunca estêve deitado em bêrço esplêndido, porque êles o fizeram permanecer numa posição muito mais humilhante, ou seja, de cócoras!

Para soerguê-lo; para desmanietá-lo dos "trusts"; para libertá-lo dos traidores; para restituí-lo poderoso e respeitado aos seus próprios filhos, é que O SEMANÁRIO, indicou e nós, líderes do povo, apoiamos a candidatura do preclaro cidadão Henrique Teixeira Lott, soldado inflexível, másculo, probo e corajoso, o qual jamais promoverá palhaçadas resignatórias, não só por prezar a sua própria honra, como também pelo sincero respeito que dedica aos seus concidadãos.

A vitória da candidatura nacionalista do Marechal Teixeira Lott é inevitável e será esmagadora; por êsse motivo, desta redação — imaculada urna de civismo entre o céu e a terra — nós clamamos ao coração dêsse grande soldado:

— O triunfo não pertencerá sòmente ao nosso glorioso Partido Social Democrático, por direito de conquista, também pertencerá a O SEMANÁRIO, êste pregoeiro volante da verdade!

Com êsse julgamento, o Diretório Distrital do Partido Social Democrático do indomável bairro do Rocha encerra esta expontânea e sincera manifestação de irrestrita solidariedade a V. Exa., jornalista Oswaldo Costa, indiscutivelmente o grande general paisano da emancipação nacional.

E nós, líderes populares, modestos depositários das esperanças do povo anônimo, sob o comando de V. Exa., derrotaremos fragorosamente o eleitorado da lanterna e da vassoura, elegendo o Marechal Teixeira Lott, porque sòmente êle, com sua indestrutível energia moral, dará ao Brasil, aquilo que nós, todos nós, sonhamos: Paz, Prosperidade, Bem estar e Justiça.

(as.) José Tolentino Trindade, Secretário-Geral Coordonador; José Leite Duarte, Presidente; Maximino de Carvalho, 1.º Vice-Presidente; Carlos Rodrigues Martins, 2.º Vice-Presidente; Manoel França Vieira, 3.º Vice-Presidente; Paulo Agenor Couri, Secretário-Adjunto; Jair Rocha, Tesoureiro-Geral; Aureo de Oliveira Santos, Tesoureiro-Adjunto; Sebastião Antônio dos Santos, Procurador'".

A entrega foi feita pelo companheiro José Pereira Trindade, em eloquente discurso, ao qual respondeu, agradecendo o nosso diretor. Estiveram presentes ao ato os deputados federais Bento Gonçalves e Neiva Moreira, presidente e secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista, e o vereador José Frejat.

Aos bravos companheiros do Rocha, vanguarda esclarecida e combativa do Nacionalismo no Distrito Federal, o nosso "muito obrigado".

Edmar Morél faz gravíssima denúncia ao Ministro da Justiça, sr. Armando Falcão:

Fraudado um Acórdão do Tribunal Superior Eleitoral, Quando Foi Substituida a Palavra Negar Por Dar, Sendo, Assim, Cancelado o Diploma do Deputado Pedro Alvarez

Espantosa fraude acaba de ser denunciada no Tribunal Superior Eleitoral. O fato é de estarrecer a opinião pública. A audácia dos falsificadores chegou ao seu auge, quando modificaram um acórdão daquela Egrégia Côrte, invertendo, assim, uma decisão dada por quatro votos contra dois em favor do deputado Pedro Alvarez, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

O SEMANÁRIO chama para o caso a atenção dos ministros da Justiça, srs. Armando Falcão e Nelson Hungria, presidente do Tribunal Superior Eleitoral. A denúncia causou tamanha revolta que o ministro Cândido Lôbo bradou em plenário: "Meu Deus, em que país estamos que a decisão de ministros é deturpada na publicação de um acórdão!"

Eleito por quase 23.000 votos na legenda do PR, o sr. Pedro Alvarez, entretanto, teve o seu mandato impugnado pelo Partido de Representação Popular, o QG dos fascistas nativos, sob a alegação de que um dos candidatos da chapa do PR não estava inscrito e, por esta razão, os seus votos não poderiam ser contados, caindo, desta maneira, o quociente eleitoral.

O Tribunal Eleitoral e a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, todavia, mantiveram o mandato e os integralistas recorreram para o Tribunal Superior Eleitoral.

Quanto do julgamento do mencionado recurso, quatro ministros votaram contra a medida e dois a favor. Entretanto, pasmem os leitores, uma funcionária do Tribunal, sabe-se agora, ligada a um dos advogados do PRP, modificou o acórdão, fazendo uma rasura. No lugar de constar, então, que o Tribunal resolveu NEGAR provimento, passou a constar DAR provimento. O documento que O SEMANÁRIO publica dispensa comentários.

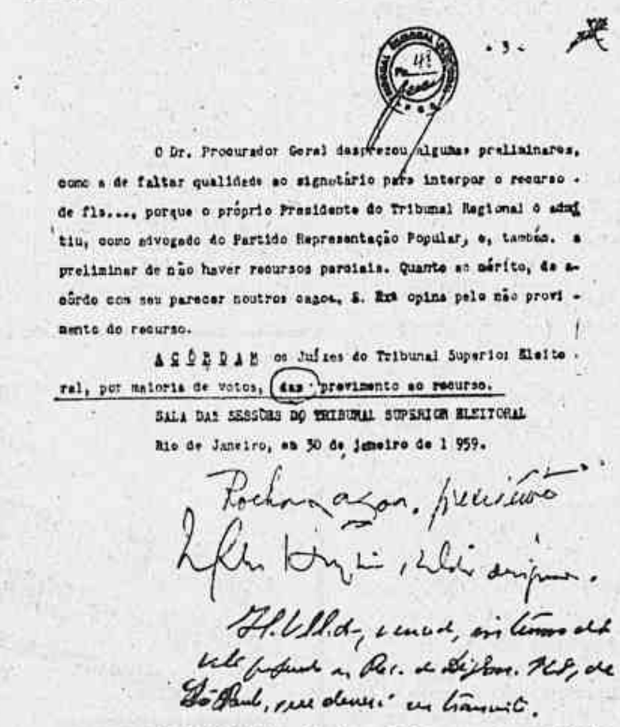
Votaram contra o recurso os ministros: Relator Haroldo Valadão, José Duarte, Cândido Lôbo e Vieira Braga. Votaram a favor os ministros Nelson Hungria e Artur Marinho 4x2.

Mas, com a substituição da palavra NEGAR por DAR, o deputado Pedro Alvarez teve o seu mandato de deputado cassado, quando o Tribunal Superior Eleitoral, na verdade, manteve a decisão do Tribunal Regional do Rio Grande do Sul.

Aprova da fraude está à fôlha n.º 45 do volumoso processo, quando são conhecidos os votos contrários dos ministros José Duarte, Cândido Lôbo, Vieira Braga e Haroldo Valadão, contra o recurso interposto pelos integralistas. Eis, em síntese, como um funcionário, numa falsificação grosseira, perceptível a ôlho nu, rasurou a palavra NEGAR pela palavra DAR, conforme mostra a fotocópia que O SEMANÁRIO divulga e encaminha ao Ministro da Justiça, sr. Armando Falcão.

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, ante a comprovada falsificação, designou uma Comissão de três deputados para tratar do caso junto ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Nelson Hungria, o qual, diga-se de passagem, ficou surpreendido com o fato, conferindo a redação do acórdão com as notas taquigráficas da sessão de 30 de janeiro dêste ano, quando o deputado Pedro Alvarez foi vítima da espantosa e audaciosa fraude.

A própria Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na defesa do mandato ameaçado pela fraude na redação do acórdão, impetrará um recurso cabível junto ao Supremo Tribunal Federal, para ver restabelecida a verdade e punição para os falsários.



- 3 -

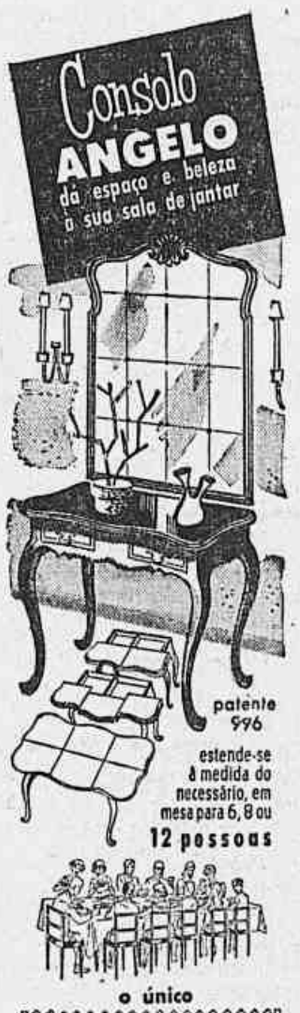
O Dr. Procurador Geral desprezou algumas preliminares, como a de faltar qualidade ao signatário para interpor o recurso de fls..., porque o próprio Presidente do Tribunal Regional o admitiu, como advogado do Partido Representação Popular, e, também, a preliminar de não haver recursos parciais. Quanto ao mérito, de acôrdo com seu parecer noutros casos, S. Ex.ª opina pelo não provimento do recurso.

ACÓRDAM os Juízes do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria de votos, dar provimento ao recurso.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1 959.

A PROVA DA FRAUDE! — Quatro ministros votaram contra o provimento ao recurso, porém, na redação do acórdão, substituiram a palavra NEGAR por DAR.



o único
EXTENSIVEL
em vários estilos: Luiz XV, Império, Chipendale, Moderno, etc. desde **550,** mensais.

MÓVEIS ANGELO
Avenida Salvador de Sá, 195
Tels.: 52-7804 e 42-2529

EM EXPOSIÇÃO: Livings, Dormitórios e Peças Avulsas em geral. Aceitamos encomendas de armários embutidos.

ENTREGUE À CÂMARA DOS DEPUTADOS O PROJETO VALÉRIO CALDAS:

Marcha-à-ré Nas "Reforminhas" Cambiais Entreguistas da SUMOC

O deputado Valério Caldas Magalhães, da Frente Parlamentar Nacionalista, apresentou à Câmara Federal um projeto de lei visando anular as "reforminhas" cambiais realizadas pela SUMOC, a mando do Fundo Monetário Internacional, durante a passagem do Sr. Lucas Lopes pelo Ministério da Fazenda. Em seus diversos artigos, o projeto modifica o disposto na Lei n.º 1.807, que definiu o sistema cambial vigente no país, no ponto em que esta Lei permite, ainda que em caráter excepcional, a passagem para o câmbio livre de receitas cambiais obtidas com a exportação de mercadorias. Pelo projeto do deputado Valério Caldas, fica terminantemente proibida a operação, no câmbio livre, com divisas resultantes da exportação.

MEDIDA DE SOBERANIA

Eis o que disse, na justificativa ao seu projeto, o deputado Valério Caldas:

«Os dois últimos anos assinalaram grave descenso no valor da exportação brasileira e, no ano corrente, são débeis os indícios de recuperação. Sendo a exportação a maior fonte de divisas com que conta o nosso país, sua queda tem como inevitável consequência a crise cambial, que tão sérias repercussões vem provocando no conjunto da economia nacional.

2. E' compreensível que, em tal situação o interêsse nacional deva recomendar severa poupança dos recursos cambiais, tendo em vista, em primeiro lugar, as necessidades da importação e, em segundo, as necessidades financeiras da União. Isto porque a nossa importação é constituída de pauta bastante rígida de produtos essenciais, cujo suprimento é indispensável à manutenção de nível normal das atividades da indústria, da agricultura e dos transportes, bem como, no caso do trigo, à própria alimentação do povo.

3. O suprimento de artigos essenciais importados é ainda mais rígido se considerarmos que não se trata sòmente de assegurar o nível já alcançado das atividades econômicas, mas de impedir a diminuição do ritmo do desenvolvimento, cuja aceleração se tornou imperativo da própria sobrevivência nacional. Enquanto, por conseguinte, não contarmos com produção interna, em escala suficiente, substituiva das importações essenciais — como é o caso, por exemplo, no momento atual, do petróleo e derivados; de certos equipamentos pesados ou de alta precisão; das chapas de aço e de outras matérias primas indispensáveis ao nosso parque industrial — o dever dos responsáveis pela economia nacional consiste, incontestàvelmente, em procurar evitar que não faltem os recursos que permitam adquirir no exterior as quantidades imprescindíveis daqueles bens de produção.

POLÍTICA INJUSTIFICAVEL

4. Não se justifica, por tais motivos, a orientação que, a partir de meados de 1958, seguiu o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito. Ao invés de destinar as divisas provenientes da exportação exclusivamente aos fins de importação de mercadorias e atendimento às necessidades financeiras da União, sucessivas instruções da SUMOC determinaram, em sentido contrário, a liquidação de parcela daquelas divisas no mercado de taxas livres, especialmente destinado às transferências financeiras de caráter privado. Trata-se de parcela considerável e em constante crescimento, abrangendo, entre outros, os produtos abaixo citados cuja exportação, no ano passado, representou os seguintes valores (em milhões de dólares):

Açúcar	57,3
Algodão (em rama)	24,7
Manufaturas	11,6
Bananas	10,8
Abacaxi	10,0
Arroz	5,6
Laranjas	4,7
Lã em bruto	2,1

(Fonte: Relatório do Banco do Brasil, 1958).

5. Como se verifica, é vultoso o volume de divisas, no montante de 126,8 milhões de dólares, que, num momento de gravíssima escassez cambial, a SUMOC julgou adequado excluir do câmbio de taxa oficial, que fornece as divisas destinadas às necessidades financeiras da União e à importação, seja à taxas favorecidas, seja através das licitações nos leilões. Acresce ainda que, ao adotar tais medidas de execução, a SUMOC não estabeleceu prazo à sua vigência, infringindo a Lei 1.807 de .... 7-1-1953, no seu art. 3.º inciso II, parágrafo 1.º, que determina, em tais casos, o prazo entre 3 (três) a 12 (doze) meses.

6. E' certo que parte das divisas lançadas no mercado de taxas livres pode ser recuperada para fins de importação, uma vez que a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil intervenha como compradora naquele mercado. Certo é também que a atual direção executiva da SUMOC não se mostra propensa a consentir no lançamento de novos produtos de exportação no mercado de taxas livres. A experiência demonstra, porém, que questão de tanta gravidade não deve ficar à mercê exclusiva de decisões de órgãos executivos, submetidos a pressões de momento e a modificações de critério de seus eventuais dirigentes. Tratando-se de assunto de interêsse nacional, cumpre ao Congresso estabelecer normas estáveis, através de lei especial.

PRETEXTO FALACIOSO

7. Alegam as autoridades financeiras responsáveis pelo lançamento de produtos exportáveis no mercado de taxas livres, que se tratou de estimular a exportação de produtos cujos preços de custo são elevados e que carecem, pois, de taxas cambiais mais favoráveis para enfrentar a competição no mercado internacional. O estímulo à exportação é objetivo justo e oportuno, com o qual concordamos plenamente. Julgamos, porém, que tal objetivo pode ser atingido de maneira diversa, motivo porque apresentamos o presente projeto de Lei.

8. Nosso ponto-de-partida é a obrigatoriedade de destinação da receita de divisas de qualquer tipo, provenientes da exportação, às necessidades financeiras da União e, fundamentalmente, à importação de mercadorias, seja mediante pronto pagamento ou em regime de financiamento, para pagamento a prazo. Quanto à obrigatoriedade, somos de opinião que não deve haver qualquer exceção, cumprindo determinar, pela Lei, que, em nenhum caso, as divisas originárias da exportação possam ser liquidadas no mercado de taxas livres. Revogar-se-á, assim, o inciso I do artigo 3.º da citada Lei n.º 1.807, que tem sido a porta através da qual a SUMOC vem passando as instruções de ampliação do mercado de taxas livres.

9. Tal porta precisa ser fechada, o que não significa, porém, vedar outras saídas à exportação de determinados produtos, que necessitem efetivamente de taxas cambiais mais favoráveis. Tais saídas podem ser perfeitamente alcançadas por intermédio de oportunas alterações no sistema de categorias de exportação, com as bonificações correspondentes.

10. A fim de tornar o sistema mais flexível, propomos que o número máximo permissível de categorias de produtos de exportação seja de 10 (dez) e não de 5 (cinco), conforme estabelece o art. 9.º, parágrafo 3.º da Lei 2.145 de 29-12-1953. Será assim possível atribuir remunerações mais elevadas a determinados produtos, sem desviar, porém, as divisas do mercado de taxa oficial, salvaguardando, ainda o fundo dos áglos, que cabe à União

11. Levamos em conta a circunstância de que as divisas correspondentes a numerosos produtos de exportação, se liquidam atualmente no mercado de taxas livres. Com o objetivo de proteger o setôres interessados e evitar desajustamentos bruscos, propomos, no parágrafo único do art. 4.º de

(Conclui na 11ª pág.)

Vitória Dos Aeroviários na Sua Justa Greve

MANIFESTO DOS SINDICATOS NACIONAL E DE SÃO PAULO

AS AUTORIDADES!
AOS TRABALHADORES!
AO POVO EM GERAL!

Nós, os trabalhadores aeroviários da Aviação Comercial do Brasil, decidimos terminar à zero hora do dia 12 de dezembro de 1959 a greve de âmbito nacional que com inteira razão decretamos, como único instrumento eficaz que nos restava para obter o aumento de nossos salários.

Encerramos a nossa greve porque conquistamos a vitória, selada com a assinatura de um acôrdo salarial que nos concede 35% de aumento com tetos mínimo de 2.500,00 e máximo de 7.500,00, e proíbe qualquer punição por participação na greve.

Fomos vitoriosos porque, de acôrdo com o plano geral de nossa luta, não nos submetemos a um dissídio coletivo que pretendiam impor-nos para espoliar os nossos sagrados direitos de trabalhadores e cidadãos

Vencemos porque, unidos e organizados e dispostos a lutar sem vacilações até o fim, contamos com a solidariedade organizada e expressa de mais de um milhão de trabalhadores dos estudantes universitários de todo o Brasil e de numerosos parlamentares de diferentes Partidos; com o espírito de compreensão de autoridades do Poder Executivo; com a seriedade profissional dos repórteres e redatores da imprensa falada e escrita; porque contamos, em suma com a simpatia e o apoio de tôda a classe operária e do povo em geral, que sofre, como nós, as duras conseqüências da inflação, da carestia e da especulação dos gêneros de primeira necessidade.

A nossa greve, desencadeada em momentos em que agentes antipatrióticos tentam explorar o justificado descontentamento popular para semear a desordem, foi vitoriosa também porque representou um apoio poderoso a tôdas as fôrças sãs do país, que lutam pela preservação e fortalecimento das liberdades constitucionais, pelo progresso do Brasil soberano e o bem-estar e felicidade do seu povo.

Nós, aeroviários do Brasil, voltamos ao trabalho com a vitória, mais esclarecidos, mais unidos e organizados dentro de nossos gloriosos Sindicatos! Solidários com todo o povo trabalhador, marcharemos adiante na defesa de nossas justas causas!

SINDICATO NACIONAL DOS AEROVIARIOS
SINDICATO DOS AEROVIARIOS NO ESTADO DE S. PAULO.

COUTINHO CAVALCANTI (deputado pelo P.T.B. de São Paulo e membro da Frente Parlamentar Nacionalista):

CRITICA AO "PLANO DE AÇÃO" DO GOVERNADOR CARVALHO PINTO

O Plano de Ação do Govêrno Paulista, tal como foi apresentado à consideração dos estudiosos e submetido à apreciação da Assembléia Legislativa, consta de um projeto de lei destinado a pôr à disposição do Executivo, livre de outro endôsso legislativo, a importância de 100 bilhões de cruzeiros e mais a autorização para instituir novos agentes de ação governamental na forma de Fundos e aumentar substancialmente a participação do Estado nos organismos paraestatais já montados (Banco do Estado, Cia. H. do Rio Pardo, Usinas E. do Paranapanema S.A., Cia. Armazéns Gerais do Estado de São Paulo) ou a ser montados (Centro Estadual de Abastecimento).

Esses 100 bilhões representam aproximadamente 1/4 da total capacidade tributária estadual nos próximos quatro anos do govêrno Carvalho Pinto. O restante da receita paulista, neste período, se destina a cobrir as despesas já comprometidas com a máquina administrativa existente, matéria esta que não foi computada como problema do "plano", desde que o govêrno instituiu o princípio que transforma em coisa intocável a montagem tradicional dos compromissos governamentais. Na verdade, o que houve foi o destaque daquela parte da capacidade financeira de São Paulo que pode ser reputada como resultante do progresso regional no período em pauta. Noutros têrmos, o "plano" reconhece a defasagem que é gritante, entre a capacidade de ação do govêrno e o potencial de desenvolvimento regional, deixa tudo como está e transfere o excedente devido ao esfôrço progressista coletivo, do qual se apossa através dessa lei, para um regime especial de investimentos fora da órbita fiscalizadora do Legislativo Estadual e dos órgãos já instituídos pela máquina administrativa.

Mas, êsse projeto de lei recebeu um anexo que, embora não lhe esteja de alguma forma vinculado, equivale, por pressuposto, a uma justificação e a um resumo do pensamento do govêrno a respeito dos problemas governamentais regionais. Encontrasse aí a idéia que tem o atual govêrno de São Paulo a respeito dos seus encargos e da sua intervenção na vida econômico-social da coletividade paulista. Desta parte do trabalho elaborado pelos assessôres do professor Carvalho Pinto, convém destacar dois aspectos importantes:

a) a implicação oferecida pelos diferentes destaques de verbas para cada tipo de iniciativa ou setor de atuação do govêrno. Mesmo que êsses destaques estejam faltos de justificativa razoável, representam ou revelam qual é a atitude do govêrno em face dêstes problemas que êle, govêrno, reconhece implicitamente afetarem a vida regional.

b) a proposição teórica contida no capítulo que recebeu o nome de "Uma Análise da Economia Paulista" explícita, por pressuposto e pela forma de apresentação, as razões que teriam feito o "plano" preferir o parcelamento geral dos 100 bilhões da forma por que o fêz.

Cabe observar, desde logo, um fato fundamental da maior importância. O govêrno do Estado de São Paulo se apresenta como um govêrno rico e desmuniciado de órgãos capazes para gastar essa riqueza em benefício do desenvolvimento regional. Se de um lado vale pesquisar de onde lhe vem essa riqueza, de outra parte cabe indagar o porque da máquina estatal se encontrar depauperada e raquítica a ponto de se revelar incapaz de gastar aquilo que o Estado arrecada. A riqueza aparente resulta do potencial coletivo de trabalho e produção, do qual o Estado retira mais de vinte por cento. Em inúmeros casos, êsses vinte por cento do esfôrço do trabalho dos 11 milhões de paulistas é arrecadado através do impôsto de vendas e consignações, cuja unidade básica se multiplica em cada intermediário do processo obsoleto de comercialização instituído pela economia tipo colonial e por cuja sobrevivência o govêrno demonstra o maior carinho e desenvolve todos os esforços possíveis. O estado crônico de incompetência dos órgãos da administração estadual, sua incapacidade de gastar adequadamente aquilo que o govêrno arrecada, longe de indicar um valor menor para a capacidade dos técnicos e administradores do Estado de São Paulo, acusa um gravíssimo estado de obsolecência provocado e alimentado por êsse próprio govêrno. Recentemente, os funcionários de nível universitário, reunidos através das 19 associações que organizam sua vida de classe, elaboraram um manifesto de caráter reivindicatório em cujo contexto justificatório se encontram as mais graves acusações ao govêrno paulista Dois fatos assinalados por êsses documentos, bastam para esclarecer qual a responsabilidade do govêrno no quadro desagradável desenhado atualmente pela situação governamental paulista.

1) Os níveis salariais miseráveis e o desprestígio que envolve o técnico têm expulsado e continuam a expulsar dos organismos oficiais, em benefício das montagens particulares e da economia privada, todos os especialistas e técnicos para cuja formação e desenvolvimento mental muito contribuiu o fato de trabalharem em órgãos do Estado. O que ainda resta nos setores de pesquisa e trabalho especializado dos diferentes órgãos técnicos do Estado representa, ou aquela parcela de técnicos e cientistas fatalizados pela vocalização, apesar do trato miserável, ou aquela coorte de indivíduos, infelizmente não tão diminuta quanto se desejaria que, batidos pela incompetência e pelo desencontro vocacional, permanecem pendurados, empanturrando inútil e prejudicialmente os organismos oficiais de trabalho. Particularmente em São Paulo, nos últimos anos, mais precisamente nos últimos cinco anos, os engenheiros, médicos, arquitetos, agrônomos, etc. que trabalhavam na administração estadual foram perseguidos tenazmente de miséria e desprestígio. Certos órgãos que haviam adquirido através de uma atuação brilhante e eficaz um nível estrutural e uma qualidade técnica admiráveis hoje se encontram esfacelados e carentes de técnicos. Exemplo: o DER, o Butantã.

2) A pouca ou nula atenção dada pelo govêrno ao problema da formação profissional. Apesar de São Paulo contar com três universidades, e de essas universidades serem mantidas ou subvencionadas tanto pelo Estado como pela União, a verdade é a sua submissão às injunções e interêsses de uma classe dirigente por demais prêsa aos têrmos de uma economia agrária de tipo colonial impede que o progresso valorize o seu trabalho de preparo das novas gerações de profissionais. Quando êsses interêsses reconhecem, porventura que as deficiências gritantes da capacidade escolar carecem de revisão, essa revisão da situação é feita de um modo tumultuário e negativo, sem planificação correta e sem disciplina que não seja aquela de interêsses menores e razões particularistas.

A maneira preferida pelo govêrno paulista para o estudo do seu "plano" de ação, o nível técnico conseguido, a orientação doutrinária que prevaleceu e o material humano aproveitado são fatôres de reputação indispensável para um julgamento exato das pretensões e resultados da iniciativa.

Preliminarmente, é preciso assinalar dois aspectos positivos da iniciativa do prof. Carvalho Pinto:

1) tornou explícito qual a situação real das finanças do Estado, das obras do Estado, e da máquina do Estado, reconhecendo que o govêrno dispõe de dinheiro suficiente para realizar as obras e serviços indispensáveis ao desenvolvimento regional;

2) sôbre o Plano de Administração do quatriênio 51/54, que consistiu apenas e ùnicamente num amontoado apressado de iniciativas de há muito engavetadas nas diferentes repartições estaduais, êste novo trabalho representa inegàvelmente um passo avante, uma vez que se apresenta como um corpo de iniciativas mais organizado e alimentado por um pensamento unido e coerente, embora atrasado e incapaz face aos problemas reais do desenvolvimento paulista. Na verdade, se o govêrno do professor Carvalho Pinto realmente aplicar a importância de 100 bilhões em iniciativas do tipo daquelas que vêm indicadas na justificação apresentada, embora não sendo o melhor e mais adequado e mais necessário, isso representaria um benefício real para a coletividade paulista.

Tais aspectos não deveriam, entretanto aparecer prejudicados, substancialmente, pelos senões que apontaremos, e que podem tornar uma iniciativa tão carregada de boas intenções, tão sujeita aos azares de uma mentalidade agrária contábil, como é aquela que domina os círculos dominantes do govêrno paulista, apesar de isso representar uma flagrante contradição com o esfôrço que a coletividade realiza no sentido da sua industrialização e da conquista de uma maturidade econômica e cultural. Indigência técnica e imperialismo indisfarçável de uma mentalidade conservadora parecem constituir os aspectos negativos fundamentais, se é que sôbre êstes não pesará, na realidade, o teor cada vez mais acentuado de submissão e desgaste a que o govêrno do Estado sujeita as comunas e populações do interior do Estado Se tudo caminhar pelos caminhos percorridos até agora, é certo que a iniciativa em pauta se traduza num instrumento destinado a submeter ainda mais o esfôrço progresista de São Paulo, tão dependente de adequadas iniciativas governamentais, aos azares da política menor de uma classe dirigente comprometida e atrasada.

A indigência técnica do "plano" lhe vem do fato de ser um trabalho sem conteúdo profissional Enquanto um verdadeiro trabalho de planificação, tal como êste é encarado pelos profissionais da planificação, representa um esfôrço de valorização conjunta de iniciativas que individualmente não conseguem justificação suficiente e cabal, mas, que assumem, num contexto tecnológico e unitário, uma capacidade de resultados multiplicados, a orientação tradicionalista, desprofissionalizada, utópica, que predominou no trabalho da equipe governamental, revela um estágio de atraso e incapacidade que de modo algum pode ser justificado pelo apressado do trabalho, como alegam os seus responsáveis. Na verdade, dificilmente se pode compreender que o professor Carvalho Pinto, sendo como é e deseja ser uma continuação do govêrno anterior, possa alegar pressa quando data de julho de 1955 a criação de um órgão estadual destinado a organizar as informações indispensáveis para um trabalho correto de planificação estadual. De fato, o Serviço de Planejamento do Estado, criado por decreto de julho de 55, pelo governador Jânio Quadros, poderia, não nos seis meses previstos no seu decreto, mas no decorrer ter preparado um trabalho preliminar completo, que eclodisse nas mãos do professor Carvalho Pinto, numa planificação realmente satisfatória Existe, aliás, o reconhecimento tácito, por parte dos responsáveis pela elaboração do "plano", do seu nível menor, quer quando alegam que a planificação verdadeira viria numa segunda etapa, quer quando acossados pela imputação irrecusável de ausência de teor profissional, alegam constituir o trabalho apenas e ùnicamente um plano de investimentos. Na verdade um plano de investimentos sòmente se justifica quando lastreado por um trabalho completo de planificação. Esta inversão arbitrária é perigosamente aleatória, revela o reconhecimento implícito de erros graves e, afinal, vincula o trabalho do govêrno paulista àquela tradição utópica que perseguiu o planejamento desde a renascença, quando a repartição dos campos da engenharia então nascente, e da arquitetura então exclusivamente instrumentada pelos príncipes e pelos "signori" permitiu que a atividade profisisonal do planejador fôsse atirada ao território de ninguém dos diletantes e das utopias Se tal situação era històricamente justificada pelo domínio imperialista da técnica e do capitalismo, que constituíam o "back-ground" do desenvolvimento industrial, hoje já não tem mais cabimento quando os problemas podem e devem ser postos em têrmos de tecnologia ao invés de técnica, de interêsse social ao invés de vantagens capitalistas, em têrmos de inteligência dos problemas ao invés de sentimento, em têrmos de trabalho profissional ao invés de atuação diletante condicionada pelos interêsses menores.

Se a ausência injustificável de um endôsso profissional abre a perspectiva — muito cômoda, de resto, para o govêrno — de a qualquer tempo justificar as imprevisões e os desacertos com as mais insubsistentes desculpas (jamais, por exemplo, foi justificado o fracasso total e desmoralizante do plano quadrienal do govêrno paulista 51/54) é justo que se repute a situação atual, mais madura e mais aparelhada mentalmente, também mais exigente e municiada de espírito crítico. Ao tempo do plano 51/54, nenhum instituto profissional manifestou reservas quanto ao "plano" do então govêrno; no caso presente, o Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos, que estudou exaustivamente o Plano de Ação do govêrno Carvalho Pinto, inclusive convocando para esclarecimentos a equipe responsável pela sua elaboração, deixou claro, através de uma nota publicada no seu boletim mensal, que o trabalho em pauta carece de teor mínimo de profissionalização e deixa a desejar na colocação dos problemas principais de uma planificação para o Estado de São Paulo. Esta advertência daquela entidade de classe, alicerçada vigorosamente no trato profissional do assunto e municiada de um espírito crítico sadio e isento, vale como uma chamada à responsabilidade do govêrno paulista, principalmente no momento em que o descaso tradicional pelo técnico, pelo especialista, pelo profissional, ganha tamanha substância e evidência, como anotamos acima.

Mas, se falta ao plano de ação do govêrno Carvalho Pinto aquela substância profissional mínima que seria a garantia de uma responsabilidade lastreada no conhecimento e na inteligência dos problemas regionais a endossar a intenção do govêrno, como aval da sua operância e adequação, não faltam indícios, infelizmente muito claros e seguros, de uma orientação geral desconforme aos interêsses e tendências mais irrecusáveis do atual estágio do desenvolvimento regional. O imperialismo da mentalidade conservadora, filiada ainda a uma estrutura agrária de tipo colonial, preside as ideações contidas na justificação do "plano de ação", especialmente quando esta parte do trabalho do govêrno procura fundamentar suas iniciativas numa rápida visão da economia regional e no repartimento dos destaques com que pretende valorizar a ação supletiva do Estado. O esquema viário paulista, tão fiel como retrato da economia tradicional paulista, implantado com o destino exclusivo de carrear para São Paulo e Santos tôda a produção primária do café e carrear de Santos e São Paulo, para o interior, a produção industrializada que os países mais desenvolvidos nos forneciam, êsse esquema é visto pelas idéias dominantes no "plano de ação" como um problema de melhoria secundária da implantação já realizada, o que importa numa confirmação tácita da estrutura da economia tradicional, baseada na produção primária e na importação de produtos industrializados. Por outro lado a proporção dos destaques destinados a ferrovias e rodovias, e o predomínio inconteste desta última, acusa que o Estado está disposto apenas a realizar aquêles trabalhos que reduziriam o seu nível de participação e responsabilidade ao mínimo, embora isto venha representar um sacrifício intolerável para a economia coletiva. Na verdade, na construção de uma rodovia, a responsabilidade do Estado se reduz a um mínimo de conservação depois da obra realizada; ao contrário, numa ferrovia, a responsabilidade e participação do Estado como que aumenta com o término das obras de implantação no traçado, pois lhe compete ainda a responsabilidade do material rodante e da estrutura administrativa e econômica do empreendimento.

Na realidade, a posição que o govêrno paulista assume em face do desenvolvimento econômico regional, vista através dêsse compromisso, revela que êsse Estado desconhece a necessidade de complementar o sistema ferroviário adequando-o aos novos têrmos de industrialização, tão vivos como tendência coletiva e tão desconhecidos por uma mentalidade agrária-contábil que teima em considerar os problemas regionais apenas em têrmos de café e algodão. Para um raciocínio, como o que vem redigido na justificativa do referido "plano de ação", que considera esgotada a capacidade pioneira do paulista porque as áreas virgens ao alcance do pioneirismo tradicional já não existem em São Paulo, não caberia verificar, como de resto o pensamento dos elaboradores do "plano" não verifica, que nem as áreas para o pioneirismo extensivo estão esgotadas para os têrmos atuais da tecnologia, os quais permitiriam, como permitem, que êle se exerça, já em têrmos mais atuais, sôbre aquelas áreas marginais dos rios que foram desprezadas pela agricultura tradicional, o que equivaleria à substituição do pioneirismo horizontal por um pioneirismo vertical de mais racional aproveitamento do solo, nem que a posição que o govêrno assume, aconselhando paternalmente o aumento de produtividade à custa do particular que sai, aliás, dêste raciocínio acusado de vagabundo e incapaz.

O que acontece no plano, em relação a êste exemplo particular da rêde viária regional, denuncia um nível mental que nem sequer tomou conhecimento de tantas iniciativas já aventadas no passado e que então foram sufocadas pela ação de um esquema econômico de tipo colonial hoje em vias de liquidação, acontece naqueles outros setores que visionam a estrutura econômica e social em evolução no Estado de São Paulo A posição reacionária e conservadora adotada pelo esquema de iniciativas exaradas no trabalho contraria as mais fortes tendências do espírito paulista e indica que o govêrno, se realizar aquilo que se propõe, terá, no máximo, devolvido à coletividade aquilo que dela tirou, não, porém, em têrmos de uma contribuição positiva ao desenvolvimento regional, ajudando o esfôrço coletivo naquilo que êste manifesta de mais progressista a moderno, mas em têrmos de um desperdício de ocasião, comprando coca-cola, quando devia comprar vitaminas, distribuindo balões de ar, quando devia distribuir leite e pão, distribuindo doces, quando devia distribuir máquinas, etc.

Restaria, ainda, uma advertência séria: todos os compromissos que são fixados pela iniciativa, excluída mesmo a consideração da sua validade como contribuinte à altura do desenvolvimento regional do Estado de São Paulo, podem ser transformados, por causa da forma com que foram propostos e por causa da tradição paternalista que persegue a mentalidade da classe dirigente de São Paulo, num instrumento de domínio do Estado sôbre as comunas e coletividade do interior. Nenhuma disciplina foi estatuída para impedir um crime dessa natureza; ao contrário, todos os indícios e vícios tradicionais indicam que as classes dirigentes que estão de posse do govêrno paulista usarão o seu potencial de obras e o seu fôlego financeiro para a satisfação dos compromissos menores que coloca o desenvolvimento das cidades do interior à mercê dos interêsses dos grupos dominantes. Nesse caso, ao invés de um instrumento de progresso, de esfôrço, de cultura, de realização democrática, o Plano de Ação do govêrno do prof. Carvalho Pinto pode se transformar num agente de retardamento, num fator de atraso e desânimo, numa perigosa perspectiva capaz de sopitar e destruir o amadurecimento democrático que lentamente se elabora na coletividade paulista.

JÂNIO E O TRUSTE

Oscar Christiano Kern

O United States Inter-American Council, mais conhecido como O Grande Truste, congrega cêrca de cem organizações capitalistas norte-americanas, das quais as mais representativas são: American and Foreign Power Company, Inc.; Coca-Cola Export Corporation; First National City Bank of New York; International Telephone and Telegraph Corporation; Mobil Overseas Oil Company, Inc.; Pan American World Airways, Inc.; Standard Oil Company e United Fruit Company, entre outros membros que operam em todos os setores de negócios existentes no chamado mundo livre.

Segundo publica a "Hanson's Letter" revista dos "business-man" norte-americanos, Jânio Quadros pretende abrir mais ainda as portas do Brasil (se eleito) ao capital estrangeiro, ou seja, duplicar a quantia de investimentos existentes no país. A referida revista, é claro, apóia a candidatura janista à presidência da República Outra revista norte-americana, a "Petroleum Week", aponta Jânio como um de seus "grandes canhões" contra a Petrobrás.

Os novos investimentos orçariam a mais de dois bilhões de dólares. Isso, enquanto as publicações em português editadas pelo United States Inter-American Council afirmam que, "embora hajam exceções, os lucros da indústria petrolífera geralmente são considerados satisfatórios", e, "por outro lado, os lucros dos investimentos em serviços públicos são anormalmente baixos". Com tão pobres perspectivas, por que insistem, então, em derrubar o monopólio estatal do petróleo brasileiro e em duplicar os investimentos de seu capital no Brasil? Se os serviços públicos dão "lucros anormalmente baixos", por que motivo a American and Foreign Power Company, Inc., não abre mão da energia elétrica brasileira, bradando espoliação quando o govêrno brasileiro nacionalizou uma de suas subsidiárias? Por que tanto empenho em impedir a criação da Eletrobrás?

O truste da energia elétrica representa um perigo para o país onde inverte capital: faz correr rios de dinheiro com a finalidade de comprar estadistas, amordaçar a imprensa e distorcer fatos, como de resto tôdas as emprêsas pertencentes ao "Big Trust". Quem abrir a bôca contra essas formidáveis organizações, geralmente infiltradas em postos-chaves do govêrno mediante subôrno, corre o perigo de ser prêso e fichado como comunista, subvertedor da ordem. No entanto, o "Big Trust" é atacado também em seu país de origem, os Estados Unidos; comissões de inquérito lá instaladas revelam fatos de estarrecer em seus relatórios, de um dos quais citamos um trecho:

"É um recorde de ludíbrio do povo americano, numa escala sem precedente na história nacional. Impedindo, em proveito próprio, o livre exame, pelo povo, de todos os pontos de vista, as indústrias privadas de eletricidade estão bloqueando o progresso legal necessário para tornar eficiente a regulamentação dêsses serviços de interêsse público Dispondo de somas fabulosas, êsses comitês constituem um perigo para os governos, porque tornam impossível a disseminação honesta de informações imparciais sôbre problemas de interêsse público que precisam ser resolvidos, a bem de uma política social sã e da própria existência de um govêrno livre". (Extraído do livro de Aristóteles Moura, "Capitais Estrangeiros no Brasil").

Já é de domínio público o caso da United Fruit Company, que possui grandes extensões de terras na Guatemala. O govêrno democrático lá existente, na época, procedia à Reforma Agrária guatemalteca, que, é lógico, feria os interêsses privados dos investidores americanos da United Fruit. A Guatemala foi, então, invadida militarmente por fôrças apoiadas pelos Estados Unidos, sob alegações de "infiltração comunista naquele país" resultando, daí, a queda do govêrno, ficando ressalvados os interêsses dos "gangsters" da United Fruit.

Jânio Quadros se diz nacionalista, agora que o pleito para a sucessão presidencial está próximo, mas suas atitudes provam o contrário. Para êle o desenvolvimento econômico da nação depende exclusivamente da "ajuda" do capital estrangeiro. De que consiste essa "ajuda", o povo brasileiro já está descobrindo: declarações fictícias de lucros baixos, fraudes de contabilidade, compra de pessoas importantes, "dumping" para destroçar concorrentes brasileiros, custeio de revoluções contra o govêrno que não lhes é favorável, e uma bem organizada rêde de espionagem (como o provou documentadamente Epitácio Caó em seu livro "Eu Vi o "Trust" por Dentro"), além de outras barbaridades que, pouco a pouco, vêm a lume.

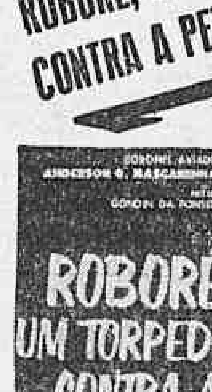
Êsse é o capital que Jânio Quadros aprova para a "salvação" do Brasil.

Jânio pretende varrer o Brasil... para os Estados Unidos.

• JÁ À VENDA EM TÔDAS AS LIVRARIAS

ROBORÉ, UM TORPEDO CONTRA A PETROBRÁS

CEL. AV. ANDERSON O. MASCARENHAS
PREF. GONDIN DA FONSECA



• FATOS IMPRESSIONANTES QUE REVELAM A SINISTRA CONSPIRAÇÃO PARA SABOTAR E POR TÊRMO A EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA LIQUIDANDO COM O MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E A PETROBRÁS.

VEJAM COMO O BRASIL ENTREGOU À BOLÍVIA, ÁREA DE SEU TERRITÓRIO, MAIOR QUE O DISTRITO FEDERAL.

CR$ 120,00

Pedidos Pelo Reembôlso Postal, Vale Postal ou Cheque Bancário à EDITÔRA FULGOR

Rua Anhanguera N.º 66 — São Paulo — Capital

A MISSIONÁRIA E O PONTO IV

Edmundo Genófre

Tenho em mãos um livrinho de tal densidade que não posso comentá-lo em uma só crônica. Foi-me enviado, de Nova Jérsei, por uma pessoa a quem dedico velha amizade, e talvez até muito mais, pois, do contrário, não se explicaria esta intimidade intelectual que vem dos tempos nashvilianos na Vanderbilt University e segue com constância, através de cartas, até hoje, muito embora o mundo tenha mudado tanto.

É um livrinho sobretudo franco e sincero. Um livrinho que procura revelar aos norte-americanos o lado que êles não querem encarar. Foi escrito por vários colaboradores e introduzido pelo eminente Reinhold Niebuhr, cuja grandeza espiritual todos nós admiramos. Chama-se, em minúsculas e em maiúsculas, what the CHRISTIAN HOPES FOR in SOCIETY. Vejamos, pois, dêle, por agora, apenas o ensaio de Margareth Mead, intitulado: Christian Faith and Technical Assistance.

Falando sôbre a fé cristã e a assistência técnica, a autora de Coming of Age in Samoa diz que o Cristianismo e a Judaismo, há quase dois mil anos nos legaram a ética religiosa pela qual tentamos aliviar a miséria e iluminar a escuridão do escravo, do campônio, do servo e dos indígenas. Na ética religiosa judaica, curar, ensinar e alimentar o pobre são ações tão boas que, pelo seu próprio fundamento, beneficiam mais a quem as pratica que a quem as recebe. Daí o doador não esperar coisa alguma do donatário, nem mesmo o simples agradecimento. Os cristãos, de outro lado, também sempre tiveram uma atitude congruente com o estado da tecnologia, e, durante o tempo das grandes fomes e da peste negra, que devastaram a Europa, procuraram exercitar a piedade, socorrendo, quando possível e quando não, pregando a resignação e aconselhando a paciência. Mostrou que a charrua, a foicinha e o barco são símbolos de uma era ligada à mais profunda forma de devoção religiosa.

No entanto, quando os homens e as mulheres, atendendo a um apêlo tecnológico de progresso industrial, entraram para as minas e para as fábricas, a máquina foi o Moloch que devorou as almas e os corpos dos recém-urbanizados, perdidos e explorados sêres da selva metropolitana. Assim, o materialismo, o industrialismo e a urbanização se tornaram a real trilogia dos trabalhos do demônio. Foi quando, não concordando, entrou em ação o bolchevismo, com seus jovens delegados soviéticos em congressos internacionais, pregando valores éticos e humanos e reclamando, não apenas saúde e educação, moradia e alimentação para o desprotegido trabalhador, também filho de Deus, mas um lugar ao sol na sociedade, gelada e obscurecida pelo capitalismo.

E o apêlo encontrou solo onde pôde florescer.

Ao mesmo tempo que isto ocorria, começou a vingar uma generalizada descrença na assistência técnica dos ianques, e a própria Mead ouviu de uma alta patente militar, no estrangeiro, esta recriminação acertada:

"Vocês não irão mais exportar os alimentos que precisamos. Irão comê-los."

Muito embora ela lhe objetasse que iriam enviar manteiga e açúcar, êle lhe retrucou:

— "Volte para a sua terra e procure um líder religioso capaz de convencer disso a seu povo."

Ela deve ter compreendido a sugestão para ir cantar noutra paróquia, pois concluiu, zangada, que nos EE. UU. não encontrou êste líder, ajuntando que êle não existe e nem ninguém que queira, por política governamental, se privar de um pouco de sua manteiga ou açúcar, por amor ao próximo remoto. Além disso, os americanos estão aborrecidos de verem o govêrno fantasiado de Papai Noel e o melhor é, segundo a autora, delegarem à assistência técnica das Nações Unidas, a Invenção do Ponto Quatro!

Assim, as nações subdesenvolvidas, membros que são da ONU, não continuarão fazendo, perante o govêrno norte-americano, o humilhante papel de pedintes e esmoleres.

Em vez de pedirem esmolas, farão empréstimos, e aí nós estamos vendo uma outra face da civilização judaica-cristã, pois, em geral, empréstimos significam o pagamento de bons juros. Que o digam a Downing Street e a Manhattan Island!

Moloch continua, como vemos, não apenas devorando almas e corpos, mas, sobretudo, soberanias e nações.

ENCAMPAÇÃO URGENTE DAS SUBSIDIÁRIAS DO TRUSTE DE ENERGIA ELÉTRICA!

Tese apresentada à Segunda Conferência Sindical Nacional pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Rio de Janeiro

Considerando as conclusões a que chegou a Comissão de Tombamento nomeada pelo Ministério da Agricultura para realizar o tombamento dos bens, instalações e da contabilidade da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), subsidiária da "Bond and Share" no Rio Grande do Sul, conclusões das quais passamos a enumerar as principais:

a) o investimento escriturado pela CEERG, de Cr$ .. 352.144.000,00, revelou-se, depois do exame da Comissão de Tombamento, como sendo de apenas Cr$ 291.414.000,00, apresentando, pois, um aumento ilegal de Cr$ 61.130.000,00;

b) a CEERG teve um excesso de lucros ilegal de Cr$ 372.197.500,00 no período examinado pela Comissão de Tombamento. (Esse período vai de 1941 a 1957, pois que o Código de Águas, que regulamenta a matéria, data de 1941).

c) a CEERG, para uma média de empréstimos de pouco mais de 8 milhões de dólares, no período de 1928 a 1957, remeteu para o exterior, nêsse mesmo período o montante de US$ 15.846.000,00, referente exclusivamente a juros, ou seja, sem contar as parcelas de amortização dos diversos empréstimos. Excluído um pequeno empréstimo de 387.000 dólares do Eximbank, em 1950, os demais empréstimos da CEERG foram contraídos com a American Foreign Power", subsidiária da 'Bond and Share" A taxa de juros média dêsses empréstimos é de 6,6%, o que e muito acima das taxas de juros normais nos Estados Unidos, que oscilam em tôrno de 4%. Esses pagamentos de juros elevados para empréstimos sem prazo de resgate foram considerados pela Comissão de Tombamento como uma das maneiras de as subsidiárias dos "trusts" de energia elétrica em nosso país burlarem a lei que as impede de terem lucros acima da taxa de 10% O mesmo procedimento já foi denunciado por diversas vêzes com referência às emprêsas do grupo Light no Brasil, que tendo recebido no Eximbank empréstimos a uma taxa média de 4,5% transferiram, por mera operação contábil, êstes empréstimos para a matriz "Brazilian Traction". a uma taxa de juros de 8% e sem prazo de pagamento.

— considerando que as emprêsas estrangeiras de energia elétrica no Brasil vivem em grande parte às custas de vultosos empréstimos dos govêrnos federal e estaduais, enquanto transferem suas rendas, de maneira clara ou disfarçada, para o exterior, e que deliberadamente atrasam a ampliação de suas instalações para que, provocada uma situação de crise no fornecimento, mais fàcilmente possam exigir do govêrno maiores favores e verbas;

— considerando as notórias insuficiências da Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais, que provocaram a campanha da população belohorizontina, com apôio da quase unanimidade dos seus vereadores, em favor da encampação dessa subsidiária da "Bond and Share"; esta campanha, ao lado do descumprimento flagrante, por parte da concessionária, das cláusulas do seu contrato com o govêrno estadual, levaram o governador mineiro a pedir a intervenção na Companhia, após o que foi nomeada uma comissão para realizar o seu tombamento.

— considerando que as ilegalidades apuradas pela Comissão de Tombamento da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense constituem a regra para as diferentes concessionárias estrangeiras de serviços de eletricidade em nosso país e que mais particularmente, as insuficiências e os inadimplementos das subsidiárias da Bond and Share em Pôrto Alegre e em Belo Horizonte se repetem em Recife, em Salvador e em Vitória;

A Segunda Conferência Sindical Nacional resolve:

1 — aprovar moção de aplauso ao ato de encampação da "Bond and Share" gaúcha pelo governador do Estado, Sr. Leonel Brizzola;

2 — sugerir sejam tomadas medidas tendentes a apressar os trabalhos da Comissão de Tombamento da Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais, para que esta apresente os resultados da sua investigação no máximo até março do próximo ano;

3 — sugerir sejam nomeadas comissões para realizar o tombamento físico e contábil das subsidiárias da "Bond and Share" em Pernambuco, na Bahia e no Espírito Santo;

4 — sugerir a urgente encampação das concessionárias estrangeiras de serviços de eletricidade nos referidos Estados, ou seja, da Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais, da "Pernambuco Tramways", da Companhia de Energia Elétrica da Bahia, e outros subsidiários da "Bond and Share" e do Grupo "Light".

Incompletas as Últimas Promoções no Banco do Brasil

Desvanecem-se as esperanças dos funcionários do BB no seu atual presidente

OLIVIO NOVAES

Voltamos a afirmar que as últimas promoções feitas no BB foram incompletas, não só porque não se permitiu que os SUBCHEFES prejudicados reclamassem os seus direitos ao Presidente, sr. Maurício Bicalho, mas também porque as promoções de uma parte dos preteridos não foram efetuadas, como deviam ter sido, A PARTIR DA DATA EM QUE FORAM PRETERIDOS.

Em nossa edição de 26/9 pp, transmitimos o apêlo que estavam fazendo funcionários injustiçados, no sentido de que o sr. Bicalho mandasse expedir uma CARTA-CIRCULAR a todo o funcionalismo do Banco (da Direção Geral e das Agências), permitindo que os SUBCHEFES preteridos requeressem, defendendo, sem mêdo de novas perseguições, os seus direitos, bem como para que baixasse ordens terminantes, a fim de fazer CESSAR AS HOSTILIDADES contra os elementos prejudicados que têm protestado verbalmente contra êsse revoltante estado de coisas.

Isso, porque êsses dignos funcionários alimentavam a esperança de que o novo Presidente do BB tivesse a independência e desenvoltura suficientes para agir no sentido do saneamento moral sugerido nestas colunas.

Até hoje, todavia, nem foi expedida aquela carta-circular, nem cessaram as perseguições aos elementos espoliados que não se conformaram e não se conformam com as imoralidades cometidas pelo sr. Sebastião Pais de Almeida e seus conhecidos fantoches.

Nestas condições, aí vai o nosso último aviso: ou o sr. Bicalho atende a êsse justíssimo apêlo feito por meio de O SEMANÁRIO, ou nós nos veremos obrigados a considerá-lo também um homem subjugado pela prepotência do Rei do Vidro Plano que tão nefasta é e tem sido aos interêsses do funcionalismo e do próprio Banco.

Damos, pois, êste último crédito de confiança ao sr. Bicalho, para ver se o atual Presidente do BB é um homem capaz de iniciativas nobres ditadas por um caráter forte e independente, ou se, nesta altura, tão pouco tempo depois, já se reduziu — como tantos outros — à triste condição de "pau mandado" do famigerado puxa-saco do Caôlho.

Se o sr. Bicalho quer, mesmo, moralizar e acertar, permita, então, em documento oficial, que os SUBCHEFES que se julgam prejudicados nas promoções apresentem seus requerimentos a êle (que é a autoridade máxima no BB), expondo seus direitos, a fim de que sejam promovidos ao último pôsto EFETIVO no Quadro de Contabilidade — CHEFE-DE-SEÇÃO — mas, como é natural e decente, "a partir da data em que começaram a ser preteridos".

Além disso, é imprescindível e urgente que o ilustre Presidente do Banco do Brasil desmonte a máquina opressora organizada pelo antigo serviçal de Jânio, para que cessem de uma vez por tôdas as marcações e perseguições aos veteranos funcionários que tiveram a coragem de reagir contra as injustiças nas promoções, a fim de que êles, devidamente comissionados e num clima de confiança, possam elaborar tranquilamente os recursos com que se defenderão das velhacarias que sofreram, com o claro e insofismável apôio das leis do País.

Estamos numa democracia, bem o sabe o sr. Bicalho, e não é possível permitir que se estrangulem os direitos e os protestos de funcionários dignos que, depois de terem prestado relevantes serviços ao Banco e ao País (e durante muitos anos) se vêem, agora, miseràvelmente roubados e, ainda por cima, atrozmente perseguidos!

O SEMANÁRIO — já considerado atualmente o único apôio dos funcionários injustiçados do BB — continuará firme na sua trincheira de luta para honrar o Brasil e a Democracia, êste Brasil e esta Democracia que não podem afundar na ignomínia e na podridão.

Edmar Morél Desbarata na Justiça Uma Quadrilha de Marginais

O Juiz Geraldo Maldonado, em brilhante sentença, absolve o redator de O SEMANÁRIO — O próprio Promotor José Vicente Ferreira pediu a absolvição — O corajoso testemunho do Juiz Irineu Joffily — Evaristo de Morais e Laert Paiva os advogados da defesa

Uma quadrilha de desclassificados armou um revoltante processo contra Edmar Morél, nosso companheiro de O SEMANÁRIO. Processado por crime de injúria, por ter denunciado falcatruas do aventureiro internacional Gabriel Inellas, que se intitula "Príncipe" e como tal já agraciou brigadeiros, almirantes, generais, conforme denúncia de O SEMANÁRIO, no decorrer de uma audiência da 12.ª Vara Criminal o indivíduo Garófalo de tal, testemunha de acusação, declarou que a campanha contra o "Príncipe" foi movida por que o repórter exigira dinheiro do "nobre", o qual, diga-se de passagem, é velha figura da crônica policial. Edmar Morél revidou o insulto, aplicando duas bofetadas em Inellas e Garófalo, razão pela qual foi processado, por agressão, na 5.ª Vara Criminal.

O PROMOTOR JOSÉ VICENTE FERREIRA DEFINE O PROCESSO

O Promotor José Vicente Ferreira, da 5.ª Vara Criminal, é responsável por denúncias que liquidaram com verdadeiras quadrilhas de ladrões, inclusive a malta de agiotas que operava na Caixa Econômica e no Banco do Brasil. Examinando o processo movido pela escoria da sociedade, o Promotor José Vicente Ferreira definiu, perfeitamente a questão. Todo o alarido era porque o acusado, como jornalista, fêz campanha de grande repercussão, atraindo o ódio dos falcatrueiros. E pediu a absolvição de Edmar Morel.

O JUIZ GERALDO MALDONADO CONSAGRA O JORNALISTA

Edmar Morel teve como advogados os srs. Antônio Evaristo de Morais e Laerte Paiva, seus colegas de jornal, velhos defensores do redator de O SEMANÁRIO, em outros processos movidos por diversas quadrilhas de "gangsters".

O dr. Geraldo de Oliveira Maldonado, juiz da 5.ª Vara Criminal, não absolveu, apenas, o redator de O SEMANÁRIO. Proferiu uma sentença que dignifica o jornalista, assim terminando:

"Que, para o estudo da individualidade do acusado, no caso, e de grande valia o claro e criterioso depoimento do preclaro Juiz de Direito da 6.ª Vara Civel do Distrito Federal, o desassombrado, inteligente, culto e independente Dr. Geraldo Irineu Joffyly.

Que a observação dos fatos, tal como feita, aqui, de ânimo precatado e com base nos dados constantes dos autos, não pode induzir a êrros.

Que ao espetáculo da reação emocional do acusado — deflagrada menor por vontade sua — não se pode atribuir, escorreitamente, a denominação de "crime doloso de lesões corporais"

Que a emoção violenta é fator incapacitador da normalidade psíquica, sendo esta a opinião de Ribot, D. Draghiesco, Von Aster, Albert Rey, Paulhan e outros tratadistas.

Que tem inteira procedência o conceito de Eça de Queiroz: "Homem, — forma sem fôrça que uma fôrça impele".

Que o próprio Órgão do Ministério Público, ao pedir, implicitamente, a absolvição do acusado, deixou subentendido que — nem mesmo ilícito contravencional (vias de fato) ocorreu, no caso.

Que, apurado, como ficou, mediante contra-prova documental não contestada, oportunamente produzida pela Defesa, que o acusado jamais procedeu com venalidade, jamais prevaricou na sua vida individual, social e profissional, é fácil avaliar-se a intensidade da tormenta psíquica, de tortura moral dêsse homem, ao verificar, "ao ouvir" que uma das vítimas o acoimára de venal, de corrupto, — é fácil adivinhar-se a incoercível perturbação da vontade e da inteligência dêsse brasileiro nordestino que tem vivido a vida com heróica dignidade, conforme o testemunho valioso de pessoas fidedignas, como o Dr. Geraldo Irineu Joffily.

Inexistente, assim, a pretendida infração delituosa — dada a já evidenciada discutibilidade da prova do crime (materialidade) e da sua autoria, (culpabilidade ou responsabilidade do acusado), e levados em linha de conta os resultados do exame da matéria, à luz da Psicologia Geral, — daí decorre que não há base firme ou fundamento sólido, de fato e de direito, para a encampação do libelo, já agora defendida e desejada pela ilustre Assistência ao Ministério Público só, com a prolação de uma sentença condenatória, justa e incensurável, — pelo que, julgando insubsistente a denúncia, absolvo o acusado da imputação que ali lhe foi feita, com os consectários de direito.

Geraldo de Oliveira Maldonado, Juiz de Direito".

UMA "GANG" EM FUNÇÃO DA INFÂMIA

No decorrer do processo, surgiram inúmeros depoimentos e documentos infamantes contra o jornalista, firmados por indivíduos egressos das Varas Criminais, como Gabriel Inellas, por crime de estelionato, na Sétima Vara Criminal, Mário Garófalo, por atentado ao pudor de uma menor órfã e de côr prêta, na 10.ª Vara Criminal; Serafim Cadete, apropriação indébita, na 16.ª Vara Criminal; Alaor Braga e Silva (sócio de Serafim Cadete), processado na 8.ª Vara Criminal e 5.ª Vara Criminal por falsificação de documentos; Elísio Soares dos Santos "laranjeiro", falido, na 9.ª Vara Civel, com residência ignorada, foragido da Justiça, Alexandra Hortopa, polaca, falsa escritora, e que aparece como "Princesa" da Ordem de São Sebastião - Guilherme, desmascarada por Edmar Morel, ante documentos fornecidos pela própria Nunciatura Apostólica, Embaixada da França e Delegacia de Roubos e Falsificações.

MERGULHO NO ESGÔTO

Transformaram um processo de simples bofetadas num amontoado de infâmias, procurando atingir a vida profissional do nosso companheiro. Absolvido pelo Promotor José Vicente Ferreira e pelo Juiz Geraldo Maldonado, Edmar Morel declarou:

— Lamento, apenas, o fato de ter dado um mergulho no esgôto social, levando, como companheiros Evaristo de Morais e Laerte Paiva, brilhantes advogados, dignos de causas nobres e não esta, que obrigados pela profissão, tiveram contato com a escória da sociedade.

Estou, entretanto, compensado. Desbaratei uma quadrilha de marginais.

A Granfinagem Atrás de Aragarças

ARTHUR DO COUTO

Os lanterneiros estão chamando os Velosos de "heróis". Isso deve ser com o objetivo preparatório de uma anistia ampla e irrestrita aos insurretos. Os "granfinos" podem ser indisciplinados e, ao invés, de serem penalisados, recebem prêmios no final da mazorca.

O trabalhador, quando grita contra a exploração em defesa de seus direitos ameaçados pelos patrões gananciosos, recebe borracha até expelir o pulmão pela bôca. Notando-se que o trabalhador não é agitador. Não é revolucionário. Quando faz sua greve, é sempre pacificamente, e com fim precípuo de obter alguma melhoria para sua família, evitando que seus filhos morram de fôme. Entretanto, o tratamento que lhe é dispensado é o mais humilhante possível.

O trabalhador é o único sujeito do desenvolvimento econômico. Constroi riqueza, produzindo miséria para si. E' o subdesenvolvido fazendo o desenvolvimento do Brasil de amanhã, tendo como paga de seus esforços o esquecimento e o abandono.

O trabalhador quando se agita sempre o faz em defesa da coletividade, e por isso não recebe o galardão de "herói"; ao contrário, os lacerdistas chamam-no de agitador, ou comunista. E' duro viver com essa gente, que só tem lenço branco para agitar em favor da granfinagem golpista, que nada produz para o Brasil.

Para o trabalhador, essa palavra "herói" banalizou-se de tal forma que herói, hoje, é viver pagando feijão a 90 cruzeiros o quilo e carne a 100 cruzeiros.

Herói não é pegar um avião e fugir para Aragarças. Herói é lutar para o desenvolvimento do Brasil contra o capital colonizador. Herói é enfrentar os trustes internacionais, ao lado dos parlamentares nacionalistas. Herói é viver com o salário-mínimo que é o máximo para morrer de fome. Herói é lutar contra a elite dirigente, que esquece os seus deveres humanos para a coletividade, mergulhada nos cafés elegantes e nas colunas sociais da "sadia".

Nós, trabalhadores, estamos cansados em oferecer exemplos a essa granfinagem como se ama o Brasil, acima de interêsse mesquinho.

O trabalhador é incapaz de queimar no altar da pátria o incenso colhido pelas mãos de um falso entusiasmo. Tudo que é nosso tem o cunho da autenticidade.

Os dois manifestos — o nosso e o dos golpistas — podem ser confrontados. Não queríamos depôr Govêrno, mesmo porque, desde que foi eleito, temos obrigação de suportá-lo até o fim de seu mandato. O que desejávamos era o barateamento do custo de vida e um dique as pretensões descabidas dos frigoríficos americanos e dos tubarões de alto coturno, que desejam matar o nosso povo de fome e de ódio.

Precisamos lutar contra aquêles que querem destruir o Brasil. Precisamos lutar contra a invasão estrangeira.

JÁ À VENDA EM TÔDAS AS LIVRARIAS

- A INFLUÊNCIA NEFASTA DO CAPITAL ESTRANGEIRO
- A DILAPIDAÇÃO DE NOSSAS RESERVAS DE MINERAIS ATÔMICOS
- OS ACORDOS DE ROBORÉ, O MAIS PERIGOSO TRUNFO DOS TRUSTES CONTRA O BRASIL E A PETROBRÁS

Preço Cr$ 100,00

Pedidos Pelo Reembôlso Postal, Vale Postal ou Cheque Bancário à EDITORA FULGOR

Rua Anhanguera N.º 66 - São Paulo - Capital

Compromisso Com a Derrota

SEVERINO DE OLIVEIRA

Já é do mais amplo domínio público que o marginal Jânio Quadros retornou ao seu antigo estado de mancebia política com a desventurada União Democrática Nacional. Assim, a U.D.N., donzela civilizada, bem vestida, mas imprudente, atirou-se, de uma vez por tôdas, aos braços do abominável Caolho da selva matogrossense.

Sempre afirmamos que o sr. Jânio Quadros é um candidato politicamente fraco. Por que? Primeiro, porque é candidato brigadeirista e, como sabem gregos e troianos, a U.D.N. assumiu, desde a sua fundação, um solene e fatal compromisso com a derrota... Segundo, porque é uma natureza estranha e enfermiça, hostil à boa convivência democrática, ao funcionamento do sistema representativo e à existência e fortalecimento dos partidos políticos. E' uma vocação desatualizada e frustrada de ditador, historicamente condenado ao abandono e ao repúdio das massas populares.

E' também, um candidato pusilânime. Por que? Porque tem o hábito pouco honroso e nada recomendável de abandonar os companheiros no meio do caminho.

Tivemo-lo em 1955, teatralesco e mal-cheiroso, a vomitar infâmias contra o sr. Juscelino Kubitschek e a estimular o golpe penabotista que impediria, se lograsse êxito, a posse do candidato então legitimamente eleito. Com o advento do contragolpe de 11 de novembro daquele ano, cercado pelas tropas do general Falconieri da Cunha o palácio do govêrno paulista, êle foi visto, tremendo como varas verdes, a desmanchar-se em explicações e a fazer juras patéticas de fidelidade à ordem constitucional, revelando total indiferença pela sorte dos ingênuos que nêle acreditaram.

E agora, como procedeu o fidel castrado da U.D.N., ante o insucesso experimentado pela juventude transviada de Aragarças, por êle incitada e excitada? Reprovou-a, pública e àsperamente, entregando o seu destino à generosidade dos pára-quedistas dêsse autêntico patriota, democrata e homem de bem que é o marechal Teixeira Lott.

Finalmente, o candidato-fujão não é de trânsito muito fácil entre pessoas acostumadas a observar regras elementares de higiene. Ainda outro dia fizemos um teste a êsse respeito. Perguntamos, a uma gentil bancária da Zona Norte, se votaria em Jânio Quadros. Ela respondeu como que ofendida e com as faces ruborizadas: — "Eu hein? Odeio milhões. Quem gosta de caspa é a UDN..."

No Mundo Das Idéias

Um Padre

Uma das singularidades de nossa história consiste, sem dúvida, no número significativo de grandes padres que a pontilharam de feitos importantes, padres revolucionários, padres liberais, padres mártires, padres heróis. Numa fase em que tudo era difícil, entre nós, no sentido de pregar idéias e de defender reformas, foram padres os melhores intelectuais, que lutaram e muitas vêzes morreram por umas e outras. Entre êstes padres figurou Lopes Gama, de quem Amaro Quintas vem de traçar um perfil interessante, «O Padre Lopes Gama político», em cujas páginas se pode verificar alguns dos traços mais característicos do tempo, em Pernambuco, na metade do século XIX. Lopes Gama teve intuições singulares, vendo coisas que outros não viam, distinguindo motivos profundos na tela superficial dos acontecimentos. E teve, ainda, uma ação política intensa, nem sempre coerente, é verdade, mas sempre agitada, ajudando, com aquela ação, a movimentar o quadro da província e a lhe dar as côres que mostrou nas rebeliões e tumultos da época. Com êste trabalho, Amaro Quintas prossegue o seu meritório esfôrço de esclarecimento a respeito das rebeliões brasileiras do século passado.

Babaçu

O Conselho Nacional de Geografia teve sua fase áurea. Nela, a «Revista Brasileira de Geografia», o «Boletim Geográfico», as publicações em livro prestaram grandes serviços aos estudiosos. Carlos Pedrosa era a alma das publicações, e o grupo de geógrafos que o Conselho agremiara atingira um nível qualitativo muito alto. De alguns anos a esta parte, tudo declinou, ou desapareceu. O núcleo de geógrafos se dispersou, as publicações em livro se espaçaram e caíram, via de regra, do nível antigo, as publicações periódicas entraram no atraso permanente. Assim, é indispensável separar, naquele Conselho, o esfôrço e a qualidade individualizada do que, no conjunto, vem sendo feito. Uma das exceções, por exemplo, é o trabalho de Orlando Valverde, «Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte», separata da «Revista Brasileira de Geografia». Orlando Valverde foi sempre dos melhores elementos do Conselho Nacional de Geografia. Geógrafo por vocação, iluminado por um saber que não se anquilosava na especialização, antes se ampliou sempre na visão social dos acontecimentos e dos fenômenos e dos seus efeitos sôbre o homem, Valverde cêdo se distinguiu como figura invulgar no campo a que se dedicou. Êste trabalho, como os demais, em que comprovou a sua qualidade de geógrafo como o Brasil precisa, deve ser destacado pela sua utilidade. Exato na conceituação, situando os dados com rigor, preciso na análise, o trabalho exige estudo e merece tôda a atenção. Bastaria as menções que se faz nêle à «indústria da grilagem» e ao «clima de balaiada» que imperam na região do babaçu para ver que o técnico, o espacialista, ainda que credenciado e profundo, não se exime da visão de conjunto e sente com clareza os problemas humanos e sociais que se apresentam sob a frieza dos problemas materiais mais simples, ou aparentemente simples. Não há geografia onde não existe o homem, dizia alguém; não há geógrafo onde não exista o político, diríamos nós. O trabalho de Orlando Valverde confirma a observação, de modo concreto.

Revistas

Aumenta, dia a dia, o número de revistas e jornais literários ou científicos que chegam de tôda a parte e que denunciam a intensidade do trabalho intelectual em nosso país e o seu avanço qualitativo. Já não estamos em condições, como seria de desejar, para oferecer, de cada um, a informação devida e precisa. Arrolamos, aqui, uns quantos jornais e revistas, com um mínimo de observações sôbre cada um, apenas para mostrar que o esfôrço é meritório, no conjunto, e que, mesmo em publicações aparentemente distanciadas da realidade, há sempre um sinal positivo, que se soma ao conjunto, ajudando o esclarecimento de problemas nacionais. «Afirmação» é uma revista baiana de que temos à vista o número de agôsto, com alguns trabalhos dignos de exame, particularmente o de F. Carvalho de Oliveira a respeito do nacionalismo. «Academus» é um pequeno jornal, órgão oficial do Centro Acadêmico Silvio Romero, da Faculdade de Direito de Sergipe; temos em mãos o número de agôsto do ano corrente, com uns poucos artigos, todos voltados para assuntos de Direito. O número de outubro de «Leitura» mostra que a conhecida revista literária mantém as mesmas normas os mesmos padrões, valorizando, indiscriminadamente, o bom e o mau, neutra ante todos os problemas, acima do bem e do mal; mas seria injustiça dizer que nela está ausente o bom, quando o bom está presente, aqui e ali, nesta ou naquela colaboração. A «Revista Brasileira de Estudos Políticos», editada pela Universidade de Minas Gerais, lançou o número de novembro, com colaborações de Miguel Reale, Osvaldo Trigueiro, Prado Kelly e Hermes Lima, além de notas bibliográficas que deixam muito a desejar; é revista eclética, onde o sofrível predomina, mas onde o bom aparece de quando em vez. O conhecido «Jornal de Letras», de novembro de 1959, revela a continuidade do esfôrço de Elísio Condé, quase uma devoção, reunindo material variado, em conteúdo e qualidade, dominando o que se refere à visita de Ferreira de Castro ao Brasil. «Hemisfério» é revista alimentada pelos trustes, que vem concorrer com «Visão» e pretende iludir as questões de que se ocupa; o primeiro número apareceu em novembro e é regularmente ruim. A «Revista Mensal das Indústrias Brasileiras» dedica o seu número de outubro ao intercâmbio polono-brasileiro, com muita informação e apresentação gráfica excelente. «Perspectives Polonaises» é a excelente revista que aparece em Varsóvia, em francês, e de que temos em mãos o número de agôsto-setembro, com muita matéria útil, particularmente a que diz respeito à reconstrução da capital polonesa; suas informações culturais são sempre de primeira ordem. «Estudos Sociais» lançou o número de maio-setembro, com um sumário interessante, em que se destacam os estudos de Rui Facó sôbre Euclides da Cunha e de Fragmon Carlos Borges sôbre um trabalho de Gláucio Veiga. O «Boletim da Universidade do Ceará», em seu número de janeiro-fevereiro, trás quase tão sòmente matéria da administração. A «Revista da Academia Paulista de Letras», em seu número de junho reúne trabalhos dos seus membros destaca-se, pela originalidade, o caso suscitando pelo acadêmico Mário Graciotti, que foi escolhido, mas não empossado e reclama que é titular e que outros lhe tomaram a vaga e que o sodalício está com excedentes; uma delícia da vida literária brasileira. «Minas em Foco», a publicação interessante de Vivaldo Moreira del Brasil», organizado por ximando-se de cem números, e sempre com muita informação interessante e condensada. Convém mencionar ainda que o catálogo «Panorama Cultural del Brasil», organizado por «Leitura» para a exposição em Caracas, merece louvores: aqui não sabe discutir a perfeição, sempre inalcançada, mas o esfôrço em fazer alguma coisa, sempre meritório; o que «Leitura» realizou, em propaganda da nossa cultura merece aplausos.

Miscelânea

E há, ainda, livros e livros, numa safra que aumenta a proporção que o ano caminha para o fim, e apresenta vários pontos altos: o excelente «Correio Europeu», com que Marques Rebêlo reabilita o desmoralizado livro de viagens; os três volumes de Mário de Andrade, «Danças Dramáticas do Brasil», precioso repositório das criações populares e coletivas, com o toque de Oneyda Alvarenga; as reedições de Jorge Amado, «O País do Carnaval», «Cacau» e «Suor», volume I de suas Obras Completas, e de «Capitães da Areia» e «Terras do Sem Fim», por onde se verifica que o romancista baiano continua a ter um grande público em nosso país; o romance de Hernâni Donato, «Selva Trágica», uma edição Autores Reunidos, de S. Paulo, em que o romancista situa o quadro dos ervais do sul de Mato Grosso e em que, sem alcançar o nível de «Chão Bruto», consegue fixar uma paisagem humana triste e mesmo acabrunhadora; a novela, quase reportagem, de Viana Moog, «Uma Jangada para Ulisses», em que há curioso depoimento sôbre a vida brasileira e particularmente a vida rio-grandense do sul do nosso tempo; o estudo biográfico de Américo Palha sôbre «Pandiá Calógeras (O Estadista e o Sábio)», com informações preciosas sôbre o político mineiro; os contos de Antônio d'Elia, «O diabo veste-se de prêto», em que a nota amarga não consegue esconder o sentido crítico; os excelentes versos do «Livro Geral», de Carlos Pena Filho, que começa a se destacar como figura destacada na poesia brasileira moderna; os contos de João Clímaco Bezerra, «O homem e seu cachorro», pequenos flagrantes do cotidiano, apanhados com senso das proporções; os cantos desesperados de Paulo da Cunha Rabelo, «Andando, Poeta e Rei...», com algumas notas muito altas; os versos mansos de Stela Leonardos, com «As Dádivas», que conseguirão sobreviver aos elogios fáceis se a autora se convencer que a literatura é mais importante do que a vida literária. Muito trabalho, pois, e algumas notas altas, — sinais de que as nossas letras sofrem uma profunda transformação que só os cegos não querem ver.

LITERATURA & ARTES

Notas de Crítica

A VIRTUDE DA CLAREZA

NELSON WERNECK SODRÉ

Em primeiro lugar, cumpre ser claro. Aquêle que não se expressa com clareza não é escritor. Uns porque não dominam suficientemente o instrumento com que lidam, e são como pedreiros que trabalham mal com a pá. Disfarçam a insuficiência de maneiras as mais diversas, e a comum é a da linguagem diferente, em que as palavras valem em si mesmas e não pelo que significam. Quando um escritor escreve difícil, ou um orador fala difícil, pretende apenas distinguir-se dos que o lêem ou dos que o ouvem. É assim como quem escreve ou diz: "Eu sei muito; vocês, que me lêem ou me ouvem, não sabem nada, são uns ignorantes." Acontece que isso não passa de uma simulação, em que o disfarce apenas agrava a realidade. O escritor, ou orador, é quem não sabe; leitores e ouvintes não têm nada com isso. A frase ornada, a musicalidade vocabular, o mito da palavra, o instrumento tomado como a própria arte, são disfarces que já se desmoralizaram de há muito. E tudo o que deriva do culto da palavra em si, conduz à mesma deformação. A palavra só vale, e então vale muito, quando dá a quem lê, ou a quem ouve, a imagem nítida de alguma coisa, a que se refere, e que o escritor, ou o orador pretendeu mostrar. Quanto mais próxima do objeto a que se refere, quanto maior o número de pessoas que compreendem a ligação dela ao objeto, — de tal sorte que, simplesmente pronunciada, ou escrita, faça a imagem aparecer na lembrança de quem ouve ou lê, tanto mais apropriada. E tanto melhor o escritor, ou o orador. O resto, inclusive o culto da palavra em si, é inconseqüência e tolice. Tolice envernizada, mas tolice ainda assim, ou por isso mesmo.

Esta linha de raciocínio parece levar à conclusão de que a simplicidade é fácil. Mas não leva, e por justas razões. É conhecida a referência de Antônio Vieira à brevidade: "Vai esta longa porque não tive tempo de ser breve", etc. Há um aparente paradoxo na frase do jesuíta. Analisada a frase, no conteúdo evidentemente, e não na forma, no sentido e não nas palavras, verifica-se que a brevidade é difícil e exige tempo, ao contrário do que cuidam os simplistas. Ora, com a simplicidade, — de que os simplistas andam distanciados, — acontece o mesmo. Simples é sinônimo de difícil, em arte literária. E é justamente por isso que os derramados, os abundantes, os torrenciais são sempre tolos envernizados, disfarçando-se sob roupagens ornamentadas, escondendo o pensamento atrás de palavras pomposas. Para chegar à simplicidade, — que é perfeição suprema, conforme mencionava Goethe, — é longo o trajeto, dura a aprendizagem, árduo o caminho. Só se chega à simplicidade por um domínio tal do idioma que parece o domínio que cada um tem do instrumento que utiliza, quando é mestre de arte ou de ofício, desde a pá do pedreiro até o arco do violino. Só um virtuose pode ser simples. E é justamente por não serem virtuoses que os derramados e os eloqüentes se disfarçam com a complicação vocabular.

Escritor, portanto, é aquêle que trabalha tão bem o seu instrumento, o idioma, que tudo parece simples a quem o lê. Tal simplicidade, entretanto, só é atingida por uma aprendizagem dura, prolongada, demandando esfôrço pertinaz e continuado. Não se avizinha da vulgaridade, não tem com ela o mais distante parentesco. É ao contrário, arte suprema, arte de mestria, só atingida por quem muito estuda e muito pratica. Para chegar à simplicidade, longos são os caminhos, e ásperos, — ela é coroamento, e não princípio, como pensam os incautos. O fim é alcançar uma simplicidade tal que, conforme indicava um mestre, pareça que não se utiliza palavras.

Ora, isto pôsto, convém esclarecer que, sendo arte suprema, a da simplicidade, exige um conhecimento profundo do instrumento. O instrumento do escritor é a língua; quem não a conhece a fundo não pode ostentar aquêle título. Não há, pois, na simplicidade, qualquer semelhança com o desleixo, com a ignorância, com todos os aspectos e faces do êrro. O aprimoramento do idioma, no uso constante, entretanto, não leva ao culto da palavra em si, tomada isoladamente, válida em si mesma. Palavras são símbolos, destinados ao entendimento dos homens. Manejá-las é uma arte, e difícil, que se aprende com o tempo, e que exige devoção e pertinácia. O mau escritor, o que não conhece o seu instrumento, não alcança a perfeição de se fazer entender, e coloca-se em posição idêntica ao que maneja palavras sem nenhuma ligação com os fatos ou com os objetos, pelo simples prazer de as alinhar, sem nenhuma preocupação de as relacionar com o concreto. Assim como é habilidade falsa a que leva a escrever difícil, descambando para o ornamental e para o inócuo, é ignorância caracterizada escrever mal, e não há nenhuma desculpa para isso quando quem o faz se diz escritor, isto é, um especialista das idéias, um manejador de palavras para a transmissão delas.

Palavra é forma, idéia e conteúdo. Há sempre uma reação, que vai da palavra à idéia, e da idéia à palavra. E é por isso que surgem e sucedem-se as escolas literárias, as mudanças de normas e de gôsto. Quando há uma alteração profunda, de conteúdo, no campo da representação artística, que usa a palavra como instrumento, há sempre um reflexo dessa alteração no campo da forma. O inverso é verdadeiro, até certo ponto, porque a forma também influi no conteúdo. Há fases em que forma e conteúdo se conjugam amplamente, e há fases em que contrastam. Quando acontece isto, é que o novo conteúdo está a exigir uma nova forma. O que jamais acontece, na realidade, é que uma alteração profunda se processe em um dos campos apenas, seja o do conteudo, seja o da forma, particularmente neste. Quando assistimos batalhas formais, — como a que os concretistas efetivam, agora, — sentimos o falso pela ausência de conteúdo, pelo isolamento das alterações no puro terreno formal. Nunca existiu, em arte, e particularmente em arte literária, alteração profunda que se desenvolvesse apenas no campo da forma. Concretistas, — como tachistas, em pintura, — são simuladores, despojados de qualquer sentido novo, pretendendo apresentar como inovação coisas velhíssimas. A simulação, como a ignorância, são velhas como o homem, embora apresentem roupagens novas de quando em quando. Quando, entre o escritor e o leitor, há um desentendimento, em noventa por cento dos casos a culpa é do escritor. Quando um escritor se julga tão erudito, tão diferente, tão superior, que poucos o entendem, e parte dessa base para julgar-se um incompreendido, um gênio amesquinhado pela ignorância dos outros, em cem por cento dos casos é tolo ou desconhece a sua arte.

Estas coisas são triviais, constituem mesmo o início da arte literária, a sua cartilha. Não há inconveniente em repeti-las, entretanto, pois nas fases de mudança, como a que vamos atravessando em nosso País, aparecem sempre os simuladores, os jograis, os gênios desconhecidos, os diferentes, os superiores, que pretendem isolar a atividade literária, como problema de poucos, com acessos guardados ou vedados, diferenciada pela exceção, pela predestinação ou coisa que o valha. Onde não há povo, não há arte. Povo são muitos e fornecem a regra. Para isso e para tudo o mais.

* * *

Endereço para remessa de livros: Rua Dona Mariana, 35 – apt. 202.

Requiem Por Fernando Ferrari

Bruno Lúcio Tolentino

"SE VÓS NÃO FÔSSEIS OS PULSILÂNIMES..."

CM.

O tempo que se renova
A ordem que se levanta
O falso muro que cede
A queda que se inicia
A madrugada mais nossa
Segura se anunciando
O súbito azul que acende
O marco do novo dia
E a cuja lápide a dar
ao perfil da antiga máscara
ostentando sua marca:
Calabar.
Sob o rosto da revolta
muitos milhões de gargantas
A fome. A vergonha. A sêde
Quatro séculos de frio.
O surdo pasmo da horda,
êsse azul, aquêle branco,
um amarêlo, outro verde
— muitas estrêlas de brio.
E o seguro caminhar
Para além do pusilânime
o éco do pêso humano.
(Calabar.)
Adalgisa. Osvaldo Costa.
Sérgio. Frejat. Temperani.
Bento Gonçalves. A Frente
Lott. Vergal, Dagoberto.
Frota. Rogê. Gondim. Horta.
Barbosa. Brizzola. Brant,
Lossacco. Gabriel Rezend ,
Marques Rebelo Roberto.
Impossível apagar:
serena fronteira livre.
E que aquém dela agonize
Calabar

O ROMANCE DE UM POVO

FLORIANO GONÇALVES

Concluo a leitura do livro de Plínio Bastos «A História do Brasil» e sinto não o poder analisar com a simplicidade com que se fala de um manual didático, embora singular. Há no livro algo de efetivamente novo e desconcertante em relação ao processo do Autor. O próprio título revela o fenômeno, não é História do Brasil, é «A História do Brasil», com o determinativo singularizando o relato. A mesma singularidade desdobra-se pelas três centenas de páginas, conferindo ao livro um sabor, às vêzes, épico da biografia de um povo em formação nacional e em crescimento.

Sem dúvida, é desta particularidade que nasce a sensação que me ficou de ter escutado um amplo contador de histórias a dizer como o seu gigante lutou, instruiu-se, cresceu e fêz-se nação. Para que a figura panorâmica fôsse mais dramática e comovente, faltou unicamente ao Autor uma filosofia sistemática e um método para sua interpretação dos fenômenos históricos. Entretanto, tal é uma opinião de leitor sem especialização no assunto e, nem sei até onde o Autor desejou conscientemente construir seu amplo mural com vastas pinceladas e esboços sensìvelmente impressionistas. Finalmente, foi sua atitude impressionista em face de nossa História que condicionou a fatura de ficcionista com que se atirou às tintas para elaborar o quadro da vida do povo. Já falei em contador de histórias, em pintor e poderia também usar comparações que definissem romancista, porque de tudo participa o processo criador de Plínio Bastos revelado em «A História do Brasil».

Voltemos à natureza do processo de observação, análise e criação que revela o pensamento da obra. Plínio Bastos traduz, filtrado pela ironia, um terno e comovido amor pela massa sem genealogia histórica que, desde os índios, vem construindo a Nação. Êste amor é fundamentalmente o seu valor de princípio e com o qual êle afere a importância e a categoria dos episódios e homens que retrata. Método mais sentimental que científico levaria, como levou, o Autor a uma visão intensa e algo sentimental de nosso desenvolvimento como povo. A falta de filosofia sistemática para interpretação da realidade não deu armas ao escritor para corrigir as torções da análise e do julgamento que são o tributo dos impressionistas à verdade da conceituação histórica concreta, no caso, ou de uma visão justa da realidade, na hipótese de criação puramente artística.

Por outro lado, a par do amor ao Brasil, uma profunda compreensão democrática do direito de o homem ser feliz e livre, amou o escritor na pesquisa do desenvolvimento da alma e da consciência de nossa gente no trabalho árduo e de sempre da formação de um grande povo, cuja vida e luta pulsam no livro.

Não era, possivelmente, dos objetivos do escritor, ou a ausência da sistemática e do método não o levaram a tanto, mas o fato é que Plínio Bastos não procurou fundamentar, já na nossa economia incipiente, a diferenciação de atividades de criação de riquezas e de relações práticas que levaram ao labor histórico de acendrado nacionalismo das gentes que êle reproduz com exaltado patriotismo. A vinda dos primeiros colonizadores, embora com objetivos mais de extração, apreensão e exploração das riquezas nativas, impunha, independentemente de suas intenções, a instauração de uma economia ligada à terra e de manutenção do pequeno mercado da colônia, economia auxiliar de subsistência. Enquanto uns apropriavam-se para exportar, outros produziam para o consumo local. Esta diferenciação de origem condicionou, no fundamental, a perspectiva em que se desenvolveu nossa história e está na essência do processo histórico que hoje enforma a luta do Brasil pela consolidação de uma economia nacional, bàsicamente nutrida em seu mercado interno.

E é ainda contra os exploradores da riqueza nacional que lutam as gentes sem genealogia histórica de hoje, embora os exploradores sejam de outras origens étnicas, com diferentes processos de usurpação, mais sutis que os «marinheiros» dos idos coloniais.

Esta identidade de essência do processo histórico econômico oferece ao Autor o repetido ensêjo dos símiles mordazes e das alusões acres e justas. No geral a inteligência e a sensibilidade do escritor supriram o método. No particular nem sempre houve justiça com os homens e fôrças que a história tem alçado ao vértice das lutas de nossa formação nacional. Veremos exemplos.

No fim de cada centúria do saboroso relato histórico, Plínio Bastos sumaria a atividade de crescimento do Brasil, que denomina a crônica do século. Então observa corretamente que a atividade intelectual, melhor literária, artística e científica, somente foi possível depois de determinado nível de crescimento econômico para diante. E cita Frei Vicente do Salvador, Gregório de Matos, Matias Aires, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Falando sôbre Gregório de Matos ressalta a crítica aos costumes da colônia, comentando o Aleijadinho salienta o gênio criador autônomo do escultor. Sempre nossa estrutura econômica propiciando relações sociais em que já era possível a elaboração intelectual e artística e o reflexo destas mesmas relações na arte e na História.

Pois bem, o Autor me parece injusto, pelo menos parcial, quando julga os intelectuais que propagaram as idéias de independência, abdicação, maioridade, império e república. Não afinou aqui a observação para ver nos intelectuais a resultante de uma economia que atingira o nível de produtividade capaz de dar surgimento às camadas que hoje chamaríamos a «intelligenza» nacional. E mais, que as idéias vindas no bôjo da revolução industrial inglêsa respondiam às necessidades históricas de nosso desenvolvimento. Disto decorre o tom de subestimação da atividade histórica dos intelectuais.

Estamos agora, no século XX. Plínio Bastos sintetiza os fatos até nossos dias e limito-me a reparos sôbre os acontecimentos que marcaram nossa vida política a partir de 1935, mais particularmente da década de quarenta para diante. De então, o Brasil viveu o intenso movimento coletivo que nos levou à participação, na segunda guerra ao lado dos Aliados, à luta popular pela anistia dos presos políticos, à revivescência do sentimento nacionalista que tanto empolga o escritor, desde as lutas de expulsão dos holandêses, à Assembléia Constituinte. Esta vaga de desenvolvimento democrático e patriótico inflamou operários, camponeses, intelectuais, artistas e políticos.

Quem quer que observe o movimento político do povo brasileiro, nesta fase, verá que entre as fôrças que atuavam, na testa da onda, estava também o partido político da classe operária, procurando interpretar a vocação histórica de independência e liberdade de nosso grande povo. Entretanto, ao analisar a presença das fôrças revolucionárias, neste período de nosso processo histórico de desenvolvimento, o escritor prefere apontar o que julga incorreto, esquecendo-lhes a substancial contribuição ao retôrno às instituições democráticas e a consciência de autonomia econômica e independência nacional. Lembro, ao correr da observação, que foi a intensa agitação de idéias co

(Conclui na 11ª pág.)

O Livro da Semana

Problemas Brasileiros de Educação

Publicando os "Problemas Brasileiros de Educação", Paschoal Lemme prossegue a sua já longa jornada de trabalhos em defesa de soluções para uma educação democrática em nosso país. Está entre os que sentem ser o problema educacional função de outros problemas. Não pertence ao número dos simplistas que o colocam como causa, e que supõem que os brasileiros poderão ser educados enquanto o Brasil continua a ser o que é. Um estudioso assim, cuja especialização não o isola do meio, que está suficientemente esclarecido para sentir que o seu campo não é o único em que há problemas, e que as soluções, em sociedade, encadeiam-se num processo, umas ligadas às outras, pode, pela teoria e pela prática, oferecer contribuição objetiva. Paschoal Lemme oferece uma contribuição objetiva por isso mesmo. Quando estudo a crise da educação, cujos sinais são tão ostensivos que não escapam ao observador menos atento, está ligada à grande crise de conjunto em que o nosso país se debate, mas para a qual há saída se há gente lutando para encontrá-las. Não há desespêro nem confusão em sua análise, por isso mesmo. Não se afoga na especialização, não se isola do meio e da sociedade em que vive.

Não é aqui lugar para uma análise em detalhe de cada um dos aspectos que o autor aborda, dentro do amplo quadro em que situa a sua atividade. Cumpre-nos mostrar o fio condutor de sua orientação, destacando que êle leva a alguma coisa de objetivo e, por isso merece ser acompanhado. Ajuda a encontrar soluções. Os desesperados não querem soluções, querem desabafos. Paschoal Lemme não é um desesperado. E' um educador como o Brasil precisa, para a educação de que o Brasil precisa.

Teatro

Almir Azevedo

"O MAMBEMBE"

(No Municipal)

Almir Azevedo

Não seria exagêro afirmar-se que o nosso principal teatro — o Municipal — viveu, na estréia de «O Mambembe», de Artur Azevedo, encenado pelo Teatro dos 7, a mais bela noite comemorativa do seu cinquentenário, êste ano transcorrido. Das mais variadas têm sido as comemorações dêsse importante evento — óperas, ballets, concertos — pelos mais famosos elencos nacionais e estrangeiros. Nenhuma, porém, mais emocionante e sugestiva que aquela, já pelo sentido da homenagem a um dos grandes nomes do nosso passado literário — Artur Azevedo — já pelo significado da estréia de um novo e importante conjunto teatral, integrado pelo que há de melhor nos nossos meios artísticos profissionais.

Na verdade, êsse novo grupo, intitulado «Teatro dos 7» e compôsto de elementos do nível de Fernanda Montenegro, Luciana Petruccelli, Sérgio Brito, Ítalo Rossi, Fernando Torres, Alfredo Souto de Almeida e Gianni Ratto, deu-nos uma grande demonstração do que pretende fazer em prol do engrandecimento do teatro brasileiro.

Verdadeiro poema de simplicidade graça e ternura, tal a suave magia da história — que a direção e os cenários, de Gianni Ratto; a música expressiva, de Assis Pacheco e Antônio Lopes; os figurinos de Napoleão Moniz Freire e a interpretação do numeroso elenco valorizaram ao máximo — «O Mambembe» está pontilhado de sequências bonitas e sugestivas, nas quais o talento de Artur Azevedo se revela pujante. Recriando com honesta afeição um seguimento da vida errante dos que, antigamente, se iniciavam na difícil, por vêzes ingrata, mas quase sempre fascinante vida de teatro, o autor demonstrou sua funda simpatia pela classe artística. Em suma, dentro do gênero brejeiro e no mais puro estilo da época, não seria demasiado classificá-lo de obra-prima.

A equipe de intérpretes é composta de nomes conhecidos e admirados dos nossos palcos e dos telespectadores. Lá estão Sérgio Brito, Ítalo Rossi, Waldir Maia, Allan Lima, Napoleão Moniz Freire, Aldo de Maio, Tarciso Zanota, Renato Consorte, todos excelentes. Waldir Maia, principalmente — êsse admirável ator revelação do teatro musicado de 1959 — compõe um tipo inesquecível. Fernanda Montenegro, deliciosa da meiguice e naturalidade; Grace Moema, Zilka Salaberry e tantos outros fazendo alarde de uma homogeneidade como só raramente se consegue. Dezenas de coadjuvantes contribuem, também, para a grandeza e harmonia do espetáculo — um dos dez mais importantes do corrente ano — resultando disso tudo palavras encomiásticas à direção eficientíssima de Gianni Ratto, um dos diretores mais talentosos da atualidade e que se revelou, ainda, excelente cenógrafo, apresentando composições de grande inspiração e beleza.

Parabéns e obrigado aos realizadores dêsse magnífico espetáculo, com o qual se tornaram credores da admiração do nosso público. Êles chegaram, viram e venceram.

Música

Inácio Guimarães

SOCIEDADE DOS ARTISTAS LÍRICOS BRASILEIROS

A Sociedade dos Artistas Líricos Brasileiros continua apresentando, no Teatro João Caetano, uma curta temporada lírica popular, digna de louvores pelo equilíbrio das representações, bem como pela oportunidade que vem proporcionando aos artistas novos de reais possibilidades. Ao lado dêsses elementos figuram, também, cantores de destaque do Teatro Municipal. A "Tosca" foi levada à cena em segunda récita, tendo como protagonista a sra. Eunice Lima, artista de bons recursos vocais. O seu trabalho foi coroado de êxito, especialmente na romanza "Vissi darte", o que lhe valeu um merecido "bis". No terceiro ato, a distinta cantora fraseou com felicidade os trechos dramáticos que existem na deliciosa partitura de Puccini. Contant Moret, jovem tenor que vem se revelando pelo agradável timbre de voz, foi um bom Mário Cavaradossi, salvo pequenos senões na quadratura musical Sílvio Vieira, cantor insubstituível no "Barão de Scarpia", viveu, com sua arte marcante, o difícil personagem. O festejado barítono brasileiro cantou, com grande brilho, o "Te Deum" e dominou o curso da representação fazendo alarde dos seus recursos vocais e cênicos. Alvarany Solano foi um "Angelotti" um tanto indeciso no início, firmando-se depois com voz robusta e agradável. Marino Terranova (Sacristão) e Geraldo Chagas (Spoleta) atuaram com desembaraço. Coros e orquestra sob a direção do maestro Mário de Bruno, com altos e baixos.

Em Debate os problemas da juventude

Quais os problemas diante dos quais se depara a jovem geração? Como se explicam as tendências surgidas entre os jovens dos diferentes países? De que modo devem agir as fôrças democráticas e a vanguarda do proletariado em face da necessidade de orientar, educar e organizar a juventude? Êstes são alguns dos problemas abordados no debate sôbre os problemas da juventude, publicado no n.° 9 da revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO.

Ainda neste número. além da continuação do debate sôbre o Mercado Comum Europeu, são publicados palpitantes trabalhos de dirigentes marxistas de vários países, como Coexistência pacífica e luta ideológica, **de L. Ilitchov. Problemas do movimento nacional árabe, de** Kaled Bagdach, **Kerala, de** Ajoy Ghosh **e outros. A revista publica, também, além de suas seções habituais, a condensação de um longo e importante estudo de Palmiro Togliatti sôbre a história da Internacional e o significado de sua atividade ao longo de vinte e cinco anos.**

O número 9 da revista marxista

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

pode ser encontrada em tôdas as bancas de jornais e livrarias.

FAÇA DESDE JÁ A SUA ASSINATURA PARA 1960,

DIRIGINDO-SE À Rua da Assembléia, 34 S/ 304 — Rio

Semanário Militar

Fôrças Armadas e Auxiliares

A SENHA CRIMINOSA

Em artigo anterior, nesta coluna, tecemos algumas considerações em tôrno da rebelião fracassada de Aragarças, focalizando aspectos da ação militar dos revoltosos, agora ante o julgamento do Código Penal Militar.

Hoje, desejamos salientar outros ângulos importantes dessa questão. Sabe-se agora, com o desenvolvimento dos fatos já publicados pela imprensa, que a citada rebelião deveria eclodir no exato momento em que o sr. Jânio Quadros apresentasse a sua renúncia como candidato à presidência da República, quando, então, aguardariam os golpistas o retôrno do homem da vassoura coberto por uma tremenda ação popular, que iria desde o simples protesto das cúpulas partidárias até os movimentos de rua, com greves, "quebra-quebras" com turbas incontroláveis de inconformados com o gesto do sr. Jânio, tudo assim engendrado numa verdadeira sincronia agitacionista que, por fim, sensibilizaria os setores militares, ocasionando, a essa altura, o fatal desenlace do regime, com a caída do situacionismo e a busca imediata, em "lugar ermo e desconhecido", do sr. Quadros, para ocupar o cargo de dirigente máximo dos brasileiros, com a cobertura do povo e das Fôrças Armadas.

Felizmente, para ventura desta Nação, aconteceu que o povo, devidamente esclarecido quanto às verdadeiras intenções do homem da vassoura, não deu bola para a renúncia que, sob êsse aspecto, se passou como a história da modinha popular da "Conceição" — "ninguém sabe, ninguém viu" — e a tão esperada reação popular deu n'água.

Mas, as fôrças entreguistas e golpistas que conspiram dia e noite contra o Brasil, não pararam por aí. Ajustaram-se, marcaram um novo encontro. Dessa feita, falida a primeira "senha" — como tentativa do primitivo esquema — observaram, então, o dia de conclusão do curso de oficiais da Aeronáutica na Escola de Comando e Estado Maior daquela corporação e combinaram a trama sinistra para o justo momento em que ali deveria comparecer, como convidado especial, o Marechal Teixeira Lott. Seria a segunda "senha" para começar o novo movimento.

Acontece que, por motivos imperiosos, o Marechal Lott não pôde comparecer à solenidade e, os oficiais amotinados, manejados nos bastidores, não puderam efetivar a provocação contra o Ministro, falhando, assim, a nova tentativa. Os rapazes ficaram desarvorados e sem orientação decisiva para agir.

Resolveram, assim mesmo, na madrugada do dia seguinte, agir por conta própria e se lançaram à aventura, tomando de assalto, em pleno vôo, uma aeronave comercial com passageiros indefesos, assaltando destacamentos da FAB destinados à proteção ao vôo, detendo pessoas inocentes, destruindo tudo que lhes vinha pela frente. Estavam ainda no início da baderna.

No Rio, na madrugada da mesma data, um deputado da Oposição (UDN-DF), conhecido mazorqueiro, que antes conhecia todos os planos e que, vendo o fracasso da revolta, aproveitou a saída dos moços irrefletidos e frustrados da Aeronáutica, para tirar a roupagem da conspiração, denunciando os seus próprios companheiros de aventura e, aliás, de outras aventuras de antanho.

Enquanto isso, numa manobra simultânea, outro conspirador, um senador da mesma Oposição (PL-Bahia), o mesmo que 32 dias antes havia feito um discurso instigando à subversão do regime, disse que condenava o movimento etc., todo "certinho" para se desobrigar, também, de qualquer suspeita. Mas, o portador que levara em seu apartamento e no do outro mazorqueiro o célebre "manifesto" quixotesco dos rebelados, os referidos políticos nada disseram quanto à sua identidade. Apenas que uma voz "estranha" lhes havia avisado da eclosão do movimento... É o caso de se perguntar o que êles fizeram, dias antes, quando um grupo de oficiais da Aeronáutica os procurou pessoalmente, para cientificar-lhes do que desejavam realizar...

Em tudo isso, é estranha a atitude do sr. Eduardo Gomes, que nada sabia, coitado, a respeito dos seus pupilos... "Quando soube, já era tarde demais"...

Não, prezados leitores, essa história tem de ser averiguada corretamente. Não é justo que os oficiais "revoltosos" paguem sòzinhos um crime no qual, conforme a imprensa (inclusive a imprensa da Oposição) afirma, através de depoimentos e contatos com os próprios personagens de Aragarças, a existência de cabeças intelectuais — como civis de proeminência e responsabilidade pública — no comando dessa rebeldia inglória que tantos prejuízos causou ao Brasil no campo interno e no plano internacional.

A Justiça, para ser efetiva, correta, absoluta e imutável, deverá ser igual para todos. Paguem pelo crime contra a integridade nacional os que fizeram a "senha" e os que passaram a "senha" criminosa.

PAULO BERGARO

MANCHETES

*** Realizou-se sob clima de intensa vibração cívica a Convenção Nacional do PSD que homologou a candidatura do Marechal Teixeira Lott à presidência da República. Milhares de populares, parlamentares, autoridades, ministros de Estado e representações de outras agremiações partidárias que apoiam também o Marechal da Legalidade ali compareceram prestigiando a indicação da convenção pessedista Anotamos a presença de centenas de sargentos, subtenentes, suboficiais e oficiais das Fôrças Armadas que se confundiram com o povo numa verdadeira apoteose de patriotismo e alto esclarecimento político. **Vamos às urnas leitores porque com Lott teremos segurança e melhores dias para êste País.**

*** Viajou recentemente para Vitória do Espírito Santo e Vice-Presidente do Supremo Tribunal Militar, ministro General Alencar de Araripe, que para ali se destinou a fim de paraninfar uma turma de concluintes dos cursos ginasial e científico, pronunciando interessante conferência sôbre palpitante problema de ensino ginasial e primário na formação da nossa juventude. Diversas homenagens foram ainda prestadas ao eminente chefe e ministro da justiça militar pela população daquele Estado da Federação. Espera-se também que S. Ex. seja escolhido pelos seus pares para ocupar a vaga deixada pelo Almirante Otávio Medeiros, que se aposentou do cargo de presidente daquela alta côrte de justiça. Méritos é que não faltam ao General Araripe.

*** A tomada do "Constellation" pelo Major Eber Teixeira Pinto, da Aeronáutica, nas condições em que foi noticiada, e a mudança brusca da rota de Belém para Aragarças denunciam possíveis "ligações revoltosas" com elementos sediados em Belém. Efetivamente, o rumo certo parecia ser o da capital paraense, de onde eclodiria o movimento ajustado com os revoltosos do Sul. Ademais o Coronel Mendes da Silva serviu naquela Capital há pouco tempo pertencendo agora ao Estado Maior das Fôrças Armadas Sabe-se também, por informações da imprensa carioca, que o Coronel Veloso teria conseguido abastecer seu Douglas em Belém à plena luz do dia. Caso fiquem comprovadas as afirmativas que aqui registamos dos vários comentários e despachos dos jornais cariocas, no decorrer do I P M., então não haverá dúvida de que os generais Castelo Branco e Armando Serra de Menezes, Comte Militar da Amazônia e Comte da 1ª Zona Aérea respectivamente pecaram por omissão involuntária ou ação premeditada.

*** O encarregado do IPM na Aeronáutica Coronel Walter Silva Bastos é um elemento de escôl, soldado fiel ao regime e de quem se pode esperar justiça O mesmo podemos dizer do Brigadeiro Ernani Pedrosa Hardaman, chefe disciplinado e disciplinador, que desbaratou a igrejinha golpista da Diretoria de Rotas Aéreas feita por Carlos de Lacerda e os antigos majores Gustavo Borges, El Tedêsco, Tolêdo, Veloso, Mendonça "et caterva". O Brigadeiro Pedrosa Hardaman foi chefe de gabinete, quando ainda coronel na administração do Major Brigadeiro Jussam, naquela diretoria geral.

*** Interessante retrospecto nos foi dado por um militar que serviu na E.S.I.E. ao tempo em que o "revoltoso" capitão Tarciso Miranda era instrutor naquela Escola do Exército: **"Por mim acho que deveria ser extinta a graduação de sargento nas fôrças armadas. O Exército foi feito para soldados e oficiais, sargento atrapalha".** Sim, Capitão Tarciso, sargento atrapalha mesmo, mòrmente quando se deseja apunhalar o regime constitucional do País! Quanto ao chefe possível desta rebelião de Aragarças, **Mendes da Silva, noticiou um vespertino, esta semana, que êsse oficial estêve inculpado numa venda de farinha de trigo pelo câmbio negro na antiga Escola Técnica de Aviação, de S Paulo.** São êsses homens que queriam renovar o Brasil. Certo mesmo com o seu ídolo, o sr. Jânio Quadros.

NOTAS DIVERSAS

O coronel Anfrísio da Rocha Lima, ao assumir o comando da Polícia Militar do DF, conclamou os seus comandados à defesa do regime. * O coronel Jacques Jr., novo chefe de Polícia do DF, visitou o Tribunal Federal de Recursos. Aliás, fomos informados de que o valoroso chefe militar pretende impor o mesmo dinamismo que soube imprimir às suas atividades quando no comando da Polícia Militar. Igualmente, o novo chefe da DPPS, o jovem capitão Carlos Pinto da Silva, pretende revolucionar aquela Divisão, no sentido de atender às novas necessidades da administração policial. * Por ato presidencial, foi nomeado para as funções de imediato do Grupamento de Fuzileiros Navais de Urugualana o capitão-tenente fuzileiro Humberto Barbosa Lima Martins. * Transcorreu com grande brilhantismo a "Semana da Marinha de Guerra", na qual foram destacados os personagens da nossa história naval e seus feitos heróicos em defsa do Brasil. A Câmara Federal prestou, também, sua homenagem à Armada, havendo comparecido à queia solenidade o ministro Matoso Maia e seu Estado Maior. Na estátjua do almte. Tamandaré foi depositada uma coroa de flores, como homenagem do Exército e da Aeronáutica à bravura dos nossos marinheiros. * Está circulando o n. 1 da revista da Associação dos Taifeiros da Marinha, "ATA". * O ministro da Marinha foi cumprimentado pelo presidente da ABI por motivo da "Semana da Armada". O Diversos professôres municipais visitaram o Centro de Instrução "Alm. Wandenkolk", da Armada. O Marechal Teixeira Lott cumprimentou, em nome do Exército e da Aeronáutica o ministro Matoso Maia, saudando em sua pessoa as tradições de civismo e bravura da nossa Marinha de Guerra. * O amirante Diogo Borges Fortes, comandante-em-chefe da Esquadra, recepcionou a imprensa a bordo do cruzador "Barroso". * Foi agraciado com a condecoração do "Mérito Naval" o departamento feminino da "Casa do Marinheiro", pelas relevantes obras de assistência social. * O ministro da Aeronáutica baixou portaria fixando o número de vagas para promoção de oficiais aviadores, médicos, intendentes, especialistas e farmacêuticos da FAB. * Por informações que recebemos de associados do Clube de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, o juiz da 7.ª Vara Cível desta Capital, dr. Darci Ribeiro, concedeu "interdito proibitório" a um numeroso círculo de associados que impetraram na Justiça uma ação contra a atual diretoria daquela agremiação, ficando, dêsse modo, suspensa a Assembléia Extraordinária de Sócios convocada para o dia 12 passado, até que seja decidida a questão pendente de sentença naquela Vara Cível. O dr. Laert de Paiva foi o patrono desta ação e espera ganhar a primitiva. * Está sendo ampliada pela D. R. Aer. a rêde de comunicações da proteção ao vôo, que deverá contar com novas instalações "Telex". * O pagamento do pessoal da Aeronáutica terá início a 17, sendo os militares pagos na sede, na mesma data, às 16 horas, pela Subdiretoria de Finanças. * Diversos melhoramentos foram feitos pelo coronel Del Ré no Estabelecimento Central de Subsistência do Exército. * Pelos acontecimentos dos "revoltosos" de Aragarças, tem-se a impressão de que precisa ser realizada, de imediato, uma reestruturação nos organismos de informação e segurança da Aeronáutica (A-2) em todos os estabelecimentos da FAB, mòrmente nas unidades das 1.ª e 2.ª Zonas Aéreas. * O adido militar argentino ofereceu ao Batalhão de Guardas a partitura da "Marcha Militar" São Lourenço. * Foram apresentados ao diretor geral de Intendência do Exército os alunos da ESAO. * Diversos jornalistas foram agraciados com a medalha do "II Congresso de Medicina Militar" de Pôrto Alegre. * Por ato do presidente da República, foi criado o Colégio Militar do Recife, velha aspiração do povo pernambucano. Nossos parabéns ao Marechal Lott por essa iniciativa.

Vitoriosa a Reforma Agrária na Jovem Alemanha Socialista

De EDOUARD BAILBY, enviado especial de O SEMANÁRIO à Europa

(2.ª de uma série de artigos)

Em dez anos, a República Democrática Alemã se converteu na segunda potência industrial do mundo socialista. Este milagre econômico, porém, foi acompanhado de extraordinários êxitos no campo com a Reforma Agrária. Numa primeira etapa, mais de dois milhões de hectares de terras, até então em mãos dos latifundários, foram distribuídos gratuitamente entre 374.652 camponeses e 169.427 operários. Numa segunda etapa, a criação das cooperativas de produção agrícola (LPG) e das estações de máquinas e tratores (MTS) acelerou o progresso social e técnico. Finalmente, a organização de grandes emprêsas agrícolas nacionalizadas (VEG) facilitou a formação da juventude rural. Graças à Reforma Agrária, a República Democrática Alemã deverá ultrapassar no transcurso do Terceiro Plano Qüinqüenal (1961-1965) a agricultura da República Federal da Alemanha no rendimento por hectare de tôdas as culturas assim como na produção de carne, leite e ovos por unidade de superfície.

COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

Não sendo obrigatório o ingresso dos camponêses nas cooperativas, existem na República Democrática Alemã três formas de exploração agrícola: a cooperativa de produção (cêrca de 50% da superfície cultivada), a emprêsa estatal (5,8%) e a propriedade privada, inferior esta a 100 hectares. Por ocasião de minha viagem àquela nação socialista, verifiquei pessoalmente que a grande maioria dos camponêses tende cada vez mais a entrar "voluntàriamente" nas chamadas cooperativas LPG (Landswirtschaftliche Produktionsgonossenschaft) cujos êxitos surpreendentes são incontestáveis.

Na LPG a terra é trabalhada em comum e em grandes superfícies, mas cada um continua possuindo aquilo que êle trouxe. Com a utilização de máquinas agrícolas e de tratores modernos, aumenta progressivamente a capacidade de produção. Em outras palavras, a mecanização constante do trabalho acelera o rendimento geral. A remuneração de cada membro da cooperativa se faz em "unidades de trabalho", sendo estas calculadas em função da quantidade de trabalho realizado, de sua qualidade e dos meios utilizados. Além de pagamento normal, cada camponês recebe da cooperativa uma parte dos lucros.

A fim de atender às necessidades da população, o Estado exige das cooperativas e dos proprietários privados 45 por cento da produção. O Govêrno garante os preços e dá um prêmio especial para os cereais e as batatas, entregues antes do prazo fixado. Como as autoridades se responsabilizam pela colocação dos produtos, os camponêses não necessitam preocupar-se com a venda. Por outro lado, sendo as entregas obrigatórias fixadas invariàvelmente, mesmo se aumentar a produção, êles têm todo interêsse em incrementá-lo constantemente para vender mais produtos no mercado livre e receber maiores lucros.

AJUDA À AGRICULTURA

O desenvolvimento da rêde de estações de máquinas e tratores (MTS) dá a todos os camponêses a possibilidade de melhorarem a qualidade do trabalho e respeitarem os prazos mais favoráveis de entrega. Por exemplo: o cultivo e a colheita de um hectare de trigo, com a ajuda de uma MTS, ficam em 38,10 marcos ao passo que, um camponês individual deverá dedicar para os mesmos trabalhos 6,75 dias, fazendo uma despêsa total de 236,25 marcos. Visitei, a 60 quilômetros de Berlim, a estação de tratores "Joachimshal" e verifiquei nessa oportunidade que a verdadeira função da MTS é de luta social: eliminar o camponês médio e ajudar o camponês pobre, convencendo-lhe a que se associe à cooperativa. O aluguel das máquinas e a colaboração das "brigadas de técnicos" variam de acôrdo com a importância do trabalho a ser realizado e com a superfície da terra. Em caso algum, o camponês pode tornar-se proprietário da máquina. E' o Estado que fornece a ajuda necessária, através de empréstimos ou serviços técnicos. O pagamento é feito em cereais e em dinheiro.

Quanto às emprsêas populares (VEG), são organizações nacionalizadas que empregam operários agrícolas, especialistas e assistentes científicos. Destinam-se à cultura de produtos determinados ou à criação de uma espécie de gado. Fornecem às LPG e aos camponêses individuais sementes é outros produtos de primeira qualidade. Além da vulgarização das últimas descobertas da agronomia e da zootecnica, as VEG têm por finalidade a formação da juventude rural. As do Petkus, Zornikov, Stockhausen e Hammer já são famosas em tôda a Alemanha.

VANTAGENS SOCIAIS

Graças à existência das cooperativas, todos os camponêses da RDA estão segurados contra a doença, a invalidez e a velhice. Remédios e consultas médicas são inteiramente gratuitos assim como as operações cirúrgicas, inclusive os partos. Em 1956, já existiam para as 600 MTS 360 policlínicas além de 288 ambulatórios volantes e 299 "estações médicas".

Além de outras vantagens, como a equiparação de salários para homens e mulheres, a jornada de oito horas e outras, os camponêses têm numerosas "casas de cultura", centros da vida cultural e social das aldeias. Nelas, são organizados concertos, espetáculos de ballet conferências etc. . .

A mecanização da agricultura, a educação da juventude rural, a criação das cooperativas de produção, a socialização do campo, enfim, abriram amplas perspectivas para a República Democrática Alemã. Certamente, as autoridades encontraram nos primeiros anos da Reforma Agrária alguma resistência por parte dos camponêses. Mas hoje pode-se afirmar com tôda a segurança que os resultados alcançados ultrapassam as previsões mais otimistas. A grande vitória do regime foi desenvolver ràpidamente a indústria sem, no entanto, abandonar o campo.

A seguir: A REEDUCAÇÃO DA JUVENTUDE.

Solidariedade Dos Trabalhadores Com os Bancários na Luta Contra Sadok

A Segunda Conferência Sindical Nacional aprovou por unanimidade a seguinte moção:

"Os trabalhadores brasileiros por suas entidades sindicais que legitimamente os representam, reunidos em sua II Conferência Sindical Nacional, dirigem-se às autoridades, aos parlamentares e ao povo brasileiro, a fim de tornar público que consideram como sua luta a campanha que os bancários empreendem pela moralização de sua Autarquia de Previdência, o que sòmente será possível com o imediato afastamento do Sr. Enos Sadok de Sá Motta e sua substituição por um dos integrantes da lista tríplice nacionalmente indicada: Milton Persivo Cunha (pelo Norte), Haldane Ribeiro Teixeira (pelo Centro), Osmildo Stafford da Silva (pelo Sul).

Com efeito, agora que a classe obreira do Brasil se une pela imediata aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, que assegura o contrôle democrático das Instituições de Previdência pelos trabalhadores através de suas organizações sindicais, não poderemos permitir que se continue, sem nosso protesto, a quebrar êste princípio que reivindicamos e que já fôra conquistado pelos bancários.

Vimos, pois, apelar para as autoridades e parlamentares que o povo elegeu para representá-los, no sentido de que atendam à pretensão que, já agora, é de todos os trabalhadores e constitui promessa solenemente feita pelo Exmo. Sr. Presidente da República quando de sua campanha eleitoral.

Isto, como é óbvio, sòmente será possível com a imediata nomeação de um dos bancários nacionalmente indicados, cujos nomes há vários meses se encontram em poder do Dr. Juscelino Kubitschek, referendados e apoiados pelo Dr. João Goulart, vice-presidente da República."

A MORTE DE UM VELHO COMBATENTE NACIONALISTA

Jornalistas e Escritores Prestam Homenagem à Memoria de Sady Garibaldi

Jornalistas e escritores prestaram uma homenagem à memória de Sady Garibaldi, velho combatente nacionalista, falecido, recentemente, nesta capital.

Já em 1912, em plena adolescência, fundou e dirigiu "O Mosquito", em sua cidade natal, Rosário, no Rio Grande do Sul. Depois trabalhou na imprensa de Pelotas e Porto Alegre, transferindo-se para Recife, onde iniciou, na verdade, a sua trepidante carreira jornalística. Homem de jornal, todavia, fez poesia, dedicando parte de sua produção literária a Karl Marx, aos Heróis Farroupilhas, aproveitando, também, motivos folclóricos gaúchos, trabalho que enfeixou no livro "Legendas". Na sua bagagem filosófica são encontrados estudos sôbre a dialética e a lógica formal;

História Literária de Eça de Queiroz, Da antiguidade da Música e etc., bem como outros sôbre várias figuras nacionais ao mesmo tempo que traduzia obras de envergadura e preparava livros que serviram de guia aos estudiosos. Neste particular citaremos "As Vidas dos Doze Césares", da Biblioteca Clássica, em dois volumes, "A Encantada e Fantastica Coimbra", "Os Primitivos Senhores da Terra" Brasileira. Em D. Casmurro prestou a maior colaboração, na época do seu maior apogeu. Militou durante mais de três decadas na imprensa carioca, trabalhou no "O Jornal", Diário Carioca", "A Nação", "A Crítica", A' Pátria", "A Manhã", "Tribuna Popular", "O Mundo" e ao lado de Apolelli, no jornal a "Manh", expandindo, aí, o brilho de sua verve humorística, que jamais deixou de acompanhá-lo em todo a sua lide jornalística.

Patriota, jamais esmoreceu na luta pelos ideais democráticos. Humanista o foi entre os melhores, sempre servindo à causa dos oprimidos e nunca em servil atitude à dos poderosos. Na fase mais aguda de sua enfermidade, quando era visível para todos o seu sofrimento físico, sabia controlar as terríveis crises de sua insidiosa doença, buscando na leitura e no estudo o equilíbrio para prosseguir, ainda, em sua jornada cotidiana.

Sady Garibaldi viveu mergulhado na sua biblioteca, com mais de 10.000 volumes.

A sua personalidade foi exaltada num áto público, realizado na A. B. I., pelo jornalista Pedro Mota Lima. Ao áto estiveram presente jornalistas, escritores, artistas e grande número de famílias, sendo convidada para presidir a mesa a sua viuva, D. Paulina Garibaldi, a companheira das bôas e más horas.

Na Vanguarda da Luta Nacionalista os Estudantes de Engenharia de Porto-Alegre

"Pôrto Alegre, 8 de dezembro de 1959 — Prezados amigos d'O SEMANÁRIO: No mês de outubro do corrente ano, um grupo de universitários nacionalistas, atendendo ao clamor da consciência, fundou o NÚCLEO NACIONALISTA DE ESTUDANTES DE ENGENHARIA. Esta entidade, NNEE, congrega universitários da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, e se propõe a lutar ao lado das demais organizações similares que, dia a dia, se multiplicam no país.

O estudante, como classe livre que é, pode, sem dogmas e apriorismas, tomar a posição que a razão e o sentimento indicarem. Nos dias atuais em que vivemos, forma-se a consciência crítica do povo brasileiro. E a personalização de um povo que desperta para a sua verdadeira finalidade de herdeiro de um patrimônio que o passado legou e de cuja orientação no presente o futuro exigirá uma prestação de contas. O NACIONALISMO BRASILEIRO é o produto dessa tomada de posição. O SEMANÁRIO tem sido o grande porta-voz dessas reivindicações do povo brasileiro, esclarecendo, lutando e advertindo. Por todos êsses serviços prestados à Nação Brasileira, é que enviamos a seus dirigentes sinceros aplausos e que não esmoreçam nunca na árdua jornada.

Anexo enviamos nosso Manifesto de propósitos e princípios, que bem define nossa razão de ser. Se os amigos dêsse grande jornal se digarem publicá-lo, ficamos, desde já, profundamente agradecidos. Saudações Nacionalistas: ORGEL DE O. CARVALHO, presidente."

MANIFESTO DE PROPOSITOS E PRINCIPIOS

Impregnados pelo propósito de bem servir à Pátria, atentando para o momento histórico que atravessamos, diante das lutas estudantis em prol do estabelecimento de condições compatíveis com a dignidade do homem, e tendo em vista a necessária atuação da mocidade estudantil brasileira em todos os acontecimentos da vida nacional, estudantes da Escola de Engenharia vêm de criar o "NÚCLEO NACIONALISTA DE ESTUDANTES DE ENGENHARIA DA URGS".

Art. 1.º — O Núcleo Nacionalista de Estudantes de Engenharia da URGS, fundado em 3 de outubro de 1959, é uma entidade estudantil com sede na Escola de Engenharia e de duração indeterminada. Usará a sigla "NNEE".

Art. 2.º — O Núcleo Nacionalista de Estudantes de Engenharia da URGS lutará, dentro dos princípios democráticos, pelo desenvolvimento do País, com a participação direta e imediata dos estudantes de engenharia, sem distinção de credo religioso ou político-partidário.

Art. 3.º — O Núcleo Nacionalista de Estudantes de Engenharia da URGS quer a valorização do homem, da técnica e do capital brasileiros, sem excluir a cooperação do imigrante, da técnica e do capital estrangeiro, não admitindo, entretanto, a deturpação e a espoliação dos interêsses nacionais por fôrças políticas, econômicas ou financeiras, quer nacionais, quer estrangeiras.

Art. 4.º — O Núcleo Nacionalista de Estudantes de Engenharia da URGS entende que, para atingir seus objetivos, é imprescindível a emancipação econômica do País e que esta será conseguida com, entre outras coisas, a adoção das seguintes medidas fundamentais:

I — Luta pela reforma do ensino; batalha pela democratização do mesmo, com a sua necessária adaptação à atual fase do desenvolvimento nacional.

II — Monopólio estatal da importação, pesquisa, lavra e refinação do petróleo; do comércio dos minerais estratégicos. Contrôle estatal da pesquisa, lavra e industrialização dêsses minerais. As indústrias petroquímicas em geral, bem como a distribuição dos derivados do petróleo serão controladas pelo Conselho Nacional do Petróleo, e só poderão ser exploradas por firmas nacionais sem laços de interêsse ou subordinação a firmas estrangeiras.

III — Nacionalização e participação majoritária do poder público nas emprêsas concessionárias de energia elétrica.

APOIO À CRIAÇÃO DA ELETROBRÁS.

IV — Proibição a Banco estrangeiro de receber depósito.

V — Nacionalização das companhias de seguros e capitalização.

VI — Eliminação do contrôle, por parte de grupos internacionais, do nosso comércio exterior.

VII — Crédito amplo e adequado para o estabelecimento, no país, de indústrias nacionais de base, especialmente de siderurgia, de carvão e de estaleiros.

VIII — Defesa de uma política que vise a melhoria qualitativa e quantitativa da produção, garantia de mercados, remuneração justa aos produtores e valorização do trabalhador rural.

IX — Apoio aos meios de difusão nacionalistas, principalmente à imprensa escrita e ao rádio e defesa dêsses contra pressões econômicas de emprêsas de publicidade ligadas a grupos estrangeiros.

X — Política externa orientada no sentido de salvaguardar os interêsses e a soberania nacionais. Reatamento de relações econômicas e diplomáticas com todos os povos do mundo.

São êsses os princípios básicos que nos propomos a defender. Colegas, é chegada a nossa hora de tomada de posição!

Concitamos todos a cerrarem fileiras ao nosso lado, a fim de que possamos, coesos, fazer soar mais alto o justo clamor de nossas legítimas reivindicações, que são comuns a todo o povo brasileiro.

A primeira diretoria do Núcleo está assim constituída:

Presidente — Orgel de O. Carvalho; 1.º vice — Edson Macedo; 2.º vice — Osório Meireles Krug; 3.º vice — Arno Müller; 4.º vice — Gilberto Augusto Krausen; secretário geral — Luís Carlos Corrêa Soares.

Coluna Teosófica

Conhecimento Relativo e Conhecimento Absoluto

J. RIBEIRO

(Membro da Soc. Teosófica Brasileira)

Encerrando a tradição o conhecimento do passado, isto é, aquilo que nos vem como legado daqueles que nos antecederam de muitos séculos, diz a mesma tradição que podemos encará-lo sob dois aspectos — o conhecimento absoluto e o conhecimento relativo. Constituem dois sistemas de aprendizagem. O conhecimento absoluto é verdadeiro, soberano, real por si mesmo. O conhecimento relativo é obtido através da comparação. O primeiro baseia-se naquela didática chamada "iniciação", e o segundo firma-se no método empregado nas academias. Êste é feito através dos sentidos. Assim como aprendemos relacionando ou raciocinando ou comparando através dos sentidos externos, também aprendemos através dos nossos sentidos internos (na razão de um sexto sentido como já se diz hoje...), se assim nos podemos expressar, obtendo o conhecimento absoluto, isto é, aquêle que é obtido sendo "vivido".

O relativo é conseguido nos bancos escolares, desde o grau primário até ao universitário, feito através de aulas explanadas de modo teórico, baseadas em pesquisas estatísticas comprovadas, digamos, fisicamente, embora estejam sujeitas a muitos erros por partirem, muitas vêzes, de premissas erradas. São aceitas, entretanto, e dadas como certas, porque para obtê-las sofreram um critério dito-científico, isto é, comprovado e um número sem conta de vêzes; anos mais tarde, a conclusão chegada é posta de lado porque só nessa ocasião perceberam, outros cientistas que seus colegas haviam elaborado sôbre bases falsas.

Por largo período, dogmas envolveram a humanidade e prevaleceu no mundo a fé não esclarecida (domínio do emocional), que teve como efeito ou reação a busca do pólo oposto (domínio do mental) a imposição do chamado "espírito científico". Ainda aí verificamos que é êsse um passo da evolução, pois sabemos de sobra que estamos atravessando uma raça, na qual se firma, o princípio mental, logo é natural aquela reação. Não podemos, entretanto, permanecer escravos das características do mental comparativo que leva o homem de hoje, imbuído do "espírito científico", a desprezar a verdadeira Ciência que é aquela que lhe vem através da Sabedoria Iniciática das Idades.

A evolução não pára e o homem caminha na conquista de outro princípio — o mental abstrato ou inteligência abstrata — que, firmando-se na humanidade permite ao homem de uma civilização mais elevada, compreender, apreender, sem necessidade de se apoiar ùnicamente no mental comparativo que se prende à estatística. O verdadeiro espírito científico necessita do princípio mental abstrato e búdico ou intuição.

Como vimos, parágrafos atrás, os métodos empregados pela "iniciação" visam dar ao homem o conhecimento absoluto. O Iniciado, desde logo, recebe a linguagem simbólica como matéria de estudo. É uma linguagem que encerra profundos conhecimentos e serve de ponte entre o mental comparativo e o abstrato, isto é, permite ao iniciado que percebendo através dos sentidos, por estímulo visual, chegue a conclusões elaboradas pelo mental abstrato. Da linguagem simbólica, sintética, que conseguem interpretar com as características máximas da inteligência, chegando a variados conhecimentos, parte para o estudo da natureza em todos os seus planos. Ao homem vê integralmente não só através da anatomia e fisiologia como da psicologia e, mais ainda, em todos os seus princípios. Não vê apenas o homem do ponto de vista externo, começa a procurar vê-lo internamente dentro dos seus princípios. Observa-lhe tôdas as reações e observa-se em tôdas as suas reações. É o "Conhece-te a ti mesmo". Nota o poder da Emoção, da Inteligência, acionada sempre pela Vontade, seja esta qual fôr. Dessa tríade depende o grau de evolução do homem em geral, e do Iniciado em particular. Em particular porque recebe armas próprias para conseguí-lo. Começa a interessar-se pelo "conhecimento abstrato", quer, tem vontade de o possuir, e se esforça pelo aprimoramento de sua inteligência e emoção. A primeira é desenvolvida através do estudo, da meditação sôbre os elementos dados. A Emoção é desenvolvida pela educação artística — música, pintura, literatura (iniciáticas) de per si e em conjunto dramático — rituais. Vê-se, assim que a ciência e arte dão-se as mãos, equilibradas pela Vontade que lhes serve de fiel de balança, ao mesmo tempo que se desenvolve através do trabalho ou do uso daquelas duas matérias primordiais do conhecimento eterno. É o Iniciado aos poucos *se realiza* porque começa a criar, através do poder que emana do equilíbrio de sua emoção, inteligência e vontade elementos que pouco a pouco vão atingindo o limiar do grau máximo ou seja o da supra emoção, supra inteligência e supra vontade. Atinge o conhecimento absoluto, ou conhecimento direto. Penetra na harmonia das esferas, e não nos esquecendo de que o homem é um Universo em miniatura, está em harmonia consigo mesmo e com o TODO. Diz Aurobindo que a felicidade é uma questão de equilíbrio... A realização também o é.

Por tudo quanto acima ficou explanado, percebe-se a diferença entre conhecimento absoluto e relativo, isto é, entre aquela que pode fazer do homem um grande intelectual, mas nunca um homem perfeito ou sábio, justo e perfeito.

O Homem e Sua Evolução Espiritual

(2.º de uma série de artigos)

I. DUQUE ESTRADA

Tudo o que acontece ao homem é efeito e causa. Existe no oriente um vocábulo para designar isto: carma. No ocidente chama-se ao carma lei de ação e reação. Essas duas coisas se equilibram por se oporem. Uma bola de borracha jogada contra uma parede volta a quem a jogou com fôrça proporcional ao impulso empregado Esta idéia difere da idéia de recompensa e castigo O sofrimento é o resultado de uma atividade mal empregada, não é um castigo Denota que de alguma forma nos colocamos em contradição com a lei, e o choque resultante é êle, o sofrimento Como se vê, carma não escraviza, é fôrça, é lei; transmite as dívidas contraídas no passado sob aspecto de deficiências, as quais podemos superar, se quisermos. O natural é colhermos o que semeamos. A ação cria circunstâncias, por isso nascemos com defeitos ou qualidades de caráter que construímos em outras eras. Mas a vontade pode crear circunstâncias para o presente e para o futuro Modificando as causas estaremos modificando os efeitos A melhor maneira de assim proceder é descobrir e aceitar o que somos. Revoltas íntimas que naturalmente se transformam em recalques, não devem ser acolhidas. Terão de ser tratadas por êle mesmo, o homem que quer evoluir Deverão ser substituídas pela compreensão de que nada está perdido, mas apenas no limiar de uma grande obra, que é o forjar o seu próprio futuro. O pensamento está sujeito à lei de causa e efeito e sabendo que é nosso instrumento de trabalho, o primeiro cuidado será melhorá-lo. Pensamentos bons e idéias boas atraem e produzem outros melhores, assim como os maus produzem piores. A princípio é necessária a vigilância a escolha constante dos pensamentos. Todo o pensamento bom construtivo, é positivo, deve ser bem acolhido. Todo o pensamento de dúvida é destrutivo, relega a condição humana a de simples joguête das circunstâncias. Deve ser transformado, não pode ter o beneplácito da mente. Não é coisa fácil, mas só por esta forma o homem poderá mudar o seu destino, as condições penosas de sua vida. Não só no pensar, também no falar; é preciso refutar tôda a negação. Expressar-se sòmente por frases positivas, nunca que traduzam tibieza, dúvida, inveja ou ciúme. Como se vê, a transformação do carma exige uma atitude definida, um esfôrço voluntário. Mas é bom lembrar que o homem só é digno dêsse nome quando sabe dirigir seu destino. Algumas escolas ocultistas ensinam o sistema de afirmações. São frases construídas com fim de criar o hábito do pensamento positivo Esse sistema tem sua origem nos "mantrans" hindús.

MOVIMENTO ESPIRITUALISTA

O PENTAGRAMA

(CONTINUAÇÃO)

DELFIN M. MARTINEZ

(Vasariah)

Agrippa considera o número cinco de grande poder, por ser composto do primeiro par e do primeiro ímpar; o número ímpar é masculino, positivo, e o par, feminino, negativo. Para êle o Pentagrama pode ser ligado ao Nome Sagrado "ELION", — AIN-LAMED-IOD-VAU-NUN; a "ELOHIM", — ALEPH-LA-MED-HE-IOD-MEM, assim como ao Santo Nome, de Cristo: IOD-HE-SHIN-VAU-HE.

De acôrdo com a colocação das letras, o Pentagrama adquire tal ou qual virtude nas cerimônias, e nessa colocação e aplicação correta, o Pentagrama pode expulsar os maus espíritos, combater os demônios, assim como curar e preservar de certas enfermidades.

O Pentagrama não deve ser manejado por qualquer um, isto no que se refere à magia evocatória, podendo, no entanto, sem utilizado como preservativo ou medalha protetora, por quem quer que seja.

Para ser utilizado na magia evocatória, é indispensável que o magista conheça não só a natureza, condições e virtudes dos elementais com quem vai entrar em contato, mas ainda a colocação das letras e o valor e significado de cada uma no plano objetivo e subjetivo, ou melhor ainda, no plano material e no plano espiritual, e o que é mais difícil: o manejo correto do próprio Pentagrama.

Aos magistas de primeira hora lembramos o maravilhoso ensinamento de Goethe, que coloca na bôca de Fausto as seguintes palavras:

"Aquêle que dos elementos
A condição não souber,
Não poderá dos espíritos
Fazer-se obedecer."

É devido ao difícil manejo e à colocação correta das letras no Pentagrama, que muitos ocultistas consideram como nefasto e destrutor o seu emprêgo. Enquanto para Agrippa o número cinco é de grande virtude e perfeição, para o imortal Louis Claude de Saint-Martin, é um número de idolatria e putrefação.

Vejamos:

Agrippa considera o quinário, de grande virtude e perfeição, não só por ser formado do primeiro par (dois), e do primeiro ímpar (três), como também por ser a metade exata de dez, o número universal. Louis Claude de Sant-Martin expressa-se assim: "Estas vantagens inexpressáveis estavam ligadas à posse e à inteligência de um livro sem preço, que fazia parte dos dons que o homem havia recebido com seu nascimento. Embora êsse livro só tivesse dez fôlhas, encerrava tôdas as luzes e ciências de tudo que foi, é e será; e o poder do homem era de tanto alcance naquêle tempo, que possuia a faculdade de ler ao mesmo tempo nas dez fôlhas do livro e de conhecer todo seu conteúdo de um só golpe de vista".

Estas dez fôlhas do livro de que nos fala Saint-Martin, representam o número universal de Agrippa.

Saint-Martin diz que a primeira fôlha tratava do princípio universal, ou do centro de onde emanam continuamente todos os centros.

A segunda fôlha tratava da causa ocasional do universo.

A terceira, da base dos corpos, de todos os resultados e das produções de todos os gêneros.

A quarta, de tudo que é ativo, do princípio de tôdas as línguas, quer temporais, quer fora do tempo; da religião e do culto do homem.

A quinta, da idolatria e da putrefação.

A sexta, das leis da formação do mundo temporal, e da divisão natural do círculo pelo raio.

A sétima, da causa dos ventos e das marés; da escala geográfica do homem, de sua verdadeira ciência e da origem de suas produções intelectuais ou sensíveis.

A oitava, do número temporal daquêle que é o único apoio, a única fôrça e a única esperança do homem.

A nona, da formação do homem corporal no seio da mulher, e da decomposição do triângulo universal e particular.

A décima fôlha era o caminho e complemento das nove precedentes. Pode-se dizer que era a mais essencial e sem ela as outras não poderiam ser conhcidas, porque dispondo-as tôdas em circunferência, de acôrdo com sua ordem numérica, esta é a que mais afinidade tem com a primeira, de onde tudo emana. É por esta fôlha, isto é, pelo número dez, que o autor das coisas é invencível, porque é uma barreira que o defende de todos os lados, e nenhum ser pode ultrapassá-la.

Para Saint-Martin, quatro é o número perfeito. Na enumeração que faz dos erros responsáveis pela queda do homem, diz êle: "O primeiro foi a transposição da quarta fôlha substituindo-a pela quinta, ou seja a que trata da idolatria; porque então o homem desfigurando as leis de sua religião, não podia retirar dela os mesmos frutos, nem o mesmo auxílio espiritual como se tivesse perseverado no verdadeiro culto. Ao contrário, não recebendo senão trevas como recompensa, ficou tão mrgulhado nelas a ponto de nem mesmo desejar mais a luz".

Se o número dez corresponde ao Sêr supremo, ao bem, à luz, a metade exata de dez (cinco), corresponde ao mal, às trevas, à idolatria e a putrefação, isto é, ao perecedeiro, ao transitório. É por êste mistério que o Pentagrama tanto pode colocar-nos em contato com as fôrças angélicas como com as demoníacas, e quem não fôr iniciado nos mistérios não deve usá-lo a tôrto e a direito.

O Pentagrama com as letras correspondentes ao Nome Divino, sejam quais forem, salvo as aplicadas em magia negra que não temos a menor intenção de revelar, é um verdadeiro escudo para o magista e ocultista em geral.

O Pentagrama com o Nome Sagrado, empregado para fins venais ou egoístas é um sacrilégio, e mais cêdo ou mais tarde o irresponsável que assim proceder, pagará caro essa leviandade.

Contra as influências do baixo astral, aconselhamos o uso do Pentagrama com o Nome Sagrado e a cruz no centro. Um Pentagrama assim preparado é um verdadeiro escudo contra as fôrças infernais e seu possuidor poderá repetir confiante aquelas palavras de Fausto e Mefistófeles:

"Se do profundo abismo vens, Ó camarada!
Contempla o Talismã
Ao que se humilha sempre, vencida e aterrada,
A hoste de Satã."

(Continua)

Evangelismo

A Glória do Natal

ANTONIO REDDO

A Humanidade gozava um período de paz. As legiões romanas já tinham terminado as suas conquistas. César Augusto repousava feliz nos colchins dourados do seu vasto império, que na época, abrangia o mundo naqueles dias conhecido. Pilatos era o governador da Judéia, Herodes o tretarca da Galiléia. Quando Cirênio, o governador da Síria, ordenou que se realizasse um recenseamento em tôda terra ocupada da Palestina. Em traços gerais, era êste o panorama político do mundo nos dias do advento de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A narrativa bíblica do advento é a seguinte: — "E aconteceu naqueles dias que saiu um decreto da parte de Cézar Augusto, para que todo mundo se alistasse (êste alistamento foi feito sendo Cyrenio presidente da Síria) e todos iam alistar-se cada um à sua própria cidade. Saiu também José da Galiléia, da cidade de Nazaré, à Judéia, à cidade de Bethlém porque era da casa de Davi, para alistar-se com Maria, sua mulher, que estava grávida."

E aconteceu que, estando êles ali, se cumpriram os dias em que havia de dar à luz. E deu à luz ao seu filho primogênito, e o envolveu em panos, e o deitou em uma manjedoura, porque não havia lugar para êles na estalagem. (Luc.: 2 — 1 a 7). Se olharmos as possibilidades humanas, a primeira parte da narrativa bíblica, achamo-nos diante de um Cristo paupérrimo, de um Messias que não teve como os demais homens o confôrto de um lar, que ao léo da sorte, abriu os olhos em uma manjedoura, "porque não havia lugar para êles na estalagem."

As palhas, o feno dos animais foi o seu leito de recém-nascido, destituído de confôrto, dos bens terrenos, Êle o Rei da Glória, o Senhor dos senhores, iniciava a sua trajetória de humildade e glória na grandeza augusta do Seu nascimento. Os pastores, os homens do campo, aquêles que tinham a fronte bronzeada na canícula abrasadora do trabalho, ei-los genuflexos ante a manjedoura de Bethlem, trazendo o preito de sua vassalagem àquele, que mais tarde dignificaria o trabalho na carpintaria de José!

"E no mesmo instante, apareceu com o anjo uma milícia dos exércitos celestes, louvando a Deus, e cantando: — Glória a Deus nas alturas, paz na terra, boa vontade para os homens." (Luc.: 2: 13 a 17). Aos homens, aliaram-se os anjos em um côro uníssono de vozes, louvando e bendizendo o nascimento do Salvador, do Cristo Senhor.

Sigamos ainda a narrativa bíblica: — "E tendo nascido Jesus em Bethlem de Judá, no tempo do rei Herodes, eis que uns magos vieram do Oriente a Jerusalém, dizendo: — Onde está aquêle que é nascido o rei dos judeus? Porque vimos a sua estrêla no oriente, e viemos adorá-lo. E o rei Herodes ouvindo isto perturbou-se e com êle tôda Jerusalém. E congregando todos os príncipes dos sacerdotes, e os escribas do povo, perguntou-lhes onde havia de nascer o Cristo.

E lhe disseram em Bethlem da Judéia, porque assim está escrito pelo profeta, — e tu, Bethlem terra de judá, de modo nenhum és menor entre as capitais de Judá, porque de ti sairá o Guia, que há de apacentar o meu povo de Israel." (Mat.: 2: 3 a 6). Herodes o tetrarca da Galiléia, o homem escolhido por Cézar Augusto para representá-lo diante de um povo vassalo, de um povo escravo e vencido, teme e treme ante o berço de uma criança!

Turbou-se com êle tôda Jerusalém. A opinião pública ficou em suspenso ante o aparecimento dêsse infante, que traz o signo do maior homem de todos os tempos! Os magos do Oriente, os sábios acostumados a consultar os astros, a conversar com as estrêlas, seguiram o rastro luminoso de uma nova estrêla, e foram como que atraídos por um ímã, seguindo o rastro luminoso dessa nova estrêla, e foram até o presépio de Bethlem, humildes, solícitos, genuflexos, em atitude de adoração abriram as suas arcas, e dos seus tesouros, ofereceram ouro, incenso e mirra. Ouro, porque Jesus é Rei, incenso porque Êle é Deus, e mirra porque Êle é o profeta por excelência! Se é certo que nenhum homem nasceu em condições tão humildes como Jesus Cristo, rodeado de tanta pobreza, de tanta obscuridade, também nenhum outro, teve a glória de um nascimento que abalasse os céus e a terra, que mudasse o curso da História, que imprimisse um novo rumo à civilização.

Nascimento extraordinário! E tôda Jerusalém se perturbou, e, há vinte séculos que êste fato vem sendo comemorado, que a Humanidade exausta e sofredora, se debruça ante a manjedoura, para se prosternar em uma adoração constante. Ricos e pobres, brancos e pretos, confraternizam-se ao redor da árvore simbólica, todos, grandes e pequenos, de todos os níveis econômicos e sociais, de olhares fitos no presépio de Bethlem, cantando alegres e jubilosos: — Glória a Deus nas alturas, paz na terra e boa vontade para com todos os homens!

O MEU REINO NÃO É DESTE MUNDO

YARANDASÃ

Há homens que são verdadeiras enciclopédias de saber e de conhecimentos gerais; outros existem que se assemelham a museus de antiguidades, onde encontramos, nas paredes formadas pela memória, estranhas figuras do passado e, nos recantos da consciência, objetos quase desconhecidos, que vão desde as armas dos trogloditas à espada caprichosamente trabalhada do moderno guerreiro.

Existem, entretanto, outra espécie de homens que, pela linguagem, nos fazem voitar ao passado remoto.

Quando sentimos o estado de fermentação social, vez por outra ouvimos falar em liberdade, igualdade e fraternidade, em nossa memória surge a figura veneranda de Marco Túllo Cícero, o jurista de escol, que dizia sistemàticamente aos de sua época: "Pelo altar e pelo lar." E, com essas palavras, aparentemente simples, encerrava tôda uma doutrina que o levou a estabelecer o sagrado trinômio LIBERDADE — IGUALDADE — FRATERNIDADE, um pouco antes da vinda de JESUS ao mundo terreno.

Mereceu o grande tribuno e defensor dos direitos humanos, o título de "Pai da Pátria", não obstante ter sido assassinado por Marco Antônio e tripudiado pela espôsa do ignóbil assassino. Sua cabeça foi cortada, como o foi, mais tarde, a de João Batista. Teve sua língua traspassada por um dos longos grampos que enfeitavam a cabeça de Calpúrnia, a espôsa do infeliz Marco Antônio.

Mas, apesar de todos êsses acontecimentos, a doutrina sagrada oriunda do Divino Trinômio, atravessou os séculos, subindo degrau por degrau, a escadaria dos corações dos homens de bem, para refulgir nos céus das esperanças de todos os povos.

Muitos séculos após o seu advento, por entre o rufar de tambores, na manhã de um dia 14 de julho, por entre o horror dos incêndios, da guerra civil e o rolar terrível de muitas cabeças, o Sagrado Trinômio ergula o seu pendão, lembrando aos homens que não convém tornarem-se ergastulários para tiranizar os que amam a luz e caminham pela estrada da farternidade, perfeitamente iguais perante DEUS, o Pai.

Aquela sagrada instituição, nascida do coração vigoroso de Cícero, espiritualizada pelo magnífico Sermão da Montanha, proferido por JESUS sessenta e poucos anos depois, e, finalmente, consagrada pelo sangue regenerador da Pátria de Santa Jeanne D'Arc, tem necessàriamente de ser alimentada pela coragem honrada e frutuosa dos homens de bem e de mental elevado, que devem viver para a exaltação da glória Divina, expendendo no coração humano os princípios que nos inspiram o Sermão da Montanha, que, em outra modalidade, é a escola de Cícero, também — vocação ao império da Ordem e da Liberdade, pelo amor intenso e fecundo que, derrubando as bastilhas fundadas sôbre as trevas dos corações enganadores, encheram a terra de temor, de desamor e de hostilidade.

E assim, desde o princípio do mundo até os nossos dias, vêm se sucedendo os homens, as doutrinas, as filosofias, e tudo que existe sôbre a Terra, e não temos notícias de haver existido um só MESTRE, um só fundador de religião ou dourtina, um só Codificador de princípios, em qualquer parte do mundo, fôsse êle Osiris, Buda, Zaratustra, Lao-Tseu, Confúcio, Pitágoras, Thales, Plutarco, Epicuro, Maomé, Platão, Hipócrates, Sócrates, Aristóteles, Séneca, Voltaire, Rousseau, Ramacrisna, ou o maior de todos os mestres, o Divino JESUS, que ensinasse a intolerância, o separativismo ou o desamor entre as criaturas.

Esperanto

O. S. LOPES

Não basta dizermos "boas festas — feliz Ano Novo"; diremos frases protocolares, mas inexpressivas, se não facultarmos aos nossos semelhantes com que tenham festas boas e melhores dias no decorrer do novo ano. Zamenhof deu sua própria vida, sacrificando sua mocidade, que poderia ter sido igual à dos outros homens, usando do direito que têm os moços, quando deixam para a velhice as obrigações e os deveres da vida em sociedade; dedicando sua existência no afã de doar ao mundo um instrumento capaz de produzir a permuta de idéias, a troca de impressões — que é o idioma internacional. Com o Esperanto e na língua universal, dizemos para o mundo: MI DEZIRAS AL VI KARAJ LEGANTOJ, BONAN KRISTNASKONKAJ PLIBONA NOVJARON.

A revista francesa "Paris Match" dá-nos conta do 51.º Congresso Francês de Esperanto (Tours — 16/17 de maio último), descrevendo do seu brilhantismo e, principalmente, a eficiência de seu funcionamento.

Antigamente, após os congressos brasileiros, havia um descanso, resultante dos esforços que eram feitos pelos esperantistas, durante os respectivos trabalhos, mas, agora, graças à propaganda pelo ensino através o método direto, há, ao contrário, um recrudescimento de atividades, como acaba de ocorrer em Salvador, onde o XVI Congresso marcou o início de nova fase no "movado" local.

Agradecemos o recebimento das seguintes publicações esperantistas: "Rio Esperantista", "Semado", de Minas Gerais; "A Nova Era"; "Atualidades Esperantistas" (S. Paulo); "Heroldo de Esperanto" (Holanda); "Nuntempa Bulgario"; "Brasil Esperantista"; "La Praktiko" (Holanda); "O Reformador" (com artigos sôbre o Esperanto) e "Infana Bulteno".

OCULTISMO A SEU ALCANCE

Morte e Libertação

IRMÃO JEZIEL

Com referência à morte, essa ainda desconhecida da grande maioria da humanidade, as inúmeras seitas religiosas existentes recebem-na explicando-a de maneira diversas, de vários modos, quase tôdas, entretanto, afirmando tratar-se de um mistério, um passo que se dá no escuro, um dogma de fé, com um Céu de felicidade eterna e um Inferno de eternas torturas. Tudo ou nada, branco ou prêto, bom ou mau, belo ou feio, morte ou vida, Deus ou Satanás, Céu ou Inferno.

A religião-consôlo, a doutrina dos espíritos explica de modo mais racional, de maneira mais aceitável o Além-Túmulo, acrescentando ser eterna apenas a vida que o Pai-Criador nos deu, inicialmente ser insignificante, aos poucos crescendo tornando-se fôrça e ser espiritual, um dia, sempre para melhor, para frente, crescendo sempre, progredindo, subindo na evolução sem fim, eterna, através da própria vida eterna.

Ensina claramente, entretanto, não ser eterno o mal, nem o bem, não ser eterna a felicidade, o desespêro, o infortúnio, nem a bondade e a maldade, nem o céu e o inferno que a própria criatura cria para si, de acôrdo com o seu estado d'alma, através das ações praticadas e vividas, neste ou noutros planêtas, na presente ou em outras vidas, dentro da vida imperecível do espírito, neste ou noutro lado da vida.

EMMANUEL ensina-nos, dizendo sôbre: MORTE e LIBERTAÇÃO:

— "Estudando o teor de libertação da criatura terrestre, depois da morte, mentalizemos um devedor que viesse ao campo de resgate com escassa disposição no pagamento dos próprios débitos.

Pouco propenso ao suor na solução dos próprios compromissos procura, cada dia, múltiplas portas de escape.

Ao invés de aceitar corajosamente as situações complicadas que êle mesmo criou, passa o tempo buscando a reconstrução do confôrto imediatista, desprezando as experiências renovadoras e abominando as dificuldades que se lhe erguem na senda por instrutoras sublimes.

Acomodando-se com a ociosidade, muitas vêzes, em nome da própria fé que esposa na vida, foge ao contato com os seus velhos credores, aplicando astúcia e crueldade na caça a vantagens próprias, e, em semelhante desvão à margem do reto caminho, na maioria das circunstâncias, efetua novas dívidas para voltar à Contabilidade Divina, além do sepulcro, mais fortemente onerado nos gravames a que se ajusta.

Naturalmente que para êle a morte não significa qualquer liberdade, porquanto permanece mentalmente algemado aos quadros vivos decorrentes das ações infelizes, encarcerado no remorso da consciência ou na rijeza de coração que o fazem desvairar.

E' por isso que não encontra senão o campo agitado da própria angústia, estabelecendo para si mesmo dolorosos pesadelos de frustração, aprisionado qual se encontra à roda aflitiva das próprias reminiscências, que lhe constituem torturante e infernal moradia.

Se te propões, assim, encontrar para lá do túmulo a emancipação com que sonhas no roteiro das provações necessárias, abre tua alma ao bem incansável, ao bem incondicional e ao bem infinito, por que sòmente o bem guarda consigo o poder de quebrar os grilhões da ignorância e das trevas, diante do amor de Deus".

AGUARDEM!

ANTOLOGIA DO MOVIMENTO ESPIRITUALISTA

Prefácio de OSWALDO COSTA

●

EDITÔRA FULGOR

Rua Anhanguera, 66 — São Paulo — Capital

Dia 1: Congresso Das Testemunhas de Jeoxá

O Rio de Janeiro acolherá, em janeiro, milhares de Testemunhas de Jeová procedentes de tôdas as partes do Brasil, para participarem do Congresso dos Ministros Ativos, a ser realizado nos dias 1 a 4 de janeiro, no Maracanãzinho.

Os congressistas dos Estados usarão diversos meios de condução, desde automóvel até avião, e sua recepção no Rio já está merecendo o devido cuidado da Comissão Organizadora do Congresso das Testemunhas de Jeová. Um porta-voz do grupo disse-nos que serão instaladas mesas de recepção na Estação Rodoviária Mariano Procópio, Central, Leopoldina, Aeroporto Santos Dumont e outros locais estratégicos.

Todos os ministros das Testemunhas de Jeová, que virão para o congresso do Maracanãzinho, têm seus empregos seculares, sendo o seu ministério desempenhado voluntàriamente, sem lucro ou salário. Por esta razão, inúmeros arranjos são feitos pelos congressistas, em suas cidades, para se ausentarem de suas ocupações profissionais. Segundo dados da Comissão de Hospedagem, famílias inteiras virão para o próximo congresso, algumas delas de tão longe como Manáus e Uruguaiana.

Para acomodar todos os delegados dos Estados, as Testemunhas de Jeová do Rio de Janeiro já estão-se movimentando no entido de obterem acomodações em lares particulares, além de usarem suas próprias casas, hotéis e pensões. Centenas de ministros da religião, em todo o Distrito Federal, estão indo de casa em casa, solicitando acomodações para seus companheiros cristãos de outras partes do Brasil. "A ordem de Jesus foi: "que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos tenho amado", disse-nos o Sr. João Beraldo da Comissão de Hospedagem, "e as Testemunhas de Jeová gostam de demonstrar êste amor por ações, não apenas por palavras. Por isto, trabalham em benefício de seus irmãos cristãos".

Quasi tôdas as 587 congregações das Testemunhas de Jeová no nosso país estarão representadas no congresso do Maracanãzinho. Muitos dos delegados chegarão ao Rio com alguns dias de antecedência, para participarem da publicidade do discurso principal do conclave, "QUANDO DEUS ANUNCIAR A PAZ A TÔDAS AS NAÇÕES", que será proferido no domingo, dia 3 de janeiro, e para o qual serão distribuídos 250.000 convites impressos.

O ROMANCE DE

(Conclusão da 5ª página)

nosso projeto de lei que, até posterior regulamentação da SUMOC e, portanto, em caráter transitório, recebam aquêles produtos de exportação bonificações na base da taxa de câmbio do dia no mercado de taxas livres.

INTEGRA DO PROJETO

E' a seguinte, a íntegra do projeto:

«Art. 1.º — As divisas de qualquer tipo provenientes da exportação de produtos nacionais, manufaturados ou não, sem exceção, serão obrigatoriamente vendidas ao Banco do Brasil S. A., ou a Bancos autorizados.

Parágrafo único — Os Bancos autorizados a operar em câmbio repassarão ao Banco do Brasil S. A., o total das compras que fizerem, desde que referentes às Divisas provenientes da exportação de produtos nacionais.

Art. 2.º — A receita de divisas provenientes da exportação de produtos, destina-se exclusivamente:

I — À importação de mercadorias, com os respectivos serviços de fretes, seguros e despesas bancárias, quer se trate de importações sob regime de pronto pagamento ou financiadoas em moeda estrangeira para pagamento a prazo, nos termos da Lei n.º 3.244 de 14 de agôsto de 1957;

II — às necessidades financeiras do Govêrno Federal.

Art. 3.º — Com o objetivo de estimular a exportação, salvaguardando, ao mesmo tempo, a poupança compulsória pela União de uma parte da receita das sobretaxas pagas pelos importadores nos têrmos das Leis n.x 2.145 de 29 de dezembro de 1953 e n.º 3.244 de 14 de agôsto de 1957, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, de acôrdo com as necessidades, fará alterações nas categorias de exportação, no que se refere ao número de referidas categorias, aos produtos que lhes fôrem incluídos e às bonificações correspondentes.

Parágrafo único — Os produtos de exportação poderão ser classificados até o número de 10 (dez) categorias.

Art. 4.º — Fica expressamente proibida a liquidação de divisas provenientes da exportação de produtos no mercado de taxas livres a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 1.807 de 7 de janeiro de 1953.

Parágrafo único — Até posterior regulamentação pela Superintendência da Moeda e do Crédito em obediência aos dispositivos da presente Lei, os produtos exportados, cujas divisas no momento atual, são liquidadas no mercado de taxas livres, receberão bonificações na base da taxa de Câmbio, no dia no mercado livre a que se refere o art. 2.º da Lei 1.807 de 7 de janeiro de 1953.

Art. 5.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário».

Marcha-à-ré Nas

(Conclusão da 8a. pág.)

partido da classe operária a principal causa de termos vencido uma provocação de guerra, forjada contra nossos irmãos da Argentina. Assim como a onda de protestos que obrigou o abandono de nosso território por parte da fôrças armadas americanas do norte, já que a guerra acabara, e nenhum motivo honesto e confessável justificava, ainda, sua presença.

Ao meu amor de brasileiro comovem mais êstes acêrtos do que despertam no meu sentimento crítico os erros por ventura cometidos.

Não podia silenciar êstes pequenos reparos à obra que me produziu impressão tão singular. Num manual didático qualquer estas coisas ficariam para serem esquecidas, mas nesta história da «vida de um grande povo» de Plínio Bastos elas terão a influência que a obra ainda virá a ganhar. Por isso os reparos impunham-se.

Com o seu impressionismo histórico em que palpita, da primeira a última página, um sentimento nacionalista e um grande amor ao Brasil, o escritor vai ressaltando os fatos em cujo conteúdo surpreendeu o sentimento nacional e a ânsia de liberdade do povo brasileiro em formação. E com fatos se constrói, pouco a pouco, a figura do gigante. Às vêzes, seu impressionismo é lírico e idealista, como quando examina as relações do colonizador, depois do branco que já com algo de seu, com o elemento negro ou índio. Mas as relações sociais, em cada época, refletem a solução de uma tarefa que os homens se colocam, coletivamente e concretamente. Não têm sensibilidade lírica, nem idealismo. Isto dá azo a amargas ironias do escritor e revelam sua própria sensibilidade, esta sim poética e lírica, de um lirismo apaixonado pelo direito de ser livre e feliz do povo.

O povo, o povo em crescimento e formação, êste é o grande personagem da obra de Plínio Bastos. Nada aqui dos heróis do tipo do idealismo puritano dos inglêses, ou do misticismo filosófico dos alemães: nem Carlyle nem Nietzsche. O herói é o povo, o indivíduo somente se alça ao heroísmo quando intepreta a consciência de luta do povo. E' assim na Cabanagem, na Balaiada, na Sabinada, nos Quilombos. Heroísmo da massa que sofre, luta e ergue-se para o futuro.

Concluo o exame da substância da «A História do Brasil» sem ter de forma alguma, esgotado as reações que a leitura do livro me produziu. Os limites do trabalho não comportam mais.

Resta falar sôbre o aspecto propriamente formal da obra. Êste retrato, ao vivo e de corpo inteiro do Brasil, é escrito com a linguagem tranquila, simples e clara de um bom ficcionista. Quando o Autor deseja acentuar um traço da fisionomia do gigante transpõe o fato para o presente e o seu processo é o de um romancista. Citaria exemplos sem conta, mas melhor que o leitor os vá procurar, é prazer que não anteciparei.

E é assim porque o escritor já deu dois romances publicados e navega em suas águas quando romanceia a História.

Às vêzes, a meu ver, o seu impressionismo busca efeito rompendo um limite de equilíbrio que todo assunto impõe à forma a que deve corresponder. E a frase se vulgarisa quando desejava apenas popularizar-se.

Mas são questiúnculas numa prosa límpida e saborosa, sem perder o didatismo indispensável ao caráter do trabalho. No campo da literatura de conteúdo histórico Plínio Bastos oferece uma contribuição efetivamente nova. Seu livro é a história da «vida de um grande povo» contada por êste povo mesmo na árdua apoteose de suas lutas de formação e emancipação que o historiador-romancista faz perpassar aos nossos olhos rasos de patriotismo. Termino repetindo o escritor: «Que se trata duma história dramática, original, épica, e por vêzes, burlesca, não, não deveis duvidar»...

O SERVIDOR

Rua 13 de Maio, 47 — Grupo 2405 — Telefone 42-1198

"UM JORNAL PARA O FUNCIONALISMO"

AMANHA NAS PRINCIPAIS BANCAS

Artigos e reportagens de Lycio Hauer, Léo Rodrigues de Almeida, José Frejat, José Castor Maranhão e Carlos Tylor

- Classificação — o que já foi aprovado no Senado;
- Artífices, heróis do trabalho;
- Resenha Parlamentar;
- Risco de vida e saúde — luta do funcionalismo;
- Notícias das Associações;
- DASP nada sabe sôbre as Verbas 3 e 4.

Coluna do Trabalhador

ARTHUR CANTALICE

Portuários Depuseram Presidente

Num plebiscito, que constituiu fato inédito na vida sindical do país, os portuários depuseram, por uma diferença de votos verdadeiramente esmagadora, o presidente da União dos Portuários do Brasil, André Alves da Costa, apenas seis meses após ter tomado posse, caiu em desgraça perante os trabalhadores do Pôrto. Defendia, intransigentemente, a aprovação, sem emendas, do novo Regimento da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro. Negava-se a convocar uma assembléia para debater o assunto. Destituiu, violentamente e por mais de um edital policialesco, uma comissão de associados, a qual, depois de examinar o referido Regimento, concluíra ser êle prejudicial aos portuários e à própria emprêsa estatal. Uma vez obrigado a convocar, de acôrdo com os Estatutos, uma assembléia geral requerida por centenas de associados, André Costa, assessorado por um grupelho que o acompanhava, patrocinou a invasão da assembléia por dois choques da Polícia Militar. Os portuários não recuaram. Ao contrário, a onda oposicionista mais se avolumou. André Costa teve que convocar nova assembléia. De novo, chamou os choques da Polícia Militar para coagir seus companheiros. A manobra resultou inútil. Uma contra-chave fôra aplicada: parlamentares, líderes sindicais e membros do executivo haviam sido convidados pelos associados da União dos Portuários, a fim de que testemunhassem o que se decidiria na reunião. Esta foi um magnífico espetáculo de unidade de classe. Ficou decidida a realização do plebiscito. Assim, pelo mesmo processo com o qual ascendera à presidência, André Costa foi derrubado estrondosamente. Teve só 234 votos nas 13 urnas espalhadas nos locais de trabalhos do Pôrto. E só a votação das oficinas velhas bastaria para derrotá-lo, já que lá 300 sócios da UPB votaram pela destituição. Nenhuma seção do Pôrto votou favoràvelmente à permanência do dirigente acusado de traição aos interêsses da classe. O método de destituição usado pelos portuários deveria ser introduzido nas eleições políticas. Muito deputado, vereador e senador cairia do galho . . .

O Projeto Anti-Greve

O projeto anti-greve, de autoria do senador Jefferson de Aguiar, foi aprovado, de repente, pela Comissão Legislação Social, do Senado. Votaram contra os senadores Caiado de Castro e Lima Teixeira, segundo informaram os jornais. Informaram, ainda, que os senadores do PTB pretendiam que fôsse aprovada o projeto do deputado Aurélio Viana, já aprovado, por unânimidade, na Câmara Federal. As informações vão mais além: os senadores petebistas modificariam o projeto Aurélio Viana. Que modificações seriam essas? Afinal, o PTB está ou não está de acôrdo com as resoluções da II Conferência Sindical Nacional? Se está nada mais tem a fazer que apoiar o projeto aprovado pela Câmara Federal, com uma só emenda, aquela sugerida pelos participantes do grande conclave sindical. Os trabalhadores não mais podem ser enganados por palavras bonitas. Exigem claras definições.

UMA SENSACIONAL REELEIÇÃO

Giovanni Romita foi reeleito presidente do Sindicato dos Gráficos. Foi uma vitória sensacional, obtida sob o lema "Vote nos que trabalham, despreze os que atrapalham". Não conhecemos de perto a política reinante no Sindicato dos Gráficos. Não estamos, assim, em condições de julgar da razão ou não de serem os oposicionistas chamados de atrapalhadores. Entretanto, o resultado da eleição deixou, uma vez mais, patenteado o grande prestígio de Giovanni Romita. Sua chapa obteve 2.634 votos contra apenas 507 da oposição.

CONSULTAS TRABALHISTAS

Milton de Moraes Emery

Aqui estamos, a partir desta semana ,caro leitor, à sua inteira disposição no sentido de sanar dúvidas referentes às relações entre empregados e empregadores.

Nossa linguagem será a mais simples evitando sempre que possível os têrmos técnicos. Êstes têm sua valia, é evidente, mas aos leigos dificulta o entendimento.

Necessário será que o consulente ao nos enviar suas perguntas forneça dados importantes — conforme o caso, tais como data da admissão na firma, data da demissão, horário, função que exerce, salário e modo de pagamento do mesmo, etc. Certo é, que quando a pergunta se prender a um caso geral não será necessário descer a êsses detalhes, já que incabíveis.

Suponhamos — em casos particulares — por exemplo, que fulano de tal seja empregado numa emprêsa. Ao nos interrogar como lhe deverão ser pagas as indenizações, em sendo despedido injustamente, deverá, é forçoso que o faça, indicando exatamente a data em que começou a trabalhar para seu empregador e o salário que percebe: assim se poderá fazer o cálculo.

Outro leitor desejará saber quantos dias de férias terá direito. Indicará quando ingressou na firma, quantas faltas cometeu no período aquisitivo das férias a fim de que se lhe possa informar com segurança.

Alguém quererá esclarecimento sôbre se seu salário corresponde ao número de horas trabalhadas, se faz jus ou não a algum adicional (insalubridade, noturno, periculosidade) deverá nos fornecer, com tôda a clareza, quanto percebe, a que horas inicia seu serviço ordinàriamente, quanto tempo tem para descanso, qual o dia, ou dias, destinados ao repouso e assim por diante.

Uma vez tornado claro o que aqui pretendemos — que é informar com equilíbrio, isenção e clareza — só nos resta dizer que o sucesso dos consulentes em suas aspirações nesse campo será nosso justo e desejado prêmio.

Cartas ou consultas devem ser enviadas em nome do colunista para a rua da Quitanda, 30, 8.º andar, sala 811 — Distrito Federal.

BRASÍLIA: MUDANÇA DETERMINA PÂNICO

A transferência para Brasília se constitui na maior preocupação para milhares de servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário; de acôrdo com dados recentes oferecidos pelo DASP à Câmara dos Deputados, em resposta a requerimento de informações, deverão ser deslocados, até 21 de abril vindouro, para a nova capital: 1.778 funcionários do Senado, Câmara, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Federal de Recursos e Tribunal Superior Eleitoral; 1.194 servidores do Executivo — Presidência da República, Ministérios, Tribunal de Contas da União, DASP, Departamentos e Conselhos; 416 Senadores, Deputados e Ministros.

São, portanto, 2 972 servidores civis e cêrca de nove mil dependentes, ameaçados de sofrerem radical transformação nas suas vidas, que anseiam por providências concretas, a fim de que a mudança, tão almejada pelo Govêrno, não se constitua, para êles, numa aventura arriscada; medidas práticas que, até então, não tinham sido tomadas; nem sequer informações precisas, sem o sentido propagandístico, vêm sendo dadas pelas autoridades competentes, através os veículos normais de contato com a classe. O funcionalismo, porém, confiava ainda, enquanto aguardava atos reveladores da preocupação do Govêrno com os problemas da vida quotidiana de uma família, a que se impõe, para a prestação de um serviço público, a mudança para local desconhecido e distante mais de dois mil quilômetros do seu ambiente natural.

É lógico, assim, que o pânico se tenha apossado dos servidores atingidos, ao examinar o projeto de decreto composto, afinal, pelo Grupo de Trabalho específico, ante a transferência iminente, cujos dispositivos principais são:

1. **o regime de trabalho, em Brasília, será acrescido de duas horas diárias;**
2. **o Executivo proporá ao Congresso quadro especial dos servidores transferidos;**
3. **os funcionários transferidos receberão ajuda de custo correspondente a um mês de vencimentos e diárias iguais a um trinta avos do respectivo vencimento, sendo-lhes pagas, adiantadamente, sessenta diárias;**
4. **será providenciada residência compatível com a situação de cada um "e em condições de razoável proporcionalidade entre o vencimento e o valor da locação a ser fixado;"**
5. **é assegurada prioridade e gratuidade nos Centros Oficiais de Educação, Cultura e Esporte aos dependentes diretos dos servidores transferidos;**
6. **os servidores e dependentes serão atendidos nos estabelecimentos hospitalares oficiais (inclusive os exames de saúde previstos na atual legislação), "em bases proporcionais aos vencimentos ou salários de cada servidor."**

CLASSIFICAÇÃO: LUTA CONTINUA

A COLIGAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES PRÓ-CLASSIFICAÇÃO, em reunião recente, manifestou-se contràriamente ao aumento puro e simples de vencimentos, decidindo repudiar qualquer tentativa que implique no adiamento da votação do Plano de Classificação. Como medidas capazes de assegurar o êxito da campanha decidiu:

1 — apelar aos servidores e Associações dos Estados no sentido de que enviem memoriais às bancadas respectivas do Senado, em apoio ao substitutivo Jarbas Maranhão. (o funcionalismo mineiro já o fêz e com 10.000 assinaturas);

2 — solicitar audiência a JK, em data a ser fixada.

FRENTE ÚNICA ASSALARIADA

A proclamação (proposta da UNSP) dirigida aos sindicatos, que propõe a união das classes assalariadas em tôrno dos projetos que serão discutidos na convocação extraordinária da Câmara e Senado, teve aceitação unânime; no momento mesmo em que encerramos os trabalhos desta edição está sendo realizada reunião dos dirigentes "barnabés" e sindicais, no Sindicato dos Têxteis, para elaboração de um plano de ação conjunto.

ATRASO DO PAGAMENTO TORTURA MAIS RECENTE

O custo-de-vida, em nosso País, até abril do corrente ano, cresceu 307% em relação a 1953, segundo dados oficiais (Boletim da SUMOC, agôsto de 1959). Êste fato (determinado, principalmente, pela deterioração do comércio externo brasileiro e "deficit" no movimento de moedas estrangeiras provocado pela remessa de lucros dos trustes que operam entre nós), atinge violentamente as classes assalariadas, sendo responsável pela inquietação dos servidores públicos em particular e trabalhadores em geral, que se constitui, hoje, um fenômeno nacional; é que os salários e vencimentos não foram aumentados na mesma proporção, sendo insuficientes, já não se diz para a elevação do nível de vida — que é aspiração geral — mas até mesmo para a conservação do que se tinha alcançado em 1953.

Se tal acontece com aquêles servidores, que recebem regularmente seus vencimentos, é fácil imaginar-se o drama vivido pelos que não o recebem durante meses a fio ou até mesmo no período normal.

Agora, quando tôda a humanidade se prepara para os festejos que marcarão o advento da sexta década do milênio, será justo que reclamemos, mais uma vez, dos setores governamentais responsáveis, uma solução para o problema e alertemos a opinião pública, a fim de que os movimentos de protestos dos prejudicados, que começam a ocorrer, não sejam rotulados como movimentos subversivos de uma minoria interessada em ofender a ordem pública:

1. **milhares de servidores das verbas globais do Ministério da Agricultura não recebem seus vencimentos, desde junho, simplesmente porque o Ministério da Fazenda não libera as verbas orçamentárias necessárias;**
2. **o mesmo está ocorrendo com os servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde;**
3. **os servidores do Hospital de Curicica (1.200 hospitalizados), da Campanha Nacional contra a Tuberculose, estão apelando para as autoridades no sentido de que sejam pagas as quotas devidas ao Hospital, a fim de que o estabelecimento possa continuar sua missão, sem o que o Hospital fechará;**
4. **em Niterói, o funcionalismo municipal está protestando contra o atraso de dois meses nos seus vencimentos; a greve de advertência de 24 horas resultou na demissão em massa de todos os secretários da municipalidade;**
5. **os servidores municipais de Belo Horizonte estão se organizando para uma greve de advertência, caso não recebam, até o Natal, os vencimentos de setembro, outubro e novembro;**
6. **No Rio, os servidores da PDF e suas Associações, estão mobilizados para defender, antes do Natal, o pagamento do abono de 30%, referente aos meses de fevereiro, março e abril, dependendo a efetivação da medida de um empréstimo do Govêrno Federal à Prefeitura.**

DASP "CONTRA" É PLEONASMO

DIZEM OS SERVIDORES DO IAPC; OS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS; OS VETERINÁRIOS; E OS DATILOSCOPISTAS

O DASP, para o funcionário, representa o patrão; e o máu patrão. A julgar pelas atitudes que vem assumindo nestes últimos anos, parece evidente que sua missão se resume em negar os direitos, em contrariar o funcionalismo, já desconfiado de que esta é a orientação que lhe dá o Govêrno. Suas posições quanto ao Plano de Classificação revelam as novas finalidades do órgão que anteriormente se destinava a construir uma organização científica e moralizada para o serviço público. Há, porém, reclamos mais atuais contra a "iminência parda" dos govêrnos:

1 — 2.480 servidores do IAPC, beneficiados por áto recente do Presidente daquela autarquia, Sr. Alberto Carneiro, que os equiparou aos oficiais administrativos (conforme a Lei) elevando-os à referência 24, com Cr$ 8.300,00 cruzeiros mensais, estão protestando violentamente contra a intervenção do DASP na administração da autarquia.

Pretende o DASP anular o áto sob a alegação de que o IAPC não suporta o acréscimo de despesa.

O Presidente da autarquia afirma que deseja agora resolver os problemas do funcionalismo, depois de haver dedicado todo o início da sua gestão à solução dos problemas financeiros do Instituto. O funcionalismo vê na atitude daspiana, além de ingerência indébita nos negócios da autarquia, uma violação à Lei que prevê sua equiparação, para todos os efeitos, aos extranumerários da União.

2 — As entidades representativas dos engenheiros agrônomos e dos veterinários do serviço público — Sociedades Brasileira de Agronomia, Brasileira de Medicina Veterinária, Fluminense de Engenheiros Agrônomos e Sindicatos dos Engenheiros, acabam de encaminhar memorial ao Presidente da República, protestando contra o DASP que "quando orientou as Divisões de Pessoal dos vários Ministérios sôbre a aplicação do Decreto 46.131-59, o fêz de maneira a excluir os engenheiros agrônomos do rôl dos beneficiários".

Recordam a JK os interessados que os agrônomos e veterinários correm riscos de vida e saúde no exercício das suas atividades, pois vivem em contáto com inseticidas, fungicidas e outros ingredientes tóxicos, na fabricação de vacinas bem como no manejo com animais portadores de doenças trasmissíveis ao homem;

3 — "O incongruente e esdruxulo" sistema adotado pelo DASP, para a contagem dos pontos na prova prático-oral do concurso para Datiloscopista, foi recentemente impugnado pela justiça, em mandado de segurança impetrado por concorrente. Pelas normas do concurso o número máximo de pontos é 100, isto é, um ponto para cada questão. O DASP entendeu, porém, de descontar 2 pontos por questão errada. Assim, numa prova em que o candidato acertasse 70 questões, ganhando 70 pontos, perderia 60 pelas questões erradas. A nova técnica daspiana para contrariar o funcionalismo foi convenientemente repudiada pelos interessados... e pela justiça.

Coluna do Servidor

LÉO RODRIGUES DE ALMEIDA

JACARÉACANGA II VISAVA SERVIDOR

O funcionalismo, estarrecido, tomou conhecimento de que, entre as medidas a serem tomadas pelos participantes da fracassada revolução de Aragarças, se vitoriosos, constavam atos atentatórios ao seu direito. Tôdas as nomeações, bem como demissões, passariam do âmbito da Lei e dos dispositivos Estatutários, para a competência do "govêrno revolucionário"; "seriam revistos pelo govêrno revolucionário os atos de nomeações, disponibilidades, aposentadorias, reforma e as subvenções ou pensões relativas às pessoas jurídicas ou físicas"; ficariam afastados dos cargos ou funções da administração pública, civil ou militar, os elementos comunistas ou afins "ou quaisquer outros cuja ideologia esteja em conflito com as aspirações e finalidades da revolução"; "tais elementos serão aposentados e reformados com os vencimentos que percebiam no ano de 1954."

Dispositivos idênticos aos da "Constituição de 1937", da época da época que todos julgávamos ultrapassada da ditadura fascista, que reimplantariam no Serviço Público o regime do terror, da vingança e da perseguição mesquinha e inútil.

O povo e o funcionalismo, porém, repudiaram a intentona fracassada; é que desejam soluções para seus problemas angustiantes... mas dentro dos quadros da legalidade democrática, que conquistaram em anos de lutas e sacrifícios.

GRATIFICAÇÃO NATALINA MOBILIZA AUTÁRQUICOS

O funcionalismo autárquico, por fôrça dos regulamentos daquelas entidades, tem direito ao abono de natal — a clássica natalina.

Entretanto, desde o govêrno Café Filho, foram suspensas as gratificações, que davam ao funcionalismo autárquico meios financeiros para gosarem de um natal mais feliz. Êste ano, porém, os servidores interessados se movimentam para garantir seu direito:

1 — servidores do SAPS, depois de verem seu requerimento negado pelo Diretor-Geral, recorreram à Justiça, onde, através despacho do Juiz Wellington Moreira Pimentel, da 4a. Vara da Fazenda Pública, acabam de obter proteção. O Magistrado, em sua sentença, determina que a autoridade coatora (diretor-geral do SAPS) proceda o pagamento imediato da gratificação natalina;

2 — funcionários do IAPC e IAPB também obtiveram, na justiça, o reconhecimento do seu direito, enquanto os do IAPI conseguiram despacho favorável do Presidente da República no mesmo sentido (contrariando parecer do DASP);

3 — Agora são os servidores do IAPM que requerem à Justiça o pagamento das gratificações anuais relativas ao exercício de 1955 a 1957, após haver o presidente da autarquia mandado submeter a matéria ao DNPS. A iniciativa dos funcionários do IAPM se fundamenta nas ações anteriores dos colegas do IAPC e IAPB, as quais obtiveram solução favorável.

D. C. T. - PROMOÇÕES ESTÃO PARADAS

Quando o Sr. Amaral Peixoto assumiu a pasta da Viação, respondendo comunicações de todo o País, manifestou-se favorável à atualização das promoções no Departamento dos Correios e Telégrafos, as quais não são realizadas desde 1957.

São já decorridos vários meses e, a não ser algumas poucas promoções na carreira de Telegrafista, nada mais foi feito. A protelação parece ser a ordem, pelo menos no que diz respeito à carreira de Oficial Administrativo, da parte suplementar, cuja lista foi publicada há cêrca de dois meses, não tendo sido, ainda, encaminhados ao Presidente da República, os respectivos decretos.

Outras carreiras também estão na mesma situação, como a de Postalistas. O funcionalismo postal-telegráfico, já tão prejudicado, está formulando novos apêlos a S. Exa.

Quanto a nós repetimos o comentário feito há alguns meses, quando analisamos as promessas do Sr. Amaral Peixoto: quem viver verá.

SUPREMO TRIBUNAL: VÍTIMA DE JÂNIO GANHOU SEGURANÇA

Decisão final e irrecorrível do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal concedeu, em fins do mês de novembro último, mandado de segurança interposto em favor do Professor Barroso do Amaral, da Universidade de São Paulo, reformando ato ilegal baixado pelo Ex-Governador de São Paulo, Jânio Quadros.

O feito se conta da seguinte maneira: O prof. Edgard de Melo Matos Barroso do Amaral, Catedrático de Histologia do Curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, cientista de renome, com cêrca de 17 obras publicadas, por despacho do então Governador de São Paulo, sr. Lucas Garcez, viu-se submetido a regime de tempo integral, dado que havia conveniência e interêsse do ensino. Ante a nova situação o cientista abandonou sua clínica particular, passando a dedicar-se exclusivamente ao ensino e à pesquisa de questões relativas à sua cátedra.

Sobrevindo o govêrno do sr. Jânio Quadros, êste, pretensamente para disciplinar o ensino universitário no Estado de São Paulo, tomou várias providências contra ocupantes das mais diversas cadeiras, sendo uma delas, a de invalidar a decisão do sr. Garcez, que considerava de tempo integral o ensino de Histologia na Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Paulista.

Prejudicado nos seus interêsses recorreu da decisão, alegando inclusive os prejuízos de ordem material e moral que a decisão lhe impunha, não sendo, porém, atendido pelo sr. Jânio Quadros.

Valeu-se então do Poder Judiciário, impetrando mandado de segurança contra o ato ilegal do sr. Jânio Quadros, segurança já agora concedida pelos Ministros que integram o tribunal pleno da mais alta Côrte de Justiça do País.

NORMALISTAS DEFENDEM A ESCOLA PÚBLICA GRATUITA

As três mil normalistas, estudantes do Instituto de Educação e da Escola Carmela Dutra, tomaram posição pública contra dispositivos do projeto 2.222, em discussão na Câmara dos Deputados e que trata das Diretrizes e Bases da Educação.

Debates públicos têm sido realizados, com a participação das normalistas e professôres, bem como visitas à Câmara dos Deputados, onde, na Comissão de Educação, têm feito defesas dos seus pontos de vista. As restrições atingem os artigos 5.º 19, 51 e 53 do projeto, tendo, a respeito, sido encaminhado memorial ao Deputado Coelho de Sousa, Presidente da Comissão de Educação, onde afirmam as normalistas que "todos os Estados e o Distrito Federal ficarão impedidos de preparar, pelo Govêrno, com exclusividade, seus professôres primárias", no caso de ser aprovado o projeto tal como está.

Os dispositivos combatidos equiparam as escolas particulares aos estabelecimentos oficiais, para todos os efeitos, inclusive quanto à formação do magistério primário, o que está sendo caracterisado como inconstitucional.

Nas suas manifestações as normalistas vêm sendo apoiadas pelos professôres e diretores dos estabelecimentos oficiais, que comparecem aos debates, esclarecendo e transmitindo sua experiência às futuras professôras primárias do D. Federal; também as entidades representativas dos estudantes vêm se manifestando, tendo, a União Metropolitana de Estudantes dado integral apoio à luta das alunas do Instituto de Educação e Escola Carmela Dutra.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

SEBASTIÃO NOGUEIRA e MANOEL JOSÉ DA SILVA — Os colegas têm tôda razão no protesto. Felizmente, êle atinge sòmente a nós, da "Coluna do Servidor". É que nossa informação foi truncada, lamentàvelmente. Na realidade, a carreira de Telegrafista tem três classes, A, B e C, de níveis 12, 14 e 16 e vencimentos de Cr$ 14.000,00, 16.500,00 e 20.000,00. Desculpem pelo susto; e participem, conosco, da campanha de cartas e memoriais aos senadores mineiros, em apoio ao substitutivo Jarbas Maranhão.

RODRIGO ANTUNES — Belo Horizonte (Minas) — Você é que está certo, já tendo escrito ao senador Benedito Valadares. Para conseguir uma assinatura do nosso "O Servidor", deverá o colega enviar Cr$ 50,00 pela assinatura de 12 números, dirigindo-se à redação: Av. 13 de Maio, 47, 24.º andar, grupo 2.405.

HENRIQUE CARDOSO — Pelotas (Rio Grande do Sul) — Vide resposta dada acima, ao colega Sebastião Nogueira. O enquadramento numa das novas classes vai depender de estudos posteriores.

MURILO ROLIM e BENEDITO NASCIMENTO — Teresina (Piauí) — Veja respostas dadas, acima, aos colegas Sebastião Nogueira e Henrique Cardoso.

JOÃO SINÉSIO DA SILVA — Leme (São Paulo) — Os Inspetores de Linhas Telegráficas terão uma só classe, de nível 16 e vencimentos de Cr$ 20.000,00. O Plano não revoga a gratificação referida. Será necessária, porém, muita luta para vermos aprovado o Plano; o colega pode ajudar, participando da "Operação TT".

SALIM CALLILI — Regente Feijó (São Paulo) — Como carteiro, você será enquadrado entre os níveis 11, 13 e 15, vencimentos Cr$ 13.000,00, 15.000,00 ou 18.0000,00. No caso de desejar readaptação, deverá esclarecer qual a função que vem exercendo exatamente.

JONATAS LEMOINES — Recife (Pernambuco) — O colega tem bem razão no que se refere aos cargos de chefia; serão enquadrados num dos símbolos destinados, na tabela, aos Cargos em Comissão; dependerá, apenas, de estudos posteriores. Quanto aos aposentados, não há, no Plano, qualquer referência a respeito.

WILSON FERREIRA DANTAS — Biriqui (São Paulo) — Sendo o companheiro funcionário do MVOP, embora cedido à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, será amparado pelo Plano de Classificação. Neste caso, seu enquadramento será na carreira Agente de Estação (classe A ou B), níveis 9 e 10, vencimentos Cr$ 11.000,00 e 12.000,00; dependendo da função que vem exercendo atualmente, poderá ser aproveitado, ainda, como Chefe de Estação, classe A, B ou C, nível 11, 13 ou 14, vencimentos Cr$ .... 13.000,00, 15.000,00 ou 16.500,00, correspondentes, respectivamente, às chefias de Estação de 3.ª, 2.ª ou 1.ª categorias.

ANTÔNIO FÉLIX e NICACIO BARBOSA CORDEIRO — Fortaleza (Ceará) — Os Condutores de malas serão enquadrados no nível 6, Cr$ 8.500,00.

JOSÉ MARCIAL — Fortaleza (Ceará) — O colega será enquadrado numa das classes da carreira de Motorista, que tem a seguinte organização: Classes A, B e C; níveis 9, 11 e 13; vencimentos Cr$ 11.000,00, 13.000,00 e 15.000,00. No caso de ser aprovado o substitutivo Jarbas Maranhão. Quanto ao **José Maria Passos:** Qual é sua situação? Interino, Contratado?

FRANCISCO NATÉRCIO JUCÁ DE ARAÚJO, JOSÉ RABELO e NICACIO DE OLIVEIRA CAMPOS — Fortaleza (Ceará) — Desculpem a omissão; vocês serão enquadrados na carreira Fiscal de Aeroporto, cuja organização é a seguinte: Classes A e B, níveis 9 e 10, vencimentos Cr$ 11.000,00 e 12.000,00.

JOSÉ MAURÍCIO DE ARAÚJO LIMA — Fortaleza (Ceará) Será enquadrado como Administrador de Aeroporto, classes A e B, níveis 12 e 13, vencimentos Cr$ 14.000,00 e 15.000,00.

MARCELINO DE JESUS AMORIM — São Luís (Maranhão) — O colega será enquadrado como Guarda de Trem, classe A ou B, vencimentos Cr$ 8.000,00 e 8.500,00; idêntica será a situação do nosso outro companheiro, **Antônio Raimundo Diniz**

Mauricio de Lacerda Aglaiss Caminha

Maurício Caminha de Lacerda, Zélia Marques de Lacerda e Sônia Maria Marques de Lacerda, na impossibilidade de agradecerem pessoalmente as numerosíssimas manifestações de condolências recebidas de parte de amigos, parentes, entidades operárias, órgãos do Legislativo, Executivo e Judiciário, associações de classe, jornais, rádios e televisões, enfim de todos quantos lhes transmitiram, por qualquer meio, palavras de confôrto e solidariedade pelo rude golpe sofrido com o falecimento de MAURÍCIO PAIVA DE LACERDA e AGLAISS CAMINHA, seus pais, sogros e avós, vêm aqui externar a sua mais profunda e emocionada gratidão, única forma com que podem retribuir essas demonstrações de amizade e pezar pela perda daqueles dois entes muito queridos.

CONVENÇÃO DO P. S. D., CONSAGRAÇÃO DE LOTT

A mais numerosa, a mais vibrante e a mais entusiasta de quantas até hoje realizou o Partido — E também a mais democrática: cêrca de 2.500 delegados, contra 400 na UDN — Caracterizou-a, sobretudo, o seu cunho popular — Resposta dos cariocas a certos dirigentes pessedistas sabotadores da candidatura do Marechal

Por 2.402 votos, entre 2.458, a Convenção Nacional do PSD homologou a candidatura do Marechal Teixeira Lott à Presidência da República. A Convenção do PSD não foi apenas a mais numerosa como a mais vibrante das que até hoje realizou o partido. Sem dúvida muito mais democrática do que a da UDN, do ponto de vista da representação das bases partidárias, dela tendo participado cêrca de 2.500 delegados, contra menos de 500 na UDN, o que sobretudo a caracterizou foi o seu cunho popular. O povo não só lotou completamente as galerias e corredores do Palácio Tiradentes, ovacionando o nome do candidato, inclusive interrompendo o seu discurso de agradecimentos com hinos e sambas, como encheu as imediações da Câmara, empunhando dísticos e faixas, quase todos com reivindicações nacionalistas. O comício que se realizou tendo por tribuna a escadaria do Palácio Tiradentes não foi menos vibrante do que a Convenção, impressionando mais, naturalmente, pelo volume da massa que o assistiu aos "vivas" entusiásticos a Lott. O povo carioca como que fêz questão de demonstrar aos dirigentes do PSD, muitos dos quais diziam que a candidatura do Marechal não tinha receptividade entre as massas, a grande popularidade que o Candidato Nacionalista desfruta no Distrito Federal. Nem Dutra, nem Juscelino, nem muito menos Cristiano, nenhum candidato do PSD à Presidência da República até hoje encontrou apoio tão expontâneo e caloroso por parte do povo quanto Lott, conforme ficou provado na noite de sábado, de forma iniludível e insofismável.

DISCURSO PRONUNCIADO PELA SRA. EDNA LOTT, NA INAUGURAÇÃO DO COMITÊ NACIONALISTA PRÓ-LOTT, DE PÔRTO-ALEGRE

O SEMANÁRIO

SEMANA DE 19 A 25 DE DEZEMBRO DE 1959

Inicio as minhas breves palavras nesta esplêndida assembléia, com uma entusiástica saudação ao nobre e bravo povo gaúcho.

Obedecendo ao impulso de minha natural sinceridade, confesso-vos que me deixo dominar, neste momento, por um sentimento de ufania em falar ao povo do Rio Grande do Sul no próprio Rio Grande do Sul.

E é natural que me sinta assim, vaidosa, porque, desde pequena, acostumei-me a admirar, e, mais do que isso, a venerar a gente gaúcha — gente a que a paisagem predominante das coxilhas, com seus largos horizontes, parece ter inspirado a vocação da grandeza e da liberdade; gente a que lutas cruentas em defesa do solo pátrio deram o hábito da bravura; gente que, postada no extremo mais vulnerável da terra brasileira, se fêz sentinela permanente da Pátria e, por isso mesmo, tem aguçado o sentimento de brasilidade e desenvolvida a consciência nacionalista.

Com o conhecimento dessas virtudes, é que me eduquei amando a todos vos gaúchos. Com o conhecimento dessas virtudes é que me habituei a confiar no povo desta terra e a esperar, sempre, dêle, os gestos mais generosos, as mais firmes atitudes e as decisões mais acertadas.

Por isso mesmo é que não me surpreendo quando sei e sinto que aqui, nestes aprazíveis rincões, encontra ressonância extraordinária a candidatura do Marechal Lott, o meu querido pai. Quem, como eu, sabendo-vos educados na prática cotidiana e no amor de tôdas as grandes virtudes, poderia duvidar que farieis recair a vossa escolha naquele cuja vida tem sido um culto invariável e ardoroso dessas virtudes?

Sim, permiti que proclame, aqui, que jamais duvidei de vosso apoio.

Permiti que vença o meu natural constrangimento de filha, para não fugir à sinceridade; que vos confesse que a minha confiança em vossa escolha se mede pela confiança em nosso candidato; que vos afirme, nesta oportunidade, que não desmentis a vossa vocação, quando elegeis depositário de vosso sufrágio o Marechal Teixeira Lott.

Permiti que minha condição de cidadã obscureça, neste instante, a minha situação de filha. Concedei-me o crédito de que esta última condição, só a invoco eu na justa medida em que ela importa na possibilidade privilegiada, que tive e tenho, de acompanhar, dia a dia, passo a passo, a vida dêsse cidadão, que decidimos elevar e havemos de elevar à Presidência da República — o Marechal Teixeira Lott.

Permiti que vos diga que, sob qualquer aspecto que se analise a vida do Marechal Lott, ela é um exemplo edificante e, por isso mesmo, um penhor do acêrto de vossa escolha.

Educado na humildade de um lar pobre, mas no qual predominava o culto da dignidade, viu-se desde adolescente, órfão de pai, envolvido nas responsabilidades de chefe-de-família, ajudando à mãe incansável e heróica no educar os irmãos. Formado assim, no desvêlo à Família, tornou-se, depois, marido e pai amantíssimo, desdobrando-se em cuidados com a espôsa e os filhos, fazendo do lar o seu único mundo, além daquele em que vivia, com idêntico amor e devoção, a sua vida profissional.

Nesta, como na vida íntima, erigiu-se em exemplo; fêz-se, por assim dizer, legendário. À fôrça de uma singularíssima devoção à Pátria e ao Exército, manteve-se, sempre, em posição excepcional. Em quantos cursos teve de aplicar sua inteligência e sua ânsia de perfeição, colocou-se no primeiro pôsto, longe, não raro, do segundo colocado. Assim foi quando, ainda menino, no Colégio Militar, de que foi comandante-aluno; assim, na velha e tradicional Escola Militar de Realengo; assim na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; assim na Escola de Estado-Maior, onde a diferença de pontos que o distanciou do segundo lugar foi maior do que a que separava êste do último colocado. Na França, onde freqüentou a Escola Superior de Guerra, o comandante dêsse alto instituto de ensino militar, ao fim do curso, resumiu seu conceito na afirmação de que, se fôra francês, chegaria ao mais alto pôsto da hierarquia. Proféticas palavras, aliás, que se confirmaram no Brasil, de cujo valoroso Exército ostenta, hoje, com orgulho, as insígnias de Marechal.

Estudioso e inteligente, fala vários idiomas, o que sempre lhe valeu posição destacada em vários países estrangeiros onde exerceu comissões relevantes.

Colocando sua inteligência lúcida e seu amor ao estudo a serviço da profissão e da Pátria, conhece profundamente os problemas do Brasil, a realidade brasileira, o que o faz um crente ardoroso nas possibilidades de nossa terra e na capacidade de nossa gente. Por isso mesmo, é um nacionalista convicto, além de intransigentemente democrata.

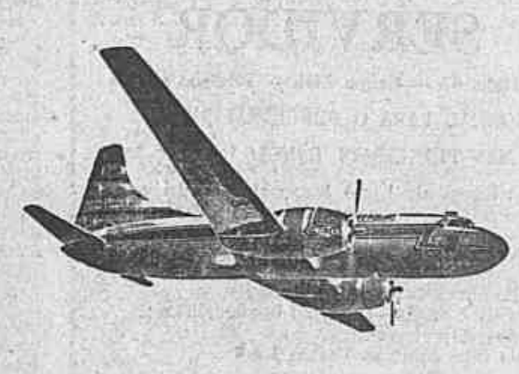
Êste é o nosso candidato. E justamente por ser assim, é que êle encarna, neste momento decisivo para os destinos do Brasil, a causa do Brasil.

Aspecto da solenidade, quando falava o Dr. Gabriel Pedro Moacir, antigo prefeito da capital gaúcha

Os novíssimos Super-Convair da Real!

Nenhum Super-Convair que a Real coloca ao seu dispor — *para uma boa viagem* — é adquirido recondicionado, de "segunda mão". Os aparelhos são novíssimos. Modernos. Construídos sob encomenda para a Real. Mais aperfeiçoados que os modelos 240, apresentam as seguintes vantagens: *maior velocidade, maior autonomia de vôo — redução de ruídos e vibrações — maior estabilidade no ar devido ao seu porte — melhor pressurização da cabine — ar refrigerado perfeito.*

Compare os aviões

	Convair 240	Super Convair 340	Super Convair 440
Cia V	12	Nenhum	Nenhum
Cia C	10	4*	4*
Real Aerovias	Nenhum	6*	10* + 4*p/ chegar

* Novos de fábrica!
Os demais são de 2.ª mão